

# **Sessão 3:**

**Sexualidade e economia:  
visibilidades e vícios**

# Amor um real por minuto – a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano<sup>1</sup>

Ana Paula da Silva<sup>2</sup> e Thaddeus Gregory Blanchette<sup>3</sup>



## Definindo o problema

Tradicionalmente, no Brasil, a prostituição tem sido entendida como fenômeno semicriminoso. Se não crime em si, é certamente vista como uma questão de ordem pública, cuja análise, ordenação e (ocasional) repressão cabem propriamente às autoridades instituídas do Estado. Em geral, essas são oriundas de dois campos políticos/científicos: o jurídico (composto de policiais, juízes e criminologistas) e o médico, particularmente a área da saúde pública. A preocupação principal desses agentes tem sido limitar os supostos contágios do “vício” do sexo comercial para que estes não infectem a família idealizada enfraquecendo, assim, a nação (Blanchette e Da Silva, 2008; Caulfield, 2000; Leite, 1983; Meade, 1991; Rago, 2008; Schettini, 2006; Vainfas 1985). Aos olhos dessas autoridades, a prostituição era ora vista como uma ameaça a ser reprimida, ora como algo inevitável cujos efeitos nocivos somente poderiam ser limitados. De qualquer maneira, quase nunca foi entendida como uma atividade econômica.<sup>4</sup>

O segundo eixo tradicional de análise da prostituição no Brasil diz respeito aos valores morais. Enquanto as várias igrejas do Brasil têm visto a prostituta (e é quase sempre a prostituta) como pecadora, vários agentes morais não-religiosos têm a situado como mulher *vulnerável* ou até *escravizada*. Se os religiosos conservadores entendem a prostituta como uma vagabunda que precisa ser controlada ou reformada, os seculares tendem a percebê-la (nas palavras de DaMatta, 1990:

---

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido com a colaboração de Felix Garcia e Monique Abreu.

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos sobre Marcadores Sociais da Diferença (NUMAS) da Universidade de São Paulo (USP).

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro e UNISUAM.

<sup>4</sup> Porém, veja a análise de Leite (1983) sobre a chamada “República do Mangue” como um raro exemplo contrário.

199) como “uma fodida” que precisa ser salva<sup>5</sup>. Como temos comentado em outro lugar (Blanchette e DaSilva, 2008: 26), o que ambas essas visões têm em comum é uma condenação moral *a priori* da prostituição como atividade essencialmente degradante que há de ser combatida. Ambas as visões morais seculares e religiosas negam a racionalidade econômica como motivação primária da decisão do indivíduo de se prostituir, situando esta pessoa ou como moralmente falida, ou como alguém cuja vontade tem sido completamente subsumida pela de terceiros. Jezebel ou escrava, porém, a prostituta faz o que faz, de acordo com esses agentes morais, por que *precisa* e não porque *quer* e muito menos porque tal atividade pode ser economicamente racional.

### Box #1

#### Terminologia e conceitos

Pelos fins do presente trabalho, *prostituta* quer dizer indivíduo que vende serviços sexuais efêmeros e descomprometidos em troca de uma quantidade de dinheiro ou de outros bens materiais, previamente estipulada (Gaspar, 1984:11). A *prostituição*, neste sentido, pode ser idealizada como tipo (no sentido do *tipo ideal*, conforme estabelecido por Max Weber (1964 [1913]:110) de relação sexual regida por uma lógica comercial imediatista e não recíproca – a reciprocidade concebida aqui, seguindo Mauss (1990 [1924], como um sistema total e aberto de prestações. Em outras palavras, a prostituta, como idealizada aqui, vende o serviço sexual em troca de um retorno material imediato e sua relação com o consumidor deste serviço (o *cliente*) acaba imediatamente após a conclusão do serviço. Neste trabalho, ignoramos outros tipos de prostituição como, por exemplo, àquela classificada por Adriana Piscitelli (2004) como “*middle class sex tourism*” e por nós classificados como “amores estratégicos”, em que pessoas entram em relações aparentemente recíprocas, sem previamente estabelecer preços por serviços sexuais, mais cujo objetivo principal é econômico. No presente trabalho, limitamos nossa análise à prostituição heterossexual, onde os provedores sexuais se consideram e são consideradas pelos clientes como mulheres natas.

O *serviço sexual* é entendido como qualquer ato sexual cujo objetivo é a produção de satisfação sexual no cliente. Por fins do presente trabalho, os serviços sexuais são entendidos como sexo anal, oral e vaginal, a masturbação quando esta é feita ou ajudada pela prostituta e, é claro, a construção de fantasias sexuais.

---

<sup>5</sup> Para um exemplo típico do discurso cristão hegemônico sobre a prostituição, veja Flynn (2008). Para outro exemplo do discurso típico secular (neste caso feminista e conservador), ver o manifesto “O Cruel Negócio da Prostituição”, escrito pela Sempreviva Organização Feminista.

Por *zona* queremos dizer uma região moral (PARK: 1984 [1925]: 45-48) onde a presença das prostitutas é amplamente reconhecida pela sociedade e onde tem uma concentração relativamente grande de locais de prostituição. É importante notar que nem todo local de prostituição levantado por nós faz parte de uma zona.

Finalmente, nosso uso dos termos *garota de programa* e *puta* é estritamente êmico, sendo essas as atribuições mais usadas por prostitutas para referir-se a si mesmas e a outras prostitutas (pelo menos no Rio de Janeiro e São Paulo). *Fazer programa* é outro termo êmico e significa engajar-se num ato de prostituição. O termo *trabalhadora sexual* não é utilizado, nem por nossas informantes e nem pelos clientes e outros indivíduos com quem interagem. Portanto, evitamos seu uso no presente trabalho.

Interessante, então, refletir que, quando se pergunta às pessoas por que elas se engajam na prostituição, a resposta é quase única e unânime. Nas palavras de uma de nossas informantes anglofalantes: “It’s the money, honey. É tudo por dinheiro. O que você acha?”.

Afirmar que a motivação principal da prostituição é econômica não é negar que outros fatores estão envolvidos na decisão de vender sexo. Porém, como Maria Dulce Gaspar (1984) comenta, toda prostituta tem uma história triste para explicar porque resolveu entrar no ramo. O grande estigma do trabalho sexual tem que ser sempre levado em conta no momento em que tais histórias aparecem, particularmente quando o interlocutor da prostituta é um indivíduo com fortes ressalvas morais e/ou políticas sobre a questão, pois tais histórias funcionam para afastar o estigma da pessoa da prostituta. Nas palavras da Gaspar (1984), nestes momentos, a mulher pode se apresentar como uma personagem fraca, que por força do destino encontra-se na prostituição e necessita de proteção ou auxílio econômico:

*O relato enfatiza a posição inferior da mulher e a situação conjuntural de extrema fraqueza que obriga a sua dedicação à prostituição, atividade que ela repudia (...). Uma informante [de Gaspar], Luísa, é bastante explícita sobre esse procedimento. Para ela, existe um modo de entrar em interação com o cliente e uma fórmula de pedir o pagamento: “Você conta uma história bem triste (...).”*

*Não quero com isso afirmar que algumas mulheres não tenham sido induzidas ou mesmo forçadas (...) a se dedicarem à prostituição, mas sim que sua própria história de vida ou uma outra construída dramaticamente tornou-se um elemento fundamental na interação com o cliente... (Gaspar, 1984:93-94).*

E podemos acrescentar que tais histórias dramáticas também são elementos fundamentais na interação de prostitutas com *ongueiros* e membros de grupos religiosos que visam “salvar” a prostituta, com policiais e outros agentes repressivos e, é claro, com cientistas sociais. É importante salientar, neste contexto, que mesmo naqueles casos onde nossas informantes têm relatado outros fatores que poderiam tê-las empurrado para a prostituição, sempre salientaram também a lógica econômica que as mantinham no trabalho sexual. Como várias de nossas informantes nos têm dito, “Onde é que eu poderia arranjar outro emprego que me pague tanto quanto esse?”. Os fatos econômicos da prostituição parecem sempre e primordialmente nos discursos das prostitutas, mas sobre eles os cientistas sociais têm muito pouco a dizer. O presente trabalho, então, é uma tentativa inicial de colocar no papel algumas de nossas descobertas sobre as características econômicas do trabalho sexual em nosso país.

Os dados apresentados abaixo vêm de mais de cinco anos de pesquisa antropológica entre prostitutas e clientes no Rio de Janeiro. Inicialmente, nosso trabalho focalizava-se na orla da Copacabana – seguramente a *zona* mais notória de todo o Brasil – e, particularmente, na interação entre prostitutas brasileiras e turistas estrangeiros. Todavia, nos últimos dezoito meses, temos aberto nossas pesquisas para outras áreas da cidade e para prostituição que visa principalmente clientes brasileiros. Finalmente, nos últimos seis meses, temos aberto um novo campo de pesquisa em São Paulo e temos conduzido viagens de reconhecimento à Curitiba e Goiânia.

Pode-se dizer que nossa pesquisa é limitada, já que mantém seu foco na prostituição nas áreas urbanas da região Sul-Sudeste do Brasil, justamente a área econômica e sócio-culturalmente privilegiada do país (veja-se o box sobre “Metodologia” para mais detalhes). De fato, essa crítica tem certo cabimento e, nos próximos dois anos, pretendemos ampliar nossas investigações para a região Norte-Nordeste. Todavia, a nosso ver, a prostituição no eixo Rio-São Paulo, no caso do Brasil, pode ser considerada normativa em termos estatísticos e durkheimianas<sup>6</sup>, por uma série de razões.

Em primeiro lugar, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo concentram boa porção da população do Brasil – cerca de 30%, de acordo com o IBGE (Censo 2000) –, e, certamente, são hegemônicos em termos da definição da política e da cultura nacional. O que acontece nas grandes metrópoles desses dois estados, cedo ou tarde, aparece em todo o Brasil. Pelo outro lado da moeda, o que pode ser encontrado Brasil afora também se faz presente no Rio e em São Paulo, dado sua atração como pólos migratórios.

---

<sup>6</sup> Émile Durkheim define como sociologicamente “normativa” um fato social que é onipresente, encontrado “se não em todos os indivíduos [da mesma espécie social], pelo menos entre a maior parte deles”. É claro que “normal”, no sentido durkheimiano, não quer dizer “bom” e nem mesmo “aceitável” (Durkheim, 1978: 114).

## Box #2

### Metodologia

Nossos dados vêm de quatro fontes principais:

- 1) Um levantamento exaustivo dos principais *sites* públicos de cliente de prostituta na internet, tanto na língua inglesa quanto na língua portuguesa. Lemos e analisamos perto de 50.000 relatórios de cliente, indo de 2000 a 2009, buscando dados referentes aos lugares visitados e os preços pagos para serviços sociais. Também fizemos um levantamento de cinco guias escritos em inglês e que orientam visitantes acerca da prostituição no Brasil. Todos esses dados foram sistematizados num *dbase*. O nosso foco principal tem sido o *International Sex Guide* (inglês) e o *GPGuia* (português), mas também fizemos levantamentos no Fórum S.D. (português), no *World Sex Guide* (inglês) e no *World Sex Archives* (inglês). Finalmente, participamos na manutenção de um fórum virtual para discussões com clientes de prostitutas nos *sites* *International Sex Guide* e *World Sex Guide*.
- 2) Trabalho de campo intensivo, estilo observação-participação, no Rio de Janeiro, incluindo visitas repetidas aos principais pontos de prostituição da cidade, manutenção de diários de campo e organização de mais de cem entrevistas, não sistematizadas, com trabalhadoras sexuais e seus clientes.
- 3) Entrevistas com e observação-participação entre as principais ONGs envolvidas com prostituição na cidade de Rio de Janeiro, incluindo Davida, Rede Brasileira das Prostitutas, TRAMA, IBISS, Associação de Comerciantes da Vila Mimosa e ABRAPIA.
- 4) Viagens de reconhecimento à Curitiba, Goiânia, Porto Seguro e São Paulo, acoplado, no caso de São Paulo, com um levantamento inicial de dados via internet (veja #1, acima).

Em segundo lugar, e na questão específica da prostituição, as cidades do Rio e São Paulo atraem trabalhadoras sexuais de todo o país, segundo nossas informantes. Também são, de longe, as cidades mais referenciadas nos discursos de clientes de prostitutas, captados por entrevistas e por pesquisa na internet, apesar da fama dos estados nordestinos, particularmente nos discursos de clientes estrangeiros. Um levantamento recente de dois dos *sites*<sup>7</sup> mais famosos que reúnem clientes anglófonos de prostitutas e turistas sexuais assumidos situa Rio e São Paulo em primeiro e segundo lugar, respectivamente, como as cidades brasileiras mais discutidas. De um total de 60.165 mensagens postadas nos fóruns que tratam do Brasil nesses

---

<sup>7</sup> World Sex Guide (WSG) e International Sex Guide (ISG).

*sites*<sup>8</sup>, 34.303 (57%) referenciam o Rio e 5.427 (9%) São Paulo<sup>9</sup>. Isto em comparação com 2.301 (3,8%) mensagens para todo o Nordeste brasileiro<sup>10</sup>. Da mesma maneira, o mais movimentado *site* de clientes da língua portuguesa<sup>11</sup> contabilizou 139.916 mensagens sobre São Paulo e 23.758 sobre o Rio, em comparação com um total de 20.032 mensagens sobre o Nordeste<sup>12</sup>.

A nossa pesquisa de campo tem se concentrado principalmente na cidade do Rio de Janeiro e existem indicações<sup>13</sup> que há diferenças entre a prostituição naquela cidade e em São Paulo. Resumindo, as termas parecem ser muito mais populares como locais de prostituição no Rio do que em São Paulo, enquanto na segunda cidade boates ou clubes particulares aparecem com mais frequência nos relatórios de clientes e prostitutas. Os programas em São Paulo também tendem a ser cerca de 20% mais caros do que no Rio. Adicionalmente, embora exista uma grande concentração de estrangeiros que compram serviços sexuais em São Paulo, esses tendem a serem trabalhadores e homens de negócios que vivem ou que estão de passagem pela cidade e não turistas, como é o caso da maioria dos estrangeiros consumidores de serviços sexuais no Rio. Finalmente, São Paulo tem passado recentemente por uma cruzada moral e política contra as casas públicas de prostituição, fato que pode ter aumentado o número de mulheres que trabalham com as agências de *call girls* e na prostituição de rua. Estamos investigando ativamente todas essas diferenças e esperamos ter um relatório preliminar sobre a situação do trabalho sexual na cidade em algum momento do ano que vem. Todavia, acreditamos que as diferenças acima citadas são de natureza quantitativa e não qualitativa em termos da descrição das coordenadas econômicas básicas da prostituição no Brasil. Acreditamos que, largo senso, o grosso das afirmações que fazemos abaixo sobre a economia da prostituição no Rio também são relevantes, grosso modo, à situação paulista e que são bastante normativas no cenário brasileiro como um todo.

Antes de prosseguir, porém, é mister salientar o fato que a prostituição, num país de dimensões continentais como o Brasil, é um negócio incrivelmente diverso. Neste sentido, então, as informações que seguem abaixo devem ser enten-

---

<sup>8</sup> 21.509 para o WSG e 42.199 para o ISG, no dia 14.07.2009.

<sup>9</sup> 16.397/17.966 para Rio no WSG/ISG e 702/4725 para São Paulo, no dia 14.07.2009.

<sup>10</sup> 442/1859 no WSG/ISG, o nordeste compreendendo os estados de Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Paraíba, Piauí, Alagoas e Ceará, no dia 14.07.2009.

<sup>11</sup> GPGuia.

<sup>12</sup> Levantamento feito no 8.7.2009. Os únicos estados nordestinos contemplados pelo GPGuia neste data foram Bahia (14.773 mensagens), Pernambuco (3.684 mensagens) e Ceará (1.575 mensagens). É mister neste contexto notar que o GPGuia é, primordialmente, uma criação paulista então favorece a cobertura dessa cidade. Todavia, desde 2004, sua cobertura expandiu para o resto do país e, portanto, ele pode ser considerado como um retrato mais ou menos fiel do turismo sexual interno no Brasil.

<sup>13</sup> Entrevista com Gabriela Leite, presidenta da Rede Brasileira das Prostitutas. Veja-se também os guias produzidos pelos clientes Bubba Boy e Bwana Dik (2007, 2009).

didadas como uma descrição idealizada de somente uma parte do grande quebra cabeça que é a economia do trabalho sexual. É a nossa esperança que essa breve apresentação possa abrir a porta para estudos semelhantes de outras formas de prostituição em outras partes do Brasil, criando, assim, a possibilidade para um verdadeiro diagnóstico comparativo do fenômeno como atividade econômica em nosso país.

## A situação macro-econômica da mulher urbana no Brasil

A conexão entre processos econômicos e formas de organização do trabalho, ou entre aqueles e a estrutura de classes, ou, ainda, entre desenvolvimento e estrutura familiar ou etária costumam ser, ao lado de muitas outras conexões causais, associadas e teorizadas entre si sem maiores questionamentos. Para muitos, o elo entre gênero e trabalho não é claro e mesmo os que veem alguma ligação entre ambos têm dificuldades em articular exatamente qual a natureza da relação que mantêm. Mas, antes de tudo, a prostituição heterossexual de mulheres é uma forma de trabalho com grandes articulações ao gênero e, portanto, só faz sentido em termos econômicos quando é situada frente à situação de trabalho feminizado em geral.

Em sua acepção antropológica (vide Butler, 2003), *gênero* quer dizer a forma como se manifesta social e culturalmente a identidade sexual. Frise-se que isto não é o mesmo fenômeno que o *sexo biológico*. O conceito de gênero abrange tanto a questão de orientação sexual quanto a questão de identidades baseadas no comportamento sexual, além de vários outros fatores.

Inquestionavelmente, houve uma melhoria considerável nos marcadores sócio-econômicos das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil durante as últimas décadas (vide Alves e Correa, 2009, para uma discussão mais detalhada desta questão). Todavia, o gênero continua a ser uma variável bastante significativa na definição de quem pode trabalhar, onde e em quais profissões. Também continua a impactar em qual forma a remuneração para o trabalho deve ser recebida e como a renda familiar deve ser (re)distribuída entre seus integrantes. O papel do gênero nessas questões é tão crucial que um intelectual como Frederich Engels, em sua obra clássica *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, qualificou o gênero como a base do “primeiro antagonismo de classe que aparece na história”, ressaltando que “a primeira opressão de classe foi da fêmea pelo macho” (Engels, 1986: 502-503).

As palavras de Engels não são retóricas; elas exprimem uma realidade que causa impactos significativos nas escolhas econômicas protagonizadas por mulheres em nossa sociedade. Dos três indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação, longevidade e renda –, a população feminina do Brasil demonstra paridade e até superioridade com a masculina nas primeiras duas catego-



rias, mas está em desvantagem significativa na terceira. Embora existam cada vez mais mulheres no mercado de trabalho, observa-se uma concentração da atividade feminina nos segmentos menos organizados do mercado de trabalho, com maior recorrência de contratos informais e menor filiação sindical (Alves e Correa, 2009: 24-35). Um resultado dessa organização da mão de obra feminina, de acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), é que os homens brasileiros continuam recebendo 40% a mais pelo o seu trabalho do que as mulheres<sup>14</sup>:

*É importante assinalar que esta diferença salarial [entre homens e mulheres], que reluta em diminuir, é uma das explicações significativas da desigualdade de renda do país. Esta diferença deve-se, claro, à discriminação, não ao pior desempenho profissional das mulheres. Por último, este hiato é maior nos domicílios chefiados por mulheres. A proporção de mulheres chefes de família tem crescido no Brasil e isso provavelmente tem um forte impacto no aumento da pobreza e da exclusão social (Melo, CEPAL/SPM 2005:42).*

Nos últimos anos do século XX, 74% da população feminina economicamente ativa no Brasil estava restrita ao setor de serviços (UNDP, 1996; MTE/RAIS 2000 e 2001). De acordo com a recente análise de Alves e Correa (2009:20), no início do atual século, a presença das mulheres continuava a ser baixa entre as posições mais bem remuneradas da economia. De acordo com o IBGE, embora as mulheres representem 45% da população economicamente ativa do país, sua renda é, em média, menos que 70% dos trabalhadores masculinos. Trabalhos domésticos – muitas vezes sem carteira assinada – continuam a ser o setor econômico (depois do setor agrícola) que mais emprega mulheres no Brasil (19%-20% do total das trabalhadoras brasileiras *versus* menos que 1% dos trabalhadores. Alves e Correa, 2009:24; CEPAL/SPM, 2005; IBGE/PNAD 2004; CEDAW 2003).

Ademais, de acordo com H. Melo, somente 44% da população feminina do Brasil era economicamente ativa nos últimos anos do século XX (comparado com 70% para os homens). Dos 56% de mulheres inativas, mais da metade (55%) eram donas-de-casa (casadas, viúvas, divorciadas) e aposentadas. Essas, com exceção das proprietárias de bens, viviam dos rendimentos do marido ou dos filhos ou de pensões. Portanto, seu bem-estar econômico era determinado por transferências de rendas de outros membros da família, o que as coloca em situação de relativa penúria e instabilidade econômica (Melo, 2005)<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Recentes pesquisas por Oliveira e Guimarães (2009) indicam que essa diferença diminuiu no período entre 2001 e 2007. Todavia, de acordo com Alves e Correa (2009:23), em 2006, as mulheres brasileiras continuavam a ganhar rendimentos significativamente menores que os homens, variando de 83,5% na região Nordeste do país a 66% na região Sudeste (foco principal de nossa pesquisa).

<sup>15</sup> No início do século XXI, esse hiato entre os homens e mulheres economicamente ativas diminuiu, de acordo com Alves e Correa (2009: 19), com 52,4% da população feminina brasileira sendo economicamente ativa em 2007 *versus*

A representação desproporcional das mulheres entre as camadas mais miseráveis da população brasileira dificilmente pode ser considerada como resultado de falta de oportunidades conferida por baixa escolaridade ou por condições de saúde. Em geral, as brasileiras são majoritárias na educação secundária e terciária (52% e 56% de todos os alunos, respectivamente; CEPIA, 2007), tendo, em 2007, em média, 0,4 anos mais de escolarização formal do que os homens (Alves e Correa, 2009: 12). Sua expectativa de vida é, de fato, oito anos maior que a dos homens (75 versus 67 anos; CEPIA, 2007). O que pesa na construção da miséria feminina brasileira, então, não é mais a educação ou a saúde, mas a maneira como o trabalho das mulheres é organizado e (des)valorizado.

Como Friedrich Engels observou 125 anos atrás, com o nascimento do capitalismo, o trabalho doméstico, tradicionalmente responsabilidade da mulher, perdeu seu caráter social, sendo assim naturalizado como uma atividade não produtiva.

*No antigo lar comunista, que compreendia numerosos casais com seus filhos, a direção do lar, confiada às mulheres, era uma indústria socialmente tão necessária quanto a busca de víveres, de que ficavam encarregados os homens. As coisas mudaram com a família patriarcal e, ainda mais, com a família individual monogâmica. O governo do lar perdeu seu caráter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar se transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte na produção social. Só a grande indústria de nossos dias lhe abriu de novo – embora apenas para a proletária – o caminho da produção social. Mas isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais (Engels, 1982 [1884]: 21-22).*

Desde o momento em que Engels escreveu essas palavras, a situação tem mudado para melhor em termos da emancipação feminina. Porém, de acordo com a SPM, é preciso assinalar que a “nova mulher” brasileira, fruto das últimas três décadas de lutas feministas, ainda mantém uma interdependência entre sua vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica para o sexo feminino:

---

72,8% da população masculina.

*O avanço da industrialização e do seu corolário – a urbanização – separaram a mulher e sua família da esfera produtiva, tornando-a mera dona-de-casa. Esta é uma figura criada pela sociedade moderna, que deslocou as mulheres das antigas funções econômicas exercidas pelas famílias. A dimensão subordinada a que o gênero feminino se encontra, no exercício da “economia doméstica” é que, no plano simbólico, os afazeres domésticos se caracterizam como trabalho complementar, acessório, de ajuda. O paradigma da “naturalidade” da divisão sexual do trabalho impõe às mulheres a responsabilidade pelo espaço doméstico, com um ônus alto pelo conjunto das funções reprodutivas. Mesmo o aumento de sua participação no mercado de trabalho não levou a uma maior distribuição das tarefas domésticas entre os membros da família e tampouco gerou, ainda, uma ruptura total na estrutura patriarcal da família (CEPAL/SPM, 2005: 4).*

O recente trabalho de Alves e Correa, embora salientando os avanços significativos das mulheres brasileiras em recentes décadas, também destaca as diferenças estruturais na organização sexualizada do trabalho (re)produtivo como fonte da reprodução das desigualdades socioeconômicas de gênero no Brasil:

*Embora a população economicamente ativa (PEA) feminina tenha crescido mais rapidamente do que a masculina, o desemprego feminino se mantém mais elevado do que o masculino desde a década de 1980. Este fato ocorre, evidentemente, porque a oferta de trabalho feminino aumenta a um ritmo superior ao aumento da demanda. Dentre as explicações para o maior desemprego feminino, três merecem destaque:*

*a) Um dos fatores que contribui para o desequilíbrio entre oferta e demanda é a segregação ocupacional que torna o leque de profissões femininas mais estreito do que o leque ocupacional masculino. Assim, ao oferecer mais opções para os homens, o mercado atingiria um equilíbrio em um nível mais baixo de desemprego masculino, enquanto a disputa pelas poucas ofertas de emprego feminino torna o desemprego das mulheres um fenômeno mais frequente;*

*b) A divisão sexual do trabalho que incumbe preferencialmente às mulheres as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos e os idosos no domicílio torna mais difícil a compatibilidade entre o emprego fora do local de residência e os afazeres domésticos. Enquanto o homem pode optar por um emprego que o afaste a maior parte do dia (ou da semana) da rotina familiar, a mulher precisa, em geral, conciliar trabalho e família e suas opções são mais limitadas;*

*c) As mulheres, comumente, são mais vulneráveis à falta de segurança pública e de segurança no trabalho. A menor força física e os padrões culturais sexistas da sociedade dificultam a entrada da mulher em algumas ocupações consideradas inseguras ou exercidas em horário incompatíveis com o cuidado familiar (p. ex. vigia e segurança noturnos) (Alves e Correa, 2009: 28-29).*

Em outras palavras, embora hoje existam maiores oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho, a ascensão profissional dessas ainda se encontra atrelada à esfera doméstica. A tarefa de criar a próxima geração e de reproduzir as condições de trabalho da família através da manutenção doméstica continua a ser, em grande medida, uma responsabilidade feminina e, pior, um trabalho não pago, cuja natureza como trabalho nunca é explicitada.

Olhando para o Rio de Janeiro, por exemplo, encontramos claras indicações de como essa organização desigual do trabalho doméstico acaba impedindo o acesso das mulheres às carreiras profissionais, restringindo suas oportunidades de gerar renda. De acordo com pesquisa recente de Maria Salet Ferreira Novellino, do IBGE, a família nuclear – composta por mãe, pai e filhos – está deixando de ser a referência entre o quintil inferior de rendimento no estado do Rio de Janeiro, com 41,66% das famílias pobres do estado sendo chefiadas por uma mulher sem cônjuge<sup>16</sup>. Ademais, somente 45% dessas mulheres são empregadas, em comparação com 73% dos homens chefes de família (Novellino, 2002).

A desindustrialização do Rio de Janeiro, acoplada com a crescente feminização da pobreza, tem criado uma situação em que grandes contingentes de mulheres cariocas buscam uma inserção em um mercado de trabalho cujas exigências de qualificação são cada vez maiores, além de operar em um ambiente cada vez mais desregulamentado, com forte volatilidade e rotatividade da mão de obra. Essas mulheres frequentemente não se apresentam frente às demandas do mercado como seres econômicos individualizados, livres de quaisquer outras responsabilidades. Muito pelo contrário, na maioria dos casos continuam sendo responsáveis pelos trabalhos domésticos, não pagos, que possibilitam a reprodução socioeconômica de suas famílias.

Este dilema mostra sua face todos os dias nas salas de aula dos cursos de graduação universitária da faculdade particular onde trabalhamos que, aparentemente, reproduz situação comum em outras universidades fluminenses. Embora a maior parte do corpo discente da nossa escola seja composta por mulheres, qualquer pesquisa entre essas revelará que a maioria é sujeita não a uma jornada dupla, mas uma jornada *tripla*, que se reparte em atividades da escola, do trabalho e das responsabilidades domésticas. A gravidez – desejada ou não – afasta várias de nossas alunas de seus estudos por tempo indeterminado, que costuma ser prolongado por conta da necessidade de cuidar da criança. É um aspecto sintomático desta atribuição de papel o fato de uma proporção significativa de nossas alunas ser composta por mulheres maduras, que estão voltando aos estudos após vários anos dedicados ao trabalho doméstico, em muitos casos após o divórcio ou morte de seu cônjuge.

Por causa da constante divisão de responsabilidades entre esferas domésticas e profissionais, a participação de muitas mulheres no mercado de trabalho é esporádica e

---

<sup>16</sup> Já o número de famílias chefiadas por um homem sem cônjuge chega a apenas 4% nessa população.

fragmentada, frequentemente se resumindo numa série de subempregos temporários. Não pode ser considerada como constitutiva de uma carreira no sentido sociológico atribuído a essa palavra pela Escola de Chicago, ou seja, como uma série de posições de *status* e de ofícios claramente definidos, com sequências típicas de posição, sucesso e responsabilidade, um movimento integrante através do qual o indivíduo vislumbra a totalidade de sua vida e interpreta os significados de seus atributos, ações e acontecimentos (Hall, 1948: 327; Becker e Strauss, 1956: 253-255).

É nesse quadro macroeconômico que a prostituição surge como opção econômica. Colocando de forma bem simples, a prostituição oferece iguais ou até melhores condições de trabalho, por um “salário” bem maior, do que quase qualquer outro tipo de trabalho constitutivo do gueto dos subempregos femininos. O dinheiro é maior, o horário mais flexível e as violações dos direitos das trabalhadoras não são piores do que em qualquer outra profissão feminina no universo urbano, segundo nossas informantes.

### “Não deixo de ser puta para virar caixista de supermercado”: prostituição como opção de trabalho

Embora acreditemos que devam existir mulheres que são forçadas a entrar na atividade da prostituição, até agora não encontramos nenhuma em nosso trabalho de campo. Por que, então, entram e continuam no ramo? Em geral, há uma razão predominante: frente às outras opções de trabalho, a prostituição é vista como maneira mais eficaz de garantir a essas mulheres uma verba suficiente não só para sobreviver, mas para ensaiar uma ascensão socioeconômica. Neste contexto, é importante notar que todas as nossas informantes reportam ter acesso a outras oportunidades de emprego e muitas trabalhavam com carteira assinada. Contudo, a maioria exercia ocupações que pagam por volta de um salário mínimo<sup>17</sup> por uma jornada de mais que 40 horas semanais. Neste contexto, é mister salientar que ainda não encontramos nenhum caso de mulher que ganhe menos que um salário mínimo com jornada semelhante na venda de serviços sexuais, mesmo nos lugares onde o trabalho sexual é mais desvalorizado.

Em conversas com prostitutas, três trabalhos femininos emblemáticos foram quase sempre citados pelas mulheres e logo descartados como possíveis saídas da prostituição. Essas são (em ordem crescente de frequência): trabalhos domésticos, manutenção de uma casa como esposa e trabalho como caixista de supermercado. Esses trabalhos são sempre descritos como disponíveis, mas são desvalorizados, com

---

<sup>17</sup> O salário mínimo no estado do Rio de Janeiro em julho de 2009 era R\$ 512,67. De acordo com o IBGE, a renda mensal média da trabalhadora feminina sem carteira assinada na região Sudeste do Brasil era R\$ 334 em 1997.

a prostituição sendo descrita como uma atividade bem mais lucrativa e até menos desagradável. É bastante comum ouvir agentes políticos engajados na luta contra a prostituição opinar que “a educação e a profissionalização das meninas são a solução”. Todavia, é mister notar que a tão almejada “profissionalização” teria que criar uma verdadeira mudança de *status* socioeconômica: o que a maioria de nossas informantes lista como condições para largar a profissão é um salário equivalente àquele que ganha na venda dos serviços sexuais. Isto é dificilmente encontrado no mundo dos empregos tradicionalmente femininos. Como várias mulheres nos informaram: “Não deixo de ser puta para ser caixista de supermercado. Imagina trabalhar por 50 horas por semana e ganhar um salário mínimo!”.

Na prática, a grande maioria das prostitutas não parece viver muito melhor que as desprezadas donas de casa e caixistas de supermercado e, de fato, o casamento é uma das principais saídas da prostituição, de acordo com nossas informantes. Todavia, muitas mulheres salientam que as grandes vantagens da prostituição são sua flexibilidade em termos de jornada de trabalho e (entre as mais jovens) a possibilidade – remota, mas sempre presente – de ganhar muito dinheiro com clientes estáveis e/ou ricos. É a nossa hipótese, então, que uma das motivações principais atrás da prostituição é a *ambição* e não a estrita *necessidade*. Entre todos os ofícios tipicamente femininos no mercado de trabalho da cidade, somente a prostituição e o casamento oferecem uma chance para alcançar a ascensão social e, neste sentido, a prostituição tem distinta vantagem: não atrela o futuro da mulher a um indivíduo qualquer.

De fato, embora muitas prostitutas já tenham sido casadas ou procurassem se casar, o casamento em si é quase nunca entendido entre nossas informantes como, necessariamente, uma saída da prostituição. Em geral, existe uma grande desconfiança da capacidade do homem sustentar uma mulher. Nas palavras de *Wilma*<sup>18</sup>, mulher de 35 anos de idade que trabalha numa boate em Copacabana: “Homem promete muita coisa, mas geralmente não consegue cumprir suas promessas”.

*Pior: quando você casa com um homem, aí sim ele se acha seu dono. O que eu faço aqui na rua não é nadinha diferente daquilo que fazia em casa, quando era casada. Ou você acha que trepava com meu marido todos os dias porque morria de tesão e amores por ele? Não senhor! Era um trabalho, igual a esse aqui. Minto: era um dever. E você não ganha nada por um dever. Aqui sou paga por aquilo que faço, pelo menos. Meu marido nunca me pagou. Aliás, era eu que vivia dando dinheiro para ele.*

Mesmo nos casos onde o relacionamento com o marido é mais harmonioso, porém, existe um reconhecimento do fato de que, no atual mercado de trabalho, um salário dificilmente sustenta uma família inteira. Como dizia *Dara*, prostituta

---

<sup>18</sup> Todos os nomes das nossas informantes foram mudados para proteger seu anônimo.

de 40 anos de idade, atuante na prostituição de rua na Praça da República no Rio de Janeiro, “Meu marido não consegue cobrar as despesas da casa sozinho”.

*Ele se rala, mas ganha o salário mínimo. O que fazer, então? Já são passados os dias em que o homem ganhava suficiente para a mulher ficar em casa, cuidando da criancada. Talvez era assim nos dias da minha avó, mas hoje em dia todo mundo tem que ralar. Pelo menos [trabalhando] assim, eu ganho suficiente para ajudar lá em casa e ainda sobra tempo para cuidar da minha filha. Venho pra cá [a Praça da República] na sexta à noite, deixando Nina [sua filha] em casa com Beto [seu marido]. Aí, trabalho até que ganho uns 150-200 reais e volto, geralmente no domingo de manhã. Fico, então, o resto da semana em casa enquanto Beto trabalha. Ele sabe o que faço e sabe que não é por amor, nem sacanagem. Já falei pra ele: “Eu paro a hora que você quiser, mas é bom você poder, então, levar toda essa cambada nas costas, porque não vou achar outro trabalho que pague tanto quanto esse e que me deixe ficar em casa seis dias por semana”.*

Para Dara, então, a prostituição – longe de ser uma ameaça para a família – virou a única maneira em que ela podia reproduzir adequadamente a vida doméstica. Várias das nossas informantes casadas têm oferecido afirmações semelhantes. Como dizia Janice, mulher de 25 anos, também operante na Praça da República, “Ser esposa e mãe de família, meu bem? A única maneira que posso fazer isto é sendo puta. Você acha que poderia cuidar bem dos meus filhos e meu marido sendo caixista de supermercado? Mas nem fudendo! Aliás, é isto mesmo: só fudendo”.

É mister notar neste contexto que, mesmo trabalhos mais bem posicionados em termos de remuneração, muitas vezes também perdem em termos econômicos para a prostituição. Janice e Wilma trabalham à base de programas de um real por minuto e tipicamente ganham R\$ 20 por programa, sendo que 25 programas – ou pouco mais que oito horas de trabalho sexual – rendem o equivalente a um salário mínimo. Vânia, porém, tem 31 anos de idade – nove anos de prostituição – e trabalha no centro do Rio nas termas *Dado de Quatro*<sup>19</sup>. Ela deixou carreira de corretora de imóveis para virar prostituta:

*Meu antigo trabalho pagava bem, quando o dinheiro entrava. Às vezes ganhava até R\$ 2 mil por mês. Mas tinha períodos em que nada – absolutamente nada – entrava. Aí, uma amiga me falou sobre o disco Help em Copa. Lá, eu ganhava R\$ 200 por programa – que me ajudava pra cacete – e ainda poderia trabalhar como corretora, mas não gostava porque eu tinha que voltar para o hotel do cliente e nunca se sabe ... [i.e. o cliente poderia ser violento ou se recusar a pa-*

<sup>19</sup> Quase todos os nomes e endereços específicos de pontos de prostituição foram mudados para proteger o anonimato desses lugares. Existem duas exceções a essa regra: a discoteca Help e a Vila Mimosas, que são tão bem conhecidos como lugares de prostituição e tão *sui generis* no mundo do sexo comercial do Rio de Janeiro que qualquer tentativa de esconder suas identidades seria malograda.

gar]. Então, me ofereceram um emprego na *termas* Unicórnio. Lá, eu só ganhava R\$ 160 por programa e tinha que trabalhar todos os dias, mas era bem mais seguro. Três anos mais tarde eu vim pra cá, pois briguei com o dono da *termas*. Agora estou pensando em largar a *sacanagem* e voltar a ser uma corretora, pois já estou ficando velha demais para ser puta. Só que essa vez, já tenho meu apartamento e carro, tudinho pago pela putaria. Agora, com base segura, posso aguentar firme e forte as épocas de vacas magras.

Vânia também cogitava escrever um livro recontando sua vida como trabalhadora sexual nas *termas* do Rio.

O depoimento de Vânia é particularmente rico, pois nos oferece uma série de informações sobre a lógica econômica da prostituição e até de sua configuração como carreira. Formada com educação universitária e trabalhando numa profissão classe média, Vânia inicialmente visava o trabalho sexual *freelance* na discoteca Help como uma maneira de superar as crises financeiras periódicas criadas pela natureza economicamente incerta do ramo imobiliário. Ela largou a disco e sua carreira como corretora, porém, para trabalhar numa *termas*, ganhando menos por programa mas também lucrando com mais segurança. Vânia descreve sua saída do Unicórnio como resultado de uma briga com seu chefe, mas é importante salientar que a *termas* referida é a mais cara do Rio de Janeiro e emprega somente mulheres bastante jovens. Neste contexto, é bem capaz que os desentendimentos entre nossa informante e seu chefe tinham a ver com sua idade, que era bem avançada pelos padrões da *termas*. Vânia, então, deixou o Unicórnio para trabalhar no menos exclusivo Dado de Quatro e agora estava se classificando como “velha demais” para trabalhar naquele local também.

A carreira de Vânia, então, seguia o rumo de *carreira decadente*, descrita por Paul G. Cressy na obra clássica da antropologia urbana *The Taxi Dance Hall* (2008 [1932]). De acordo com esse autor, nos ramos ocupacionais que prezam a beleza, a idade tende a exercer uma pressão decadente na carreira da trabalhadora individual. Sendo mais velha num lugar cheia de moças jovens, o indivíduo vai ter que se esforçar cada vez mais para conseguir clientes. Existem duas soluções para este dilema: sair do ramo ou mudar-se para lugar menos exclusivo para conquistar uma posição mais competitiva com relação às outras trabalhadoras. Cressy afirmava que o resultado final desse processo era a “redução” da dançarina do *taxi dancehall* (presumivelmente branca) às casas mais baratas frequentadas por chineses e negros. No contexto da prostituição carioca, podemos imaginar tal processo desembocando, mais cedo ou mais tarde, nos pontos de rua em torno do Central do Brasil, lugar de prostituição unanimemente indicado, por mulheres e clientes, como o mais barato e perigoso do Rio de Janeiro. Em vez de seguir carreira adiante, porém, Vânia visava “recolher suas cartas da mesa” e voltar à sua antiga profissão de corretora, dessa vez



financeiramente reforçada pelos bens conquistados durante sua carreira como trabalhadora sexual.

Nem o casamento, nem outros empregos, então, podem substituir, necessariamente, a prostituição como meio de ganhar a vida. O caso de Vânia é um caso raro em que uma informante relatou ter deixado um emprego relativamente bem pago para trabalhar no ramo do sexo comercializado. Todavia, é mister salientar, neste contexto, que *todas* as nossas informantes, sem exceção, deixaram outros empregos para a venda dos serviços sexuais (ou, em alguns casos, combinam a prostituição com outras formas de trabalho). Sentimo-nos, então, seguros em dizer que é raro alguém entrar no ramo porque não tem acesso a outras formas de trabalho.

A moda recente, entre certos pesquisadores da prostituição, tem sido denunciar a noção de que a decisão de se prostituir poderia ser considerada como “livre”, dada as limitações estruturais impostas no trabalho feminino por um sistema socioeconômico patriarcal e capitalista. Julia O’Connell Davidson articula bem essa posição quando ela observa que é “a compulsão econômica que impulsiona [mulheres] para o trabalho sexual,” sendo que, mesmo nos Estados Unidos, país cujo PIB *per capita* é sensivelmente maior que o do Brasil, “muitas mulheres e meninas ‘escolhem’ se prostituir em vez de entrar nos 35% da população feminina, economicamente ativa, que ganham um salário miserável”. De acordo com O’Connell Davidson, escolher entre a venda do sexo e o trabalho como empregada doméstica, ganhando um salário mínimo, não pode ser qualificado como uma escolha de verdade:

*Descrever tais indivíduos como exercendo seus direitos de auto-soberania é tão ridículo quanto dizer que a prostituição representa uma violação de sua dignidade. Não existe dignidade alguma na pobreza, que nega a verdadeira agência à pessoa* (O’Connell-Davidson, 2002: 94)<sup>20</sup>.

O’Connell Davidson pretende criticar a posição hegemônica feminista norte-americana que, em suas palavras, “nega a possibilidade de apoiar os direitos daquelas pessoas que trabalham na prostituição, mas que ainda permanece crítica das desigualdades sociais e econômicas que subscrevem as relações de mercado em geral e a prostituição em partícula” (Ibid, 85). Todavia, tal posicionamento implica duas grandes pressuposições morais e teóricas que dificultam o estudo sócio-científico da prostituição.

---

<sup>20</sup> “Though some of these women and children have been forced into prostitution by a third party, it is dull economic compulsion that drives many of them into sex work, just as in America (a country with a per capita GDP of U.S.\$21,558), many women and girls “elect” to prostitute themselves rather than join the 35 percent of the female workforce earning poverty-level wages (Castells 1998). To describe such individuals as exercising rights of self-sovereignty seems as spurious as stating that their prostitution represents a violation of their right to dignity. There is no dignity in poverty, which denies the person full powers of agency. Yet the right to sell one’s labor (sexual or otherwise) does not guarantee the restitution of dignity or moral agency.”

Em primeiro lugar, o posicionamento “estruturalista” de O’Connell Davidson constrói uma situação ideal e utópica (a “igualdade”), nunca encontrada em relações sociais vividas entre seres humanos reais (pelo menos em sociedades de grande escala), para criticar a situação empírica (a “desigualdade”) dentro do qual a prostituição funciona. Assim, a autora viola uma das regras principais da investigação sócio-científica traçada por Emilé Durkheim, pois retrata os fatos sociais não como coisas a serem observadas, mas como construções morais que devem ser avaliadas de acordo com teorias filosóficas e/ou religiosas previamente estabelecidas (Durkheim, 1978). Em segundo lugar, tal posicionamento confunde a noção liberal iluminista de *agência* (i.e todo indivíduo é um ser livre, sem limites nas suas atividades além daqueles por ele mesmo impostos) com o conceito antropológico do mesmo (todo indivíduo toma decisões dentro de um campo sócio-culturalmente definido de possibilidades e tais decisões têm o potencial de alterar significativamente sua trajetória de vida [Velho, 1994]).

Do ponto de vista do estudo sócio-científico da prostituição, a posição estruturalista articulada por O’Connell Davidson nega a agência dos indivíduos envolvidos na prostituição e corre o risco de perder de vista um ponto importante que é quase sempre salientado por nossos informantes: a percepção, por elas, da prostituição como uma opção de trabalho *melhor* que as outras presentes em seu campo de possibilidades. Em outras palavras, enquanto Julia O’Connell Davidson não percebe a prostituição como “opção verdadeira”, frente a uma igualdade idealizada, nossas informantes, extremamente cientes das realidades sociais empíricas que condicionam suas vidas, geralmente não veem a prostituição como “a última possibilidade frente à miséria”: elas a veem como possível saída da miséria. É justamente essa distinção que faz a prostituição ser uma opção distinta da grande maioria dos trabalhos tradicionalmente femininos no Brasil urbano: a possibilidade, mesmo que pequena, de gerar certa independência e mobilidade socioeconômica.

Como temos visto, então, o trabalho sexual tem uma série de características que o torna uma opção econômica bastante atrativa. Em primeiro lugar, é relativamente rentável. Segundo, é um ofício que exige pouca preparação profissional, sendo aberto a quase qualquer pessoa. Frise-se aqui que ele é particularmente aberto aos jovens, fração etária da sociedade com maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho, dado a sua falta de currículo. Finalmente, é um trabalho que, muitas vezes, é altamente flexível. O trabalhador sexual frequentemente pode exercer o ofício de vender sexo e também se dedicar a outras atividades ou trabalhos com mais facilidade.

Ironicamente, as próprias revoluções femininas e dos costumes sexuais no Brasil não parecem ter diminuído o número de prostitutas. Apesar do fechamento da grande maioria dos bordéis tradicionais que, antigamente, marcaram nossa paisagem urbana, a crescente mobilidade espacial feminina tem criado mais flexibili-

dade na venda e procura do sexo. Convém lembrar, também, que a revolução nos meios de comunicação criada pela internet tem também facilitado a descentralização de oferta e compra dos serviços sexuais. Portanto, embora as antigas “casas de tolerância” e a prostituição estilo *trottoir* (i.e. de rua) possam sofrer uma maior repressão por conta das pressões políticas, seu lugar está sendo tomado por uma vasta e intrincada rede descentralizada de serviços sexuais que utiliza a internet para colocar mulheres e clientes em contato.

Todas as características acima descritas fazem do trabalho sexual uma opção que atende bem às necessidades de muitas cariocas – e não apenas as mais pobres. Sintomaticamente, a maioria das prostitutas cariocas por nós entrevistadas em Copacabana e no Centro da cidade são oriundas das classes trabalhadoras e média baixa dos subúrbios cariocas, e não das favelas, e quase todas estão engajadas em projetos de ascensão socioeconômica de longo e médio alcance. Parte significativa das nossas informantes, por exemplo, está regularmente matriculada em cursos universitários da rede particular. Nestes casos, o próprio trabalho sexual está ajudando a pagar a formação profissional da mulher dentro de outros setores da economia. Outra grande parte das nossas informantes utiliza o dinheiro providente de seu trabalho para a compra de imóveis. Quase todas visam um futuro próximo em que vão largar a venda do sexo para se integrar em outros setores da economia. A prostituição, então, é em muitos casos um meio para um determinado fim e não necessariamente uma opção totalizante da vida. Em outras palavras – e seguindo as afirmações de nossas informantes –, é mais correto dizer que as pessoas *estão se prostituindo* e não que *são* prostitutas.

### “Exploração” e o trabalho sexual

Todavia, o trabalho sexual é um ofício – como muitos outros – que também pode ser perigoso, sujo e cansativo. As prostitutas são desmoralizadas como classe e a atual legislação contraditória referente ao ofício impede a regulamentação eficaz de seu trabalho. A violência contra a prostituta é poucas vezes impedida pelos agentes da lei: a organização irregular e o preconceito frente ao trabalho sexual colocam suas praticantes em uma zona de penumbra quando se trata de seus direitos. Esses são rotineiramente violados pelos donos das boates, termas, agências de *escort* e casas noturnas que lucram, direta e indiretamente, com o trabalho sexual, e que extraem uma taxa significativa de exploração da labuta das trabalhadoras através da utilização de uma série de mecanismos. Em outras palavras, embora a cafetinagem, em sua acepção mais brutalmente exploradora<sup>21</sup>, não pareça ser estruturalmente

---

<sup>21</sup> Referimo-nos aqui à visão estereotipada do cafetão (ou cafetina) como indivíduo que possui um “estábulo” de mulheres quase escravizadas e que se apropria dos frutos do trabalho sexual dessas através da violência física ou através

significante na organização econômica da prostituição urbana (particularmente no Rio de Janeiro), existe uma série de agentes que exploram a prostituta, no sentido marxista da palavra, através da apropriação dos frutos de seu trabalho.

É importante que o leitor entenda que aqui não estamos falando da *exploração sexual*, artefato legal plástico e extremamente mal-definido na jurisprudência brasileira que é utilizado, quase exclusivamente, para reprimir a prostituição. Quando falamos em *exploração* neste artigo, estamos falando do conceito marxista que estipula que todo trabalho remunerado, sob condições de capitalismo, envolve a extração da mais-valia. Neste sentido, a prostituição não é nada diferente das outras ocupações profissionais.

Tem sido a posição, entre certa ala de pensadores feministas e marxistas, que o trabalho sexual é *exploração sexual* e, portanto, é classificável como sinônimo de *tráfico de mulheres* e/ou *escravidão* (Leal e Pinheiro, 2007:18-19). Na visão desses analistas, a única coisa que pode ser comprado e vendido no comércio do sexo é o corpo e a pessoa da mulher. Portanto, a *exploração sexual* é entendida como sinônimo de qualquer trabalho sexual e é qualificada como “uma mutação da sociedade moderna ou, ainda, pós-moderna. Uma reificação da barbárie” (*ibid: idem*). Essa posição ignora a realidade do trabalho sexual, *qua* trabalho, e a natureza da venda dos serviços, sejam esses sexuais ou de outra natureza, como comércio. Se for verdade, como Marx e Engels estipulam, que os seres humanos “precisam comer, beber, se abrigar e se vestir [e], portanto, precisam trabalhar” (Engels, 1986:376), é igualmente verdadeiro que precisam manter relações sexuais e que essas relações também podem ser vendidas como qualquer outro serviço. Sexo, enfim, não pode ser visto como um campo à parte das relações socioeconômicas capitalistas. De fato, Friedrich Engels até faz questão de equiparar “a cortesã habitual” que “aluga o seu corpo por hora” com a trabalhadora assalariada, reservando para a esposa engajada num “matrimônio de conveniência” o rótulo de “escrava” (Engels, 1982 [1884]:20). Sob essa ótica, não existe razão necessária para entender a prostituta como menos trabalhadora ou mais escravizada que qualquer outra operária nas diversas áreas de serviços.

Enfim, no regime capitalista, a *exploração* é a sina de todo trabalhador e este fenômeno não pode ser equiparado com a *exploração sexual*, entendida por fins do presente artigo como situação análoga à escravidão. Vamos deixar nossa posição cristalina para aquelas pessoas que propositalmente confundem a *exploração sexual* e a *exploração* no sentido marxista da palavra: uma enorme maioria de nossas informantes, na medida em que se sentem exploradas, se sentem exploradas economicamente enquanto trabalhadoras e não enquanto mulheres supostamente rebaixadas à condição de escrava ou mero objeto inanimado. De fato, é importante notar

---

da dependência das mulheres em drogas. Embora tais indivíduos certamente existissem no Rio, em mais de cinco anos de pesquisa, não encontramos nenhum.

neste contexto que as nossas informantes qualificam as batidas policiais, geralmente justificadas como medida repressiva da exploração sexual, como violação de seus direitos e dignidade.

A posição limiar da prostituição no Brasil como trabalho, legalmente reconhecido, porém não regulamentado, e a ilegalidade de lucrar com a labuta sexual de terceiros (qualificado como lenocínio pelo Código Penal brasileiro), têm configurado um campo de trabalho *sui generis*. Em geral, a prostituta é situada nesse campo como “independente”: uma espécie de pequena burguesa do sexo; alguém que controla seu corpo, entendido aqui como a meia chave para a produção do ato sexual. Porém, tal produção implica em uma série de outros insumos e meios de produção que geralmente não são controlados diretamente pela prostituta e que precisam ser comprados ou alugados por ela. É justamente aqui – na venda ou aluguel desses insumos – que a maior parte da expropriação do valor do trabalho da prostituta acontece.

Em primeiro lugar, a trabalhadora sexual precisa de um lugar onde possa encontrar o cliente e negociar os serviços sexuais. Isto não é tão fácil quanto pode parecer a primeira vista, pois geralmente necessita a construção e a manutenção de uma *região moral* – na acepção de Robert Park, uma região em que prevalece um código moral distinto, frequentada por pessoas que são “dominadas... por um gosto, paixão, ou interesse enraizado diretamente na natureza original do indivíduo” (1984 [1925]: 45-48). Essas regiões têm que ser minimamente atraentes para os clientes, oferecendo um clima descontraído (geralmente regado a bebidas alcoólicas) e anônimo. Em outras palavras, a prostituta precisa da existência de algum lugar onde o cliente saiba que vai encontrar sexo à venda e que vai se sentir à vontade. Tal lugar pode ser virtual (um site na internet, por exemplo, ou uma central telefônica que articule clientes e garotas de programa), mas ele há de existir. Sendo que a prostituição é uma atividade estigmatizada e muitas vezes reprimida, a existência de tais regiões morais implica numa série de negociações constantes com autoridades e residentes locais que, por sua vez, implica numa série de gastos.

Em segundo lugar, a prostituta tipicamente precisa de um lugar privado e seguro onde ela e o cliente possam praticar atos sexuais. Isto pode ser o mesmo que o local de encontro, ou pode ser outro lugar. Nota aqui que “privado” e “seguro” são conceitos relativos que, em última análise, podem significar um beco escuro ou um carro estacionado.

Em terceiro, embora não precisem, muitas prostitutas preferem ter um apoio para garantir a segurança contra clientes violentos e para ajudar na cobrança de dívidas. Novamente, como a prostituição é uma atividade estigmatizada e semi-legal, ela não pode contar com a ajuda da polícia ou de outras autoridades públicas para estes fins.

Finalmente, existe uma quantidade enorme de insumos e ferramentas que são consumidas ou utilizadas no exercício da prostituição, mas que não são exclusivos

ao negócio do sexo. Esses insumos incluem: roupas (lingerie sexualmente atraente, biquínis, calças apertadas, sandálias de salto alto de acrílico e fantasias sexuais como uniformes de enfermeiras ou colegiais), perfumes, bebidas alcoólicas, comidas, camisinhas, brinquedos sexuais e músicas para dança.

Tipicamente, no Rio de Janeiro e São Paulo, a exploração da prostituição enquanto trabalho se constitui não tanto na extração direta da mais-valia do trabalho sexual (i.e. o recebimento de uma porção do programa), mas na venda ou no aluguel dos insumos e ferramentas acima descritas e, particularmente, no controle do primeiro: as regiões morais onde a prostituição é permitida ou tolerada. Para melhor entender como funciona essa exploração, porém, é preciso entrar numa descrição da geografia humana da prostituição num caso particular, a saber, o da cidade do Rio de Janeiro.

## A geografia humana do trabalho sexual no Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro contém uma enorme variedade de serviços sexuais à venda, sob as mais diversas condições. Dar conta desse universo – mesmo limitando-o à prostituição heterossexual protagonizada por mulheres – é uma tarefa além da capacidade de um simples artigo como esse. Todavia, nossas investigações do fenômeno permitem ensaiar a construção de uma tipologia idealizada da venda dos serviços sexuais na cidade.

Tradicionalmente, a prostituição feminina no Rio tem sido dividida em duas alas: o *baixo meretrício* e o *alto meretrício*. Trabalhos mais recentes vindos da história (Meade, 1991) e da antropologia (Gaspar, 1984) têm ampliado essa análise, estipulando uma classificação triparte e acrescentando o *médio meretrício* ao modelo. Seguindo as classificações proferidas por Gaspar, Henrique Dantas descreve os três “níveis” de prostituição carioca da seguinte maneira:

*A “alta prostituição” seria a tendência para o futuro desta forma de ganhar a vida nos grandes centros urbanos. As garotas agiriam sob seu próprio controle, publicando anúncios em jornais com número de telefone para contato. Muitas vezes, no próprio anúncio, fazem questão de deixar claro o seu cliente “alvo”: executivos de bom gosto. O valor estabelecido por elas geralmente só é acessível a pessoas de alto poder aquisitivo. A ida da prostituta ao local indicado pelo cliente é característica deste tipo de prostituição. O gasto com o táxi ou com o combustível do carro da garota também é, na maioria das vezes, de responsabilidade do cliente...*

*A média prostituição (estudada por Gaspar) seria aquela praticada em boates e casas de massagens espalhadas por toda a cidade. Suas praticantes, como regra geral, possuem aparência produzida e não estão “expostas” nas ruas, portanto, segundo a concepção delas, correm riscos menores que as praticantes da baixa pros-*

*tituição. Porém, risco menor não quer dizer que não estão correndo algum perigo, pois isto é um fato real de todas as escalas da prostituição... Um ponto considerado importante para a opção destas mulheres pelo trabalho em boates e casas de massagens seria justamente por buscarem uma maior segurança, ainda que relativa, afinal, entre quatro paredes, tudo pode acontecer. O preço do programa nestes lugares costuma variar de acordo com o bairro. Nas casas de massagens o valor é único para todas as garotas e costuma ser cobrado de acordo com o tempo que o cliente pretende ficar com a garota. Por exemplo, R\$ 50 por trinta minutos, R\$ 80 por uma hora, e assim por diante. Existe uma tabela e a mulher deve sempre assinar nas páginas de um livro controlado por um gerente a cada vez que levar um cliente para o seu quarto, ou “cabine”, como costumam chamar (estes livros para assinatura também existem nas casas da Vila Mimosa). Já as prostitutas que frequentam as boates estabelecem seu próprio preço, e não costumam ter um vínculo muito grande com os donos ou gerentes destes estabelecimentos. Em geral fazem um acordo verbal, comprometendo-se a fazer com que os clientes consumam o máximo possível em bebidas e aperitivos.*

*Ainda contextualizando-nos ao quadro do meio urbano do Rio de Janeiro, procuro identificar como praticantes da baixa prostituição mulheres de diversas idades que negociam o corpo nas ruas, em áreas como a Quinta da Boa Vista e Central do Brasil, e na Vila Mimosa.... Geralmente são mulheres que não fazem muitas exigências ao cliente e com um grau de promiscuidade maior que as das outras escalas. Estão frequentemente dispostas a praticar o ato sexual não apenas em lugares exclusivos como os hotéis, sendo mais comum o interior dos carros e as áreas mal iluminadas (no caso específico da Quinta da Boa Vista). É dentro desta escala da prostituição que se encontra o maior número de mães e viciadas em drogas. A violência quase explícita nestas áreas é um ingrediente que completa o quadro, sendo característica de todos os personagens, sejam as mulheres, clientes ou frequentadores. Fenômeno não exclusivo dos grandes centros urbanos, a baixa prostituição tem sido uma saída encontrada por milhares de mulheres para resolverem questões financeiras (Dantas, 2002).*

A descrição de Dantas merece ser citada por extenso, pois exemplifica uma série de problemas e preconceitos típicos que estão embutidos nesse *modelo dos múltiplos meretrícios*, a mais candente do qual é a presunção de existência de uma escala totalizante moral/econômica que pode ser usada para classificar os tipos de trabalho sexual, mas que mantêm grandes congruências com teorias social-evolucionistas tradicionais ao respeito da população carioca.

É válido lembrar que esse modelo não está completamente errado, se fôssemos aceitá-lo como uma tipificação ideal bastante ampla e um tanto vaga da prostituição. Afinal de contas, todos os nossos informantes, clientes e prostitutas, reconhecem a existência de prostituições *melhores* e *piores* e quase todos concordam

com Dantas que o “fundo do poço” no universo do sexo comercializado no Rio de Janeiro pode ser encontrado nas ruas em torno do Central do Brasil ou da Quinta da Boa Vista. Todavia, ir além desse consenso, como Dantas o faz, é bastante complicado.

Em primeiro lugar, não existem provas contundentes de que a prostituição mais barata é, por natureza, necessariamente mais violenta, degradante ou até promíscua que a prostituição mais cara, como Dantas argumenta. No máximo, isto só pode ser qualificada como hipótese a ser explorada. Em segundo, não existe uma concordância absoluta entre os tipos de trabalho sexual, os preços pagos por ele, os tipos de clientes que o compram e os tipos de mulher que os providenciam. Como notamos acima, a prostituição em geral – e não só a assim chamada baixa prostituição – pode ser qualificada como uma saída encontrada por... mulheres para resolverem questões financeiras”. Finalmente, a nosso ver, é bastante perturbador o fato de que o modelo de múltiplos meretrícios, que é sobretudo um modelo determinista, associa classe, raça<sup>22</sup>, gênero e níveis de estigma em “pacotes” holísticos. Nossa pesquisa indica que existe uma flexibilidade bastante notável no trabalho sexual carioca, com mulheres e clientes circulando entre várias formas e locais de prostituição.

Nossa pesquisa revelou 274 pontos de prostituição no município do Rio de Janeiro, dos quais visitamos pessoalmente 52. Devemos salientar que, por fins desse artigo, *ponto* quer dizer um endereço ou região moral qualquer. Por tanto, *Vila Mimososa*, uma rua de dois quarteirões de extensão que abrange mais que 25 *casas* e *boates*, todos dedicados à venda do sexo, é qualificado aqui como um ponto só. Idem o prédio Av. Rio Branco 651, que contém uma dúzia de *privés* sob controle de donos diferentes. Se fôssemos levar em conta cada ponto individual e separado de venda, nossa contagem chegaria a mais de 400.

Também tem que ser salientado que alguns desses pontos mudam de lugar e dono com certa frequência e que nossa pesquisa abrange um período de sete anos, de 2002 a 2008. A termas *Bonhomme*, por exemplo, começou a vida como termas gay e fechou em 2005, logo depois de ser re-inaugurada como local dedicado à prostituição heterossexual feminina. Seis meses mais tarde, porém, reabriu-se no mesmo endereço, supostamente com novos donos, como a termas *Firebird*. Nestes casos, quando o lugar muda de dono e/ou nome, mas permanece no mesmo endereço, temos contado ele como um só ponto. Todavia, a situação se complica ainda mais com as *casas de massagem* e *privés* do Centro, onde a repressão da prostituição pode resultar num determinado ponto sendo fechado num local e reaberto sob os mesmos donos em outro. Esse tipo de situação não é comum, porém, e a maioria

---

<sup>22</sup> Pois, afinal de contas, o exemplo que Dantas oferece de uma mulher engajada na prostituta “alta” é “loira e descendente de alemães” enquanto a prostituta exemplar do baixo meretrício é “morena” (ibid: idem).



dos pontos contados por nós tem mantido suas portas abertas pelos últimos três anos (ou mais). Por fins do presente artigo, retiramos da nossa contagem qualquer ponto de prostituição que saibamos ter sido fechado antes de dezembro de 2006.

Em termos de classificação, em vez de seguir o velho modelo de múltiplos meretrícios, inicialmente acompanhamos as classificações êmicas apresentadas por nossos informantes (tanto prostitutas, quanto clientes). Assim, podemos afirmar que existem 21 qualificações de prostituição na cidade, divididas por local de encontro (de elite, *call-girl/escort*, termas, massagens, *privés*, *peep show* (diversões eróticas), cinema, casas/bordéis, rua, bar, boate, praia, swing, amadoras, hotel e disco), tipo de programa (“toda a noite”, “*girl friend experience*” e *fast-sex/fast foda*) e categorização morais (“de luxo”/ “de elite” e “*trash*”).

Essas classificações êmicas, porém, são subjetivas e contraditórias e não são, obviamente, exclusivas. O mesmo lugar pode ser qualificado de maneiras diferentes por pessoas diferentes. Isto é particularmente o caso com as qualificações *casal bordel*, *termas*, *massagem* e *privé*. Falando brevemente, esses termos parecem ser, até certo ponto, intercambiáveis e genéricos. Um lugar pode ser chamado de *terma*, por exemplo, mesmo que não disponibilize saunas, ou de *massagem* mesmo que não ofereça tal serviço. E, é claro, *casa* sempre acaba sendo o genérico para quase todo e qualquer ponto fechado de prostituição.

Portanto, era preciso peneirar e analisar com cuidado essas categorias na construção de uma tipificação ideal ética dos pontos de prostituição no Rio. Chegamos à conclusão, então, que podemos categorizar o sexo comercial na cidade em nove estilos básicos de ponto (cinco “fechados”, três “públicos” e um “misto”<sup>23</sup>), duas categorias morais e três tipos de serviços especiais. Em termos das informações econômicas apresentadas abaixo, os preços vêm do período 2006-2008, que foi época de certa estabilidade no mercado do sexo da cidade.

## Tipos “fechados” de pontos prostituição

Qualificamos como “fechados” os tipos de pontos onde a prostituição acontece dentro de uma determinada região moral com pouca ou nenhuma visibilidade frente à sociedade circundante. Os cinco tipos de pontos fechados de prostituição encontrados por nós no Rio de Janeiro incluem *serviços de call girl*, *termas/boates* (uma categoria só), *casas de massagem*, *privés* e *casas*.

### *Serviços de call girl, escort, agência*

Isto é propriamente um ponto virtual, sendo que a região moral onde o cliente encontra-se com a prostituta não existe no espaço físico. Basicamente fa-

---

<sup>23</sup> Cinco lugares escaparam dessas categorizações de ponto: 3 casas de swing, um *peep show* e uma cinema.

lando, o cliente encomenda os serviços de uma determinada prostituta após ter visto suas informações de contato na internet, no jornal, numa revista, num panfleto colado num orelhão ou após recebê-las de terceiros. A prostituta pode estar trabalhando independentemente, por si só, ou pode participar de uma agência, que disponibiliza suas informações de contato em troca de um pagamento ou uma porcentagem do programa. A prostituta vai, então, até o local de encontro escolhido pelo cliente (tipicamente a casa ou hotel dele), faz os serviços e é paga na hora. A quantidade recebida varia por duração de programa (duas horas, tipicamente, mas por hora e por noite também), em geral de R\$ 50 a R\$ 150 por hora. Tipicamente, a prostituta também ganha uma quantidade adicional para cobrar suas despesas de viagem de táxi (R\$ 30 a R\$ 50). Segue abaixo uma amostra dos preços cobrados para serviços de *call girl* no Rio de Janeiro (como sempre, os nomes das agências, lugares e agentes apresentados nessa seção foram modificados para proteger o anonimato):

<i>Katia Scort</i> , jan./2008:	R\$ 100 por 2 horas; R\$ 300 por noite; R\$ 30 p/táxi
<i>KGB Plus</i> , out./2006:	R\$ 300 (tempo não especificado); R\$ 50 p/táxi
<i>Show de Scort</i> , jun./2006:	R\$ 100; R\$ 30 táxi
<i>Hotties.com</i> , jul./2008:	R\$ 250 por 2 horas; incl. táxi
<i>Kris models</i> , fev./2008:	R\$ 100 por 2 horas; R\$ 50 p/táxi
<i>Mader models</i> , jan./2008:	R\$ 150 por 2 horas; R\$ 35 p/táxi
Número num orelhão, jun./2006:	R\$ 50 por hora
Número através do jornal, jun./2006:	R\$ 60 por hora

Embora muitas vezes qualificada como uma espécie “superior” de prostituição (provavelmente porque é removida dos olhos do público), nossas pesquisas indicam que o trabalho de *call girl* pode ocultar um dos maiores taxas de exploração. De acordo com um de nossos informantes, as mulheres que trabalham para agências, além de devolver 50% do preço do programa à agência, também pagam uma taxa de até R\$ 500 por mês para serem listadas em seu *book* ou *site*. Como dizia um dos nossos informantes clientes, amigo de várias garotas de programa:

*No Kris Models, as meninas precisam pagar os primeiros R\$ 400 ganhos toda semana para a agência e, após isto, elas dividem o preço do programa, meio a meio, com a agência. Então, vamos imaginar que uma das meninas de Kris faz 10 programas por semana, por R\$ 100 cada. Kris Models ganhará os primeiros R\$ 400 e 50% do que sobrou, deixando a menina com somente R\$ 300 para seu labuto.*

Presumindo 10 programas de R\$ 100 por semana, então, a taxa de exploração deste tipo de serviço sexual pode superar 70%. Isto quer dizer que o grosso da re-

muneração da prostituta que trabalha com agência deve vir do preço “adicional” do transporte e essa hipótese é sustentada pelos relatórios de nossos informantes clientes, que reportam grandes conflitos com prostitutas quando tentam negociar o preço do táxi. É também notável, neste contexto, que o transporte cobrado por prostitutas “independentes” (i.e. as que não trabalham com agências) raramente excede R\$ 20 e, muitas vezes, nem faz parte do preço estipulado do programa.

É possível, então, perguntar: por que uma mulher trabalharia com uma agência, dada esse nível de exploração? Duas respostas foram apresentadas por nossas informantes. Em primeiro lugar, o trabalho de *call girl* agenciada é extremamente anônimo, pois, além de não ter exposição pública<sup>24</sup>, a central pode recolher o nome e informações do cliente previamente, deixando a mulher evitar pessoas conhecidas em outros contextos além da prostituição. Em segundo lugar, o trabalho com uma agência é extremamente flexível: a mulher só vai ser destacada para o trabalho caso tenha um programa a sua espera. Isto deixa seus dias livres para outros tipos de trabalho (de sexo ou não), para a escola, ou para as tarefas domésticas.

Encontramos 54 diferentes agências e pontos virtuais de prostituição no Rio de Janeiro (sem contar, é claro, os meios informais de transmissão de informações, tipo orelhões).

### *Termas e boates*

Uma “termas”, propriamente dita, é uma casa de sauna que também oferece serviços sexuais. Muitos lugares no Rio de Janeiro se chamam de termas, porém, sem oferecer saunas e o termo parece ser um genérico para “casa de prostituição” na cidade. Por fins de nossa classificação ética, apresentada aqui, usamos *termas* só para indicar aqueles lugares que acreditamos serem termas de verdade (i.e. que incluem saunas).

Este espaço parece ser uma das formas mais populares de prostituição entre os clientes da cidade e também é aparentemente uma especialidade carioca, sendo que essa forma de prostituição não se encontra tão destacada (pelo menos em sua variante heterossexual) Brasil afora. De acordo com o cliente Bubba Boy (autor de *The Bubba Report for Rio de Janeiro*), a prostituição de termas funciona da seguinte maneira:

*Ao entrar, você recebe uma chave para um armário, onde você vai deixar suas roupas e outros pertences [a casa vai te providenciar um robe e sandálias havaianas para usar durante sua estadia]. Você pode, então, ir à sauna ou ter uma massagem não-sexual... Quando você quer interagir com as garotas, você vai à boate, que é o bar... onde as meninas estarão te esperando. As meninas não são*

---

<sup>24</sup> Deve ser salientado, neste contexto, que as fotos das mulheres, apresentadas nos sites virtuais das agências, não correspondem às mulheres que trabalham nestes locais.

*pagas para trabalhar na boate, porém: elas só recebem quando te levam para uma cabine particular... A chave de seu armário é tipo seu cartão de crédito lá dentro. O dinheiro nunca troca de mãos dentro de uma termas e você só pagará por tudo na saída. Portanto, não perca sua chave!*

*... Uma vez que você decide que quer conhecer melhor uma das moças da casa, você decide quanto tempo quer gastar com ela (40 minutos é o normal) e ela vai levar sua chave e ir embora para se preparar. Ela voltará em cinco minutos e aí vocês vão para uma das cabines onde você tentará imitar uma estrela dos filmes de pornografia... (Bubba Boy, 2007:3-5).*

Trabalhar numa termas é um emprego *full time* e as mulheres tipicamente aparecem lá de quatro a seis vezes por semana. Não recebem nenhum salário da casa e sim o preço do programa e, geralmente, são multadas em até R\$ 300 por cada dia que faltam. As mulheres, em geral, não trabalham enquanto estão menstruadas, mas a casa ainda cobra a multa pela falta naqueles dias. Portanto, muitas mulheres que trabalham em termas abusam das pílulas anticoncepcionais para nunca terem que menstruar.

A ficção que permite a prostituição de termas é que as mulheres não são funcionárias da casa. Portanto, embora o preço do programa seja padronizado dentro da termas (variando por tempo gasto no serviço sexual), a casa geralmente não toca nesse dinheiro, ganhando com a entrada, a venda de comes e bebes e – crucialmente – o aluguel de cabines e quartos. Os preços cobrados pelas termas do Rio variam dramaticamente conforme a qualidade e higiene das instalações. Tipicamente, entre 10 e 30 mulheres estarão presentes numa termas, embora existam algumas “mega-termas” (Dado de Quatro, por exemplo) que dizem disponibilizar quase 200 garotas de programa.

Segue abaixo uma lista dos preços cobrados em 2008 por uma seleção representativa de termas cariocas. Note que o dinheiro do “programa” fica com a mulher, o resto podendo ser classificado, então, como taxa de exploração (explícito em termos de porcentagem do preço pago pelo cliente, no final). Todos os preços datam de dezembro de 2008:

<i>Unicórnio:</i>	R\$ 90 entrada, R\$ 100 quatro, R\$ 150 programa 40 min. 56%.
<i>El Hombre:</i>	R\$ 50 entrada, R\$ 60 quatro, R\$ 140 programa 40 min. 44%.
<i>Dado de Quatro:</i>	R\$ 40 entrada, R\$ 40 quatro, R\$ 120 programa 40 min. 42%.
<i>Preto e Branco:</i>	R\$ 10 entrada, R\$ 20 quatro, R\$ 40 programa 40 min. 42%.
<i>Aerolinhas:</i>	R\$ 60 entrada, R\$ 90 quatro, R\$ 100 programa 40 min. 60%.
<i>Berlin Café:</i>	R\$ 20 entrada, R\$ 50 quatro, R\$ 160 programa 40 min. 30%.
<i>Espaço Atlântico:</i>	R\$ 3 entrada, R\$ 20 quatro, R\$ 20 programa 40 min. 53%.

A taxa de exploração do trabalho sexual nas termas do Rio de Janeiro varia de 30-60%, sendo por volta de 40% na maioria dos lugares. Embora tal taxa seja razoavelmente alta e apesar do trabalho nas termas exigir dedicação exclusiva ou quase exclusiva, muitas mulheres preferem esta modalidade de trabalho, pois oferece um alto grau de segurança, um razoável grau de anonimato (embora já tenhamos ouvido histórias de meninas encontrando seus pais nas boates de uma termas) e também elimina argumentações com os clientes na hora de pagar.

Boates são semelhantes às termas, pois são ambientes fechados cuja razão de existência declarada é a oferta de outras diversões além dos serviços sexuais (nesse caso, shows de dança e, às vezes, *strip-tease* ou sexo ao vivo), mas onde as mulheres da casa estão disponíveis para a prostituição. Uma boate pode ou não ter cabines no lugar. Se tiver, funciona mais ou menos de acordo com uma termas, com a casa ganhando dinheiro com a entrada e com o aluguel de espaços para realizar os atos sexuais. Se a boate não tiver cabines, as mulheres geralmente são funcionárias pagas da casa e os clientes, além de pagar a entrada, precisam pagar uma “multa” para tirá-las do lugar (o sexo sendo consumido num lugar da escolha do cliente – tipicamente um motel ou hotel nas proximidades da boate). Neste caso, o preço do programa não será padronizado pela boate, com cada mulher negociando o que acha justo.

Como as termas, as boates variam muito em termos de higiene e qualidade. Em média são encontradas de cinco a 20 mulheres trabalhando numa boate típica e esse tipo de trabalho geralmente exige dedicação exclusiva. Abaixo, encontra-se uma lista dos preços numa seleção de boates típicas no Rio. Novamente, a entrada, multa de bar e/ou o preço de aluguel das cabines constituem a taxa de exploração extraída do programa:

<i>Sweet Jane</i> , jul./2007:	R\$ 60 entrada, R\$ 60 multa, R\$ 300 programa por noite. 29%.
<i>Bertolucci's</i> , jun./2008:	R\$ 30 entrada, R\$ 50 multa, R\$ 150 programa por 2 horas. 35%.
<i>Miami</i> , jun./2007:	R\$ 10 entrada, R\$ 20 quarto, R\$ 50 programa por 45 minutos. 37%.
<i>Casa Grande</i> , mai./2007:	R\$ 2 entrada, R\$ 10 quarto, R\$ 20 programa por 20 minutos. 38%.
<i>Feriadão</i> jan./2006:	R\$ 30 entrada, R\$ 50 quarto ou multa, R\$ 80 programa por hora. 50%.

Nas boates, então, encontramos uma taxa de exploração semelhante àquela encontrada nas termas: ou seja, por volta de 40% do total gasto pelo cliente (independente de comer e beber) fica nas mãos da casa. As vantagens e desvantagens de trabalhar numa boate também são semelhantes às das termas, sendo que nas boates que não disponibilizam cabines, a prostituta obviamente está mais vulnerável à violência, fraude e roubo por parte do cliente. Ambas as boates e termas tipicamente abrem suas portas à tarde, mas o grande movimento dos clientes tende a ser após às 17h (embora existam exceções). De acordo com nossas informantes, a jornada típica numa casa dessas é de nove horas, indo das 16h até 1h da manhã.

Nossa pesquisa revelou 48 termas e 20 boates no Rio de Janeiro.

### Massagens

Massagens são semelhantes às termas e boates no sentido de que são ambientes fechados que disponibilizam outros serviços além do sexo. Todavia, elas têm um diferencial, pois o programa tende a ser mais longo (uma hora em vez de 40 minutos) e começa – e, às vezes, até termina – com massagem. Na casa de massagem, como definido aqui, o cliente compra serviços de massagem que podem também incluir (ou não) masturbação e/ou sexo (oral, anal e/ou vaginal), mediante o pagamento de um preço adicional. O interessante é que existem casas de massagem que só providenciam masturbação para seus clientes, mas que cobram mais que outros pontos onde se vende sexo anal, oral e/ou vaginal.

A massagem também é semelhante ao *privé* (descrito abaixo), pois geralmente opera num apartamento ou escritório, subdividido em uma recepção e duas ou três cabines, e emprega relativamente poucas mulheres (tipicamente entre duas a dez, com quatro ou cinco normalmente presentes em qualquer momento). Até agora, conhecemos pouco sobre o recrutamento e condições de trabalho nas massagens. A taxa de exploração parece ser extraída diretamente do preço que as massoterapeutas cobram para seus serviços e parece beirar algo em torno de 30-50% desse valor. É provável que algumas casas – querendo se distanciar legalmente da acusação de cafetinagem – se recusem a tocar no dinheiro pago para os “serviços adicionais” (i.e. serviços sexuais), extraindo então uma taxa maior dos serviços não-sexuais, mas isto é apenas uma hipótese a ser explorada. Os preços nas massagens tipicamente são padronizados.

Abaixo, encontra-se uma lista dos preços numa seleção de massagens típicas no Rio:

<i>Massagem Largo de Andrade</i> , mai./2007:	R\$ 50 por hora, com punheta, sem sexo.
<i>Fê e Alice Massoterapeutas</i> , dez./2008:	R\$ 70 por hora com sexo.
<i>Mimi Fonseca, Terapeuta</i> , out./2008:	R\$ 100 por hora com punheta e boquete, sem sexo.
<i>Harmonia e Paz Massagens</i> , jan./2006:	R\$ 50 por hora, com sexo.
<i>Bi e Ana Massagens</i> , ago./2007:	R\$ 70 por hora com punheta, R\$ 150 com sexo.
<i>Cleonice Massagens</i> , mai./2008:	R\$ 30 por meia hora com punheta, sem sexo.

Descobrimos um total de 27 massagens no Rio de Janeiro.

### Privés

Pode-se pensar no *privé* como uma espécie de mini-bordel e, neste sentido, são semelhantes às massagens. Todavia, diferente daquela modalidade de prostituição, a *privé* geralmente não oferece outros serviços além dos sexuais. São apartamentos

ou escritórios alugados em grandes prédios, tipicamente nos centros comerciais da cidade (Centro, Tijuca e Copacabana têm as maiores concentrações). O dono do imóvel pode conhecer ou não o fim pelo qual sua propriedade foi alugada, mas se não sabe e descobre posteriormente, o *privé* geralmente é fechado e tem que mudar de lugar. Existem prédios, porém, que concentram *privés* – ou porque são enormes e em lugares extremamente estratégicos no mercado de sexo comercializado (vários prédios na Av. Rio Branco, por exemplo, cabem), ou porque a administração do prédio não se importa em repelir a prostituição.

Um *privé* típico é bem pequeno – menos de 60 metros quadrados, em geral – e é dividido em cabines e uma área de recepção. O banheiro geralmente é coletivo e as cabines só comportam uma cama e, às vezes, uma televisão ou mesa. Existem, porém, *privés* “de luxo” que mais se assemelham com pequenos motéis. Um que visitamos na Rua do Ouvidor, por exemplo, ocupa todo o 4º andar de um prédio e disponibiliza verdadeiras suítes com banheiras e mini-saunas.

A quantidade de mulheres que trabalha num *privé* é relativamente baixa, variando de três a 10, com uma média de cinco, sendo o mais típico. Os preços cobrados geralmente são padronizados. Como os *privés* (junto com as massagens, descritas acima) se especializam na venda de serviços sexuais aos trabalhadores dos centros comerciais, o trabalho concentra-se durante o horário comercial. Isto faz destes espaços uma opção excelente para mulheres que trabalham ou estudam à noite. Também, dadas essas condições, é bastante fácil camuflar o trabalho num *privé* como (nas palavras de uma de nossas informantes) “um emprego qualquer no centro – tipo secretária, essas coisas”.

Novamente, recolhemos poucas informações sobre as taxas de exploração extraídas dos serviços sexuais nos *privés*. Notamos, porém, que em alguns casos, grupos de prostitutas alugam um apartamento em conjunto e passam a administrá-lo como uma espécie de cooperativa ou coletivo. Todavia, os *privés* mais luxuosos obviamente precisam de grandes injeções de capital e é pouco provável que aqueles investigados na nossa pesquisa tenham sido organizados pelas próprias trabalhadoras.

Segue abaixo uma lista de preços tipicamente encontrados nos *privés* do Rio de Janeiro:

Presidente Vargas 950, apto. 2201, out./2007:	R\$ 70 por meia hora.
Av. Rio Branco 650, apto. 3102, set./2006:	R\$ 100 por hora.
13 de Maio 87, apto 201, out./2008:	R\$ 40 por meia hora.
Privé Barra Modelos, dez./2008:	R\$ 140 por 40 minutos.
Privé Realengo, set./2008:	R\$ 25 por 25 minutos.

A nossa pesquisa identificou 42 *privés* no Rio de Janeiro.

## Casas

Essa categoria é meio residual e abrange aqueles lugares que, aparentemente, só vendem sexo, mas não são qualificados por clientes ou prostitutas como qualquer outra das categorias descritas acima. Em muitos casos, esses pontos podem se chamar de massagens, boates, ou termas, sendo que, a melhor classificação para elas é simplesmente o bom e velho *puteiro*, ou – para ser mais chique – *casa de tolerância*.

Em geral, as casas são maiores que os *privés* e empregam de dez a cem mulheres. Muitas delas – como a Vila Mimosa ou a R. Buenos Aires 100 – são de fato uma coleção de estabelecimentos, cada um com dono ou gerente diferente. A Vila, por exemplo, tem mais de 25 casas, todas mais ou menos unidas através de uma associação comercial (ver Pasini: 2005 para mais informações sobre a organização econômica e social da Vila Mimosa). BA 100 tem cinco bares que ocupam cinco andares diferentes do mesmo prédio. Em todas as casas, porém, o sexo é consumado no local, tipicamente numa cabine, e a taxa de exploração é extraída através do aluguel dessas. Em algumas casas, pode existir uma taxa adicional, retirada diretamente do preço do programa, mas não encontramos provas diretas disto ainda. Pelas informações que temos em mãos, a taxa de exploração numa casa beira os 25%. Os preços nesses pontos são padronizados e são tabelados de acordo com o tempo gasto e o serviço a ser oferecido (com o serviço sexual “completo” – i.e. sexo oral, vaginal e anal – sendo sensivelmente mais caro que o sexo vaginal).

Em termos de horário de trabalho, as casas (juntas com os *privés* e as massagens) tendem a ser mais flexíveis que as termas e as boates. Teoricamente, todos esses pontos exigem dedicação exclusiva da trabalhadora, mas, pelo que podemos entender, as casas, *privés* e massagens permitem a jornada parcial com mais frequência.

Segue abaixo uma lista de preços numa seleção das casas do Rio de Janeiro:

<i>Buraco Bueno</i> , dez./2008:	R\$ 10 por 10 minutos, R\$ 20 por sexo anal.
<i>Buenos Aires 200</i> , dez./2008:	R\$ 15 por 15 minutos, R\$ 25 por sexo anal.
<i>Vila Mimosa</i> , jun./2006:	R\$ 20 por 20 minutos, R\$ 5 cabine.
<i>Copacabana Termas</i> , jan./2008:	R\$ 75 por 30 minutos.
<i>Shopping Madureira</i> , nov./2008:	R\$ 11 por 7 minutos.

Encontramos 33 casas no Rio de Janeiro.

### Tipos “abertos” de pontos de prostituição

Qualificamos como “abertos” os tipos de pontos onde a prostituição acontece dentro de uma determinada região moral que é potencialmente visível aos olhos da sociedade circundante. Isto não quer dizer, porém, que a sociedade circundante



sempre a reconhece como ponto de prostituição. Por exemplo, ambas a *Rua do Jardim Zoológico*, na Quinta da Boa Vista, e o *Restaurante Dom Corleone*, em Copacabana, são pontos abertos de prostituição. No entanto, a presença das garotas de programa é muito mais visível no primeiro lugar que no segundo. Os dois tipos de ponto aberto de prostituição encontrados por nós no Rio de Janeiro são *bares/praias/restaurantes* e *pontos de rua*.

### *Bares, restaurantes e praias*

O que esses três lugares têm em comum é que as negociações para os serviços sexuais acontecem num ambiente público misto. Nestes casos, a região moral onde a prostituição é permitida é também frequentada por pessoas que não procuram ou oferecem serviços sexuais e até podem ser avessas à prostituição. Alguns lugares são mais mistos que outros. Na *Praia das Putas*, em Copacabana, por exemplo, sempre há pessoas que não estão envolvidas no negócio do sexo. Todavia, quase todo mundo que frequenta aquele ponto está ciente da presença das garotas de programa. Em outros lugares – a lanchonete em cima de uma certa montanha bastante visitada por turistas, por exemplo –, a presença das trabalhadoras do sexo é bem mais discreta e seria notada somente por alguém que estivesse assiduamente à procura dos serviços sexuais comercializados.

Todos esses lugares também têm outra característica em comum: em geral, são as mulheres que vão atrás dos homens. Nos pontos fechados, é claro, as prostitutas sempre se envolvem em jogos de sedução com os clientes potenciais. Nos bares, restaurantes e praias, porém, esse esforço é redobrado – provavelmente por causa da presença constante de mulheres que não estão vendendo serviços sexuais.

A taxa de exploração é relativamente baixa nesses pontos e pode chegar a ser zero. Tipicamente, porém, para ocupar uma mesa num bar ou restaurante, a mulher terá que consumir algo ou será expulsa pelos garçons. É comum, então, ver nesses lugares mesas ocupadas por três ou quatro mulheres, cada um cuidadosamente consumindo um chopp por hora. O preço do programa não é tabelado nesses pontos, com cada mulher cobrando as condições que acha justas para seu trabalho e, portanto, as prostitutas exercem grande controle sobre as condições de seu trabalho.

Um problema com esse tipo de prostituição, porém, é o fato de que os serviços sexuais não são consumidos em outro lugar, geralmente num hotel da vizinhança. Isto retira da prostituta qualquer estrutura de suporte contra violência, fraude ou roubo por parte do cliente e, portanto, muitas mulheres que são ativas nesses pontos recrutam namorados ou amigos (de ambos os sexos) como protetores. Outras mulheres cultivam relações com policiais ou motoristas de táxi, que podem chamar para intervir numa emergência. Algumas das nossas informantes dizem que têm mulheres que trabalham nestes pontos e dividem o dinheiro ganho com seus protetores e/ou agentes, porém, até agora, não encontramos alguma prostituta que admite fazer isto.

Outro problema potencial com esse tipo de ponto é o fato de que o número de clientes potenciais por prostituta é muito diluído. Como uma das nossas informantes, mulher de 26 anos que trabalha num *privé* na Av. Rio Branco, afirma:

*Não gosto de frequentar os bares da Copa, pois você pode gastar à noite inteira lá e não conseguir nada. Pior ainda, você pode acabar gastando horas na mesa de algum safado<sup>25</sup> que, no final da noite, quer que você dê de graça. Aqui [no privé] é mais simples: você já sabe que o homem que vem pra cá está à procura de um programa. Nos bares, você está competindo com mulheres que dão de graça por homens que não querem pagar um programa.*

Uma diferença entre bares, restaurantes e praias é que os primeiros dois tipos de ponto tendem a funcionar somente no final da tarde e à noite, enquanto as praias, obviamente, funcionam somente durante o dia. Muitas mulheres, então, começam seu dia de trabalho na praia, migrando para os bares no final da tarde. Como esse tipo de prostituição é livre e não precisa de dedicação exclusiva, é muito comum também ver mulheres que são empregadas em outros pontos da cidade trabalhando nesses lugares em seus dias de folga.

Segue abaixo uma lista dos preços cobrados em alguns dos bares, restaurantes e praias do Rio de Janeiro. Esses preços não incluem os custos de eventuais estadias nos hotéis ou motéis, que são tipicamente pagos pelo cliente.

<i>Praia das putas</i> , set./2007:	R\$ 10 por hora, R\$ 200 por noite.
<i>Veranda Bar</i> , out./2007:	R\$ 110 por hora.
<i>Meia Tostão Restaurante</i> , dez./2007:	R\$ 100 por 2 horas; R\$ 200 por noite.
<i>Nogales' Bar</i> , jan./2006:	R\$ 80 por noite.
<i>Praia da Barra da Tijuca</i> , ago./2006:	R\$ 70 por hora.

Encontramos 31 bares e restaurantes e quatro praias utilizados como pontos de prostituição no Rio de Janeiro.

### *Pontos de rua*

Os pontos de rua são regiões morais específicas e não mistas de prostituição. São considerados por nós como pontos abertos, porém, porque são extremamente visíveis ao público em geral. É justamente essa visibilidade, enquanto combinada com o estigma da prostituição, que expõe as mulheres que trabalham nesses lugares a uma carga de perigo ainda maior que o normal.

---

<sup>25</sup> Note que, no linguajar das prostitutas, *safado*, quando usado como insulto, se refere ao homem que engaja em jogos de sedução, mas não quer pagar um programa. Do ponto de vista da prostituta, este tipo de comportamento gasta seu tempo e esforços à toa. Termo semelhante usado para o mesmo tipo de homem é *fariseu* – referência bíblica que indica homens que se acham como moralmente superior às prostitutas.

É importante dizer que, embora certamente existam clientes violentos, todavia, as mulheres que trabalham nas ruas mais temem o que chamam de *maniacos*, ou seja, indivíduos ou grupos que pensam usar o corpo da prostituta como objeto de tortura ou violência. Outro tipo de violência muito comumente encontrado por prostitutas de rua é a agressão de cidadãos comuns que são revoltados com o espetáculo do sexo à venda. Muitas de nossas informantes de rua relatam casos em que latas cheias de refrigerante ou cerveja são jogadas contra elas pelas janelas dos carros que passam em alta velocidade.

As prostitutas de rua tipicamente trabalham em pequenos grupos de dois a cinco, que dominarão uma determinada esquina ou ponto. Elas negociam com os clientes, que chegam de carro ou a pé, e vão para hotéis ou outros lugares, onde o ato sexual é consumado. Às vezes, fazem programas no próprio carro do cliente.

A prostituição de rua é tipicamente considerada – tanto por clientes, quanto pelas mulheres e, certamente, pelas autoridades – como o meretrício mais baixo do Rio de Janeiro. Todavia, os preços pagos por este tipo de programa podem ser relativamente altos e, é claro, esses não são padronizados, tendo a mulher, então, um grande poder de negociação. Também são os pontos menos gerenciados da cidade: a menos que a mulher adote um protetor/agente ou cafetão, a taxa de exploração desse tipo de trabalho é, geralmente, zero. A falta de organização e gerenciamento dos pontos de rua também significa que esses são os lugares que mais atraem menores de idade. Segue abaixo uma seleção de preços típicos cobrados nas ruas do Rio de Janeiro (os pontos são identificados por região e não por rua e, portanto, não tem seus nomes modificados):

Quinta da Boa Vista, jul./2008:	R\$ 50 até o orgasmo (30 minutos neste caso).
Central do Brasil, dez./2008:	R\$ 25 por 25 minutos.
Copacabana, mai./2006:	R\$ 125 por noite.
Praça Tiradentes, ago./2007:	R\$ 20 até o orgasmo (meia hora).
Lapa, abr./2008:	R\$ 50 até o orgasmo (uma hora).

Encontramos 14 pontos de rua em nossa pesquisa.

### Ponto de prostituição de tipo misto

Existe uma discoteca que é um ponto de prostituição simultaneamente aberto e fechado: a discoteca Help, em Copacabana<sup>26</sup>, sobre a qual temos escrito extensiva-

---

<sup>26</sup> A discoteca Help foi fechada em 30 de novembro de 2009.

mente em outro lugar (Blanchette e Da Silva 2005). A Help consiste em dois ambientes: um bar/restaurante numa calçada pública e uma discoteca. Prostitutas e clientes se reúnem para negociar serviços sexuais em ambos ambientes e o preço médio do programa varia por volta de US\$ 100 desde, pelo menos, 2002. A casa ganha seu dinheiro cobrando uma taxa de entrada de 28 reais para a discoteca (o mesmo preço é cobrado de todo mundo – clientes e prostitutas) e na venda de comes e bebes. Não existem lugares para as relações sexuais no local (de fato, a casa mantém um rígido código de comportamento que proíbe roupas ou atos sexualmente explícitos nos recintos) e esses geralmente são consumados nos hotéis da vizinhança.

As prostitutas que frequentam a Help são quase todas independentes e representam uma mistura entre mulheres que o utilizam após o trabalho sexual em diversos pontos da cidade e mulheres que só se prostituem ocasionalmente e que negociam programas na disco como uma maneira de incrementar suas rendas em outros tipos de trabalho.

A Help oferece um controle excepcional para a mulher sobre o trabalho sexual, pois não exige dedicação exclusiva e, de fato, não administra de maneira alguma o negócio do sexo. O lugar é simplesmente um ponto seguro e higiênico onde prostitutas e clientes podem se encontrar e negociar os serviços sexuais. As mulheres estão livres para estipular quais termos e preços querem e podem decidir em não fazer programa algum, se for isto que quiserem. No final de 2008, o programa médio na Help custava R\$ 250 por noite e, dado o preço de entrada de R\$ 28 para o disco e nada para o bar/restaurante na calçada, isto quer dizer que a taxa de exploração calcada em cima do programa varia de 0 a 11%. Entre 200 e 1000 prostitutas passam pelas portas da discoteca ou pelas mesas do bar/restaurante todos os dias, com a maior frequência coincidindo com a alta temporada de turismo (i.e. entre dezembro e março). Praticamente todos os clientes que frequentam a Help são estrangeiros de passagem pelo Rio e o lugar pode ser qualificado como o *point* mais movimentado do turismo sexual<sup>27</sup> na cidade.

Dada a baixa taxa de exploração presente no ponto e o preço relativamente alto dos programas, é de se perguntar por que mais mulheres não o utilizam como local de encontro com cliente. Em primeiro lugar, é provável que quase todas as prostitutas do Rio de Janeiro tenham passado pela Help em algum momento, então podemos confirmar que o ponto é uma opção bastante utilizada pelas trabalhadoras sexuais cariocas. Todavia, muitas mulheres dizem não gostar do ponto por uma série de razões.

Em primeiro lugar, a maioria dos programas é negociada dentro da disco e a prostituta paga a entrada como qualquer cliente da boate. Quando este fato é combinado com o de que sempre tem mais mulheres dentro do disco do que homens,

---

<sup>27</sup> Veja Blanchette e Da Silva, 2005, para maiores descrições da articulação de Help com o turismo sexual.

significa que existe uma boa chance da prostituta gastar dinheiro e não conseguir trabalho em troca. Em segundo lugar, o programa na Help sofre alguns dos mesmos problemas do programa de bar ou rua, pois a prostituta terá que ir sozinha com o cliente para o local onde se engajarão em relações sexuais e terá que cobrar dele depois. Isto significa que ela estará mais vulnerável ao roubo, fraude ou violência por parte do cliente. Finalmente, sendo estrangeira a grande maioria dos clientes que frequentam a Help – poucos dos quais falam português –, toda a negociação terá que rolar em língua estrangeira ou num português remediado.

## Categorizações morais da prostituição

Existem duas categorizações morais da prostituição, afirmadas por nossos informantes, e que parecem ecoar as divisões tradicionais de *alto* e *baixo meretrício*, com certas divergências. Essas são a *prostituição de elite* e a *trash*. É mister salientar aqui, porém, que a grande maioria dos pontos de prostituição do Rio de Janeiro não pode ser classificada por nenhum desses adjetivos.

### *Elite ou de luxo*

Ouve-se muito sobre essa categoria de prostituição, mas pouco se sabe a respeito. A prostituição de elite é extremamente fechada e, nela, os clientes pagam preços extraordinários para serviços sexuais providos por mulheres consideradas como excepcionais (i.e. atrizes, ganhadoras de concursos de beleza e celebridades em geral).

Em nossa pesquisa, não encontramos um só ponto que pudéssemos qualificar como prostituição de elite. Sabemos dele só através dos noticiários naqueles momentos em que um ou outro escândalo irrompe. Esse parece ser o tipo de prostituição em que se envolvia Taíza Thompsen, ex-Miss Brasil. Antes de sua migração para a Inglaterra (onde aparentemente continuou no ramo da prostituição), Taíza trabalhava em São Paulo com Jiselda Aparecida de Oliveira, a “Jiji”, rotulada pela mídia, após sua prisão, como a maior cafetina do país:

*Na agenda de Jiji, apreendida pela polícia, constam os nomes de misses, atrizes, top models, grandes empresários e diversos políticos, inclusive governadores. A depender do programa e da moça escolhida, os preços podiam chegar a R\$ 70 mil. Jiji também atendia clientes no Exterior. A diária de uma brasileira custava pelo menos US\$ 1,5 mil (Rodrigues e Rabelo, 2007).*

Mais informações sobre essa categorização de prostituição – que é tipicamente (mas não exclusivamente) baseada em serviços de *call girl* – esperam maiores investigações.

## Trash

*Trash* pode ser considerado como o oposto de *elite*, mas a prostituição que recebe essa classificação não é apenas pobre ou de baixo calão: é, sobretudo, uma prostituição que vende sexo barato e rápido em condições extremamente insalubres. Como afirma um cliente, no site GPGuia, locais *trash* podem ser descritos da seguinte maneira:

*[São] lugares com cama de solteiro, sem ar condicionado ou com preço bem baixo, até R\$ 30, no máximo. E, talvez o mais importante, não são lugares para fodas, são lugares para “rapidinhas”.*

No Rio de Janeiro, a Vila Mimosa tem uma reputação *trash* que, a nosso ver, é injusta, pois de fato existe uma gama de condições e serviços exposta na Vila. Um dos piores lugares *trash* por nós investigado é, com certeza, o (in)famoso *Buraco Bueno*, que acabou sendo quase uma referência da categoria para nós e para muitos clientes. Nas palavras de outro informante do GPGuia:

*Buraco Bueno consegue ser mil vezes pior que a Vila Mimosa. Puta que pariu! Um calor desgraçado, homem pra caralho, uma porrada de lata de cerveja no chão (coberto de carpete negro) e as baratas alcoólatras consumindo o resto da Skol. Além disso, tudo tem a famosa frase “A buceta é 10 e o cú é 20. Ô mermão, ou consome uma Skolzinha ou consome uma bucinha. Se não for consumir, rala!!!!”.*

*Sem contar que se você superar tudo isso, estiver muito doidão e garimpar algo, a “prima” entra na cabine já com vontade de sair. Essa é foda.*

## Categorizações de modalidades especiais de prostituição

Finalmente, existem três modalidades especiais de prostituição – a modalidade “normal”, sendo subentendida como o pagamento para serviços sexuais que variam de 30 minutos a duas horas de duração ou até o cliente alcançar o orgasmo. Essas três modalidades são a *girlfriend experience* (“experiência de namorada”), *toda a noite* e *fast foda*.

### *Girlfriend Experience*

Na *girlfriend experience* (ou GFE<sup>28</sup>), o cliente paga a mulher a lhe acompanhar exclusivamente por um período extenso que pode variar ente um fim de semana

---

<sup>28</sup> Entre nossos informantes estrangeiros existe uma segunda acepção de GFE, sendo o termo usado para indicar o sexo comercial que se assemelha com o sexo não comercial (i.e. que inclui beijos na boca e orgasmos por parte da parceira feminina).

até um mês ou mais. Mulheres que fazem GFE podem ser encontradas em todos os pontos de prostituição do Rio e este tipo de serviço é bastante requerido por clientes estrangeiros. Os preços cobrados pela GFE variam enormemente, mas geralmente são baseados nos prováveis lucros da mulher durante semelhante período de trabalho. A GFE é mal vista por pontos de prostituição que exigem a dedicação exclusiva de suas trabalhadoras sexuais (como, por exemplo, as termas) e, por essa razão, tais lugares geralmente cobram uma multa da prostituta para cada dia que ela falta no serviço no local. Portanto, o preço da GFE com uma prostituta que trabalhe em ambiente de dedicação exclusiva minimamente tem que cobrir o preço das multas por ausência que ela vai receber.

### *Toda a noite*

Outra modalidade muito apreciada por clientes estrangeiros é o programa que dura a noite inteira. Novamente, as mulheres que praticam essa modalidade podem ser encontradas em todos os pontos da cidade. Tipicamente, o programa começa após as 22h e vai até a manhã seguinte, com vários serviços sexuais sendo praticados por preço único durante esse período. Essa modalidade tipicamente custa o dobro do preço normal do programa de uma ou duas horas de duração.

### *Fast foda*

Em todo o Rio de Janeiro, durante o período estudado, o preço de um programa flutuava entre R\$ 1 a R\$ 3 por minuto por um programa que dura entre 30 minutos e duas horas. Todavia, existe uma modalidade em que o preço é quase sempre um real por minuto ou menos e que o programa dura menos que 20 minutos: o chamado *fast sex* ou *fast foda*. Os pontos que se especializam nessa modalidade encontram-se espalhadas pela cidade, mas concentram-se no Centro e na Vila Mimosa. Também são tipicamente considerados como pontos *trash* pelos clientes.

É tentador considerar o *fast foda* – e particularmente a *fast foda trash* numa casa do Centro – como o equivalente do *baixo meretrício* tradicional. Todavia, existe uma série de problemas com essa equação. Em primeiro lugar, o *fast foda* pode ser extremamente lucrativa. Uma informante nossa, que trabalha na casa *Buraco Bueno*, no Centro, reportou fazer seis programas por hora, por uma média de R\$ 15 por programa – ou seja, ela ganhou com sua labuta tanto quanto uma mulher trabalhadora nas termas de segunda categoria da Zona Sul. Essa mesma mulher reporta um ganho mensal líquido de mais de R\$ 1 mil, que a situa numa categoria econômica superior a muitas *call girls*. Em segundo lugar, nem todos os lugares que se especializam na modalidade *fast foda* são *trash*. Muitos são tão higiênicos e seguros quanto a maioria das boates e termas. Finalmente, embora a modalidade *fast foda* exija muito mais parceiros que outras modalidades de prostituição, ela exige muito

menos envolvimento social e/ou emocional entre a prostituta e o cliente e muitas mulheres a preferem exatamente por isto. Nas palavras de uma de nossas informantes: “Prefiro trabalhar assim, pois só tenho que transar – não é preciso falar com o cliente”.

## Conclusões

Obviamente, o trabalho de análise etnográfica da prostituição urbana no Brasil se encontra em sua infância. Muitas das informações apresentadas acima, portanto, terão de ser modificadas com a introdução de novos dados. Todavia, achamos que o presente artigo é suficiente, pelo menos, para desnaturalizar alguns dos preconceitos mais comumente enunciados sobre o negócio do sexo em nosso país. Gostaríamos, então, de fechar com a descrição das condições de trabalho de uma das nossas informantes, *Lilia*. Obviamente, com a grande variedade de serviços sexuais oferecidos no Brasil e a diversidade de agentes e personalidades que atuam dentro desse setor da economia, não podemos afirmar que a experiência da *Lilia* seja de alguma forma ou outra à média. No entanto, achamos que ela é mais normativa, no sentido durkheimiano do termo, do que os casos trágicos de crianças exploradas e mulheres escravizadas que atualmente rondam as páginas e telas da mídia de massa no Brasil.

*Lilia* é uma mulher de 26 anos e trabalha há três no negócio do sexo. Ela é funcionária de um *privé* num prédio de negócios na Av. Rio Branco, onde atua com mais cinco mulheres. *Lilia* é residente do subúrbio de Campo Grande e ainda mora com seus pais, que pensam que ela é secretária no Centro do Rio. Ela foi recrutada para o trabalho sexual através de uma amiga, a gerente do *privé*, que já trabalhava como prostituta. No *privé* onde trabalha, ela cobra R\$ 50 por meia hora de sexo oral e vaginal, por cliente. *Lilia* opta por não fazer sexo anal, mas se quisesse, poderia cobrar R\$ 20 a mais pela inclusão do serviço.

Nossa informante paga R\$ 1 mil por mês para sua amiga, a gerente do *privé*, mas faz, em média, três programas por dia. Ela só trabalha de segunda a quarta, porém, pois está estudando num curso de turismo numa universidade particular às quintas e sextas. Seu trabalho no *privé*, portanto, rende para a *Lilia* uns R\$ 800 por mês.

Nos fins de semana e nos feriados, quando não está estudando, a moça costuma frequentar a discoteca Help e algumas praias em Copacabana. Ela procura clientes estrangeiros na disco e geralmente cobra R\$ 250 por noite quando consegue algum (que é mais ou menos 50% das vezes). Ela evita a famosa Praia das Putas e tende a procurar namoros nas praias em frente dos hotéis mais famosos do Rio – o Copacabana Palace, particularmente. Desses, ela geralmente não cobra para o sexo, mas alguns deles, mesmo assim, têm pago para a *Girlfriend Experience*.



Uma vez, durante as férias de verão, Lilia recebeu R\$ 1 mil como “presente” por ter acompanhado um turista inglês por cinco dias.

Lilia pretende sair da prostituição num futuro próximo, ou através do casamento com um de seus namorados (de preferência um estrangeiro) ou após sua formatura e subsequente emprego como profissional de turismo. Ela já é medianamente fluente em inglês e italiano, graças às suas atividades no ramo do sexo comercializado.

Se a vida de Lilia é boa ou não é algo que só ela pode afirmar. No entanto, ela é enfática que, se não fosse a prostituição, ela não teria tido chance de pagar por sua educação universitária, nem ter comprado um carro. A irmã de Lilia é casada e trabalha por pouco mais que um salário mínimo como balconista numa loja de peças automobilísticas em Campo Grande e Lilia a qualifica como um grande exemplo de uma jovem que não quer nada na vida. “A minha irmã sempre quis se comportar”, ela adverte, “mas eu quero mais na minha vida”.

## Referências bibliográficas

BLANCHETTE, T. e DASILVA, A. P. 2008. “Mulheres Vulneráveis e Meninas Más”. 4º lugar, 1º Prêmio Libertas. Brasília, Ministério da Justiça.

\_\_\_\_\_. 2005. “Nossa Senhora da Help’: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana”. IN: Cadernos Pagu #25. Campinas: UNICAMP.

BECKER, H. e STRAUSS, A. 1956. “Careers, Personality and Adult Socialization”. EM: *The Journal of American Sociology*, V. 62, #3.

BUTLER, J. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

CAULFIELD, S. 2000. *Em Defesa da Honra: Moralidade, Modernidade e Nação no Rio de Janeiro, 1918-1940*. Campinas: Editora UNICAMP.

CEDAW. 2003. *Brazilian Report Presented at the 29th CEDAW Session*.

CEPIA. 2007. *Violence Against Women in the International Context: Challenges and Responses*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação.

CRESSY, P. G. 2008 [1932]. *The Taxi Dance Hall*. Chicago: University of Chicago Press.

DANTAS, P. H. 2002. “Sexo sem beijo: alguns aspectos sobre a baixa prostituição no Rio de Janeiro.” *Jornal Astro-Síntese*. <http://www.aldeiaplanetaria.com.br/astro-sintese/antropo1.htm>.

DURKHEIM, E. 1978. “As Regras do Método Sociológico”. IN: Giannotti, José (Org.) *Os Pensadores: Durkheim*. São Paulo: Abril Cultural.

ENGELS, F. 1982 [1884]. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. RJ: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 1986. “Karl Marx”. EM: *Karl Marx and Frederick Engels: Selected Works*. NYC: International Publishers.

FLYNN, J. PE. 2008. “Prostituição é somente um emprego? - Tentativas de legitimá-la”. EM: *Pastoralis, Sociedade Católica*. <http://www.pastoralis.com.br/pastoralis/html/modules/smartsection/item.php?itemid=6>

GASPAR, M.D. 1984. *Garotas de Programa. Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

HALL, O. 1948. “The Stages of a Medical Carrer”. EM: *The Journal of American Sociology*, V.53, #5.

IBGE. 2000. *Censo 2000*. <http://www.ibge.gov.br>

\_\_\_\_\_. 2001. *Mapa do Mercado do Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE/PNAD. 2004. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, 2004*. Brasília: IBGE.

LEITE, J. L. 1993. *A República do Mangue: Controle Policial e Prostituição no Rio de Janeiro, 1954-1974*. Dissertação de mestrado em história. UFF, Rio de Janeiro.

MAUSS, M. 1990 [1924]. *The Gift*. NYC: W.W. Norton.

MEADE, T. 1991. “Cultural Imperialism in Old Republic Rio de Janeiro: the Urban Renewal and Public Health Project,” IN: Meade e Walker, eds. *Science, Medicine and Cultural Imperialism*, p.95-119. New York & London: St. Martin’s and Macmillan Press.

MELO, H. 205. *Gênero e pobreza no Brasil*. Brasília. CEPAL/SPM.

MTE/RAIS. 2000. *Relação Anual de Informações Sociais, 2000*. Brasília: Ministério do Trabalho.

\_\_\_\_\_. 2001. *Relação Anual de Informações Sociais, 2001*. Brasília: Ministério do Trabalho.

NOVELLINO, M.S.F. 2002. “Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999)”. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

O’CONNELL DAVIDSON, J. 2002. “The Rights and Wrongs of Prostitution.” EM: *Hypatia*, v. 17, #2.

OLIVEIRA, A.M.H.C., GUIMARÃES, R.R.M. 2009. “Trends in the relative distribution of wages by gender and cohorts in Brazil (1981-2005)”. Population Association of America (PAA), 2009 Annual Meeting, Detroit, MI, 30/04 a 02/05 de 2009.

PARK, R. E. and BURGESS, E.W. 1984 [1925]. *The City: suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press.

PASINI, Elisiane. 2005. “Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa”. *Cad. Pagu*, Dez 2005, no.25, p.185-216.

PISCITELLI, A. G. 2004. “On Gringos and Natives, gender and sexuality in the context of international sex tourism”. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, , v. 1, ano 1. Florianópolis.

RAGO, M. 2008. *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra.

RABELO, C. e RODRIGUES, A. 2007. “Beleza, sexo e dinheiro: a drama do Miss Brasil”. IN: *Istoé*. São Paulo: Editora Abril. 10/02/2007.

SCHETTINI, C.2006. *Que Tenhas Teu Corpo: Uma História Social da Prostituição no Rio de Janeiro das Primeiras Décadas Republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. 2003. “O Cruel Negócio da Prostituição”. *Folhafeminista*, #43. São Paulo: SOF.

UNDP. 1996. *Human Development Report*. ONU.

VAINFAS, M. E. 1985. *Meretrizes e Doutores: O Saber Médico e a Prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1845-1890*. Dissertação de mestrado em história. UFF, Rio de Janeiro.

VELHO, G. 1994. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

WEBER, M. 1964 [1913]. “The Definitions of Sociology and of Social Action.” *The Theory of Social and Economic Organization*. NYC: The Free Press.

#### Sites levantados:

GPGuia – <http://www.gpguia.net>

SD Fórum – <http://www.forumsd.com.br>

International Sex Guide – <http://www.internationalsexguide.info/forum>

World Sex Guide – <http://www.worldsexguide.com/forum>

World Sex Archives – <http://www.worldsexarchives.com>

#### Guias virtuais levantados:

Bwana Dik's Rio Guide 2009

<http://wiki.insearchofchicas.org/images/5/59/Bwana2009.pdf>

The Bubba Report for Rio de Janeiro

# Sexualidad, cuerpo y poder en el vaivén transnacional México-Canadá

Ofelia Becerril Quintana<sup>1</sup>



## Introducción

La falta de una concepción integral sobre la problemática de las trabajadoras y los trabajadores mexicanos que emigran a Canadá a través del Programa de Trabajadores Agrícolas Temporales (PTAT), que los entienda no sólo como fuerza de trabajo sino como seres humanos completos, no ha permitido entender de mejor modo los procesos de renegociación de la sexualidad experimentados por las y los migrantes. El objetivo de esta ponencia es explorar las nuevas formas de sexualidad que unos y otras han experimentado como resultado de su experiencia migratoria en Canadá. Las reflexiones se orientan al análisis de los procesos de emergencia de una lucha social y cultural promovida por los propios migrantes centrada en la demanda del ejercicio libre de su sexualidad sin intervención del empleador ni de las instituciones canadienses o mexicanas. Voy a mostrar como las respuestas de los migrantes mexicanos han empezado a orientarse hacia procesos de autoafirmación como seres humanos, en una sociedad que los hace sentir que no valen, que no tienen derechos, que lo único importante es su trabajo pero no su persona.

Mientras que el creciente número de jornaleros mexicanos empleados en la agricultura canadiense es un hecho reconocido, no ocurre lo mismo con el análisis de las experiencias vividas entorno a la sexualidad por las y los migrantes dentro de las comunidades rurales canadienses. Hoy en día cerca de 14 mil migrantes mexicanos son empleados en Canadá en el marco del PTAT.<sup>2</sup> Este fenómeno migratorio es de carácter legal y de empleo temporal. Los migrantes son originarios de toda la República Mexicana y se dirigen hacia nueve provincias canadienses.

---

<sup>1</sup> El Colegio de Michoacán, México. Email: obecerril@colmich.edu.mx

<sup>2</sup> En Canadá, el PTAT se conoce como C/MSAWP (Caribbean/Mexico Seasonal Agricultural Workers Program), en el cual participan México, Barbados, Jamaica, República de Trinidad y Tobago, y la Organización de los Estados del Este Caribeño.

Esta ponencia pone el acento, por un lado, en las políticas laborales canadienses y mexicanas orientadas al control de la sexualidad de los migrantes, y por otro, en las múltiples respuestas que los migrantes han desplegado para afirmar su humanidad y dignidad como personas completas. Basado en el trabajo de campo realizado entre 2003 y 2004 en Leamington –área de mayor concentración de migrantes mexicanos– y partiendo de los estudios transnacionales y de la teoría feminista, aquí argumento que los granjeros y los Estados-nación canadiense y mexicano han establecido una serie de políticas que regulan y sancionan el trabajo, la sexualidad y la vida social de los migrantes. Sugiero que a pesar de la situación de vulnerabilidad y de la aplicación de mecanismos de vigilancia, encierro y sanciones, los trabajadores responden con una serie de estrategias de resistencia, con cambios en la estructura de sentimientos, con nuevas formas de sexualidad, con nuevos significados sobre el cuerpo y con discursos negociados sobre su identidad.

Voy a entender por SEXUALIDAD a: “un complejo cultural históricamente determinado consistente en relaciones sociales, instituciones sociales y políticas así como en concepciones del mundo, que define la identidad básica del individuo” (Lagarde 1990:169-170). Incluye desde la organización social del sexo a través del matrimonio hasta la construcción cultural del sexo mediante el género (Guasch 1993:86). La sexualidad es construida por la cultura, el poder y el saber en sus complejas relaciones (Foucault 1982).

Es una construcción social que es reprimida e incitada a la vez por la sociedad y la cultura (Vendrell 1993:262). Cada grupo social define sus propias normas en materia sexual y fija fronteras entre lo que considera moralmente aceptable y lo reputado como intolerable (Córdova 1999:47). No obstante, la sexualidad también es algo que se puede negociar, al mismo tiempo que se afirma y se defiende. Aquí, apenas intento explorar el tema y proponer algunos ejes de reflexión.

## 1. Disciplina capitalista canadiense y vigilancia productiva compulsiva

El gobierno mexicano ha mantenido una política laboral diferenciada hacia los trabajadores migrantes y los empleadores canadienses intentando satisfacer sus respectivas demandas: dar empleo a los jornaleros y las jornaleras con un salario que no podrían obtener en México y atender el incremento de la demanda para los trabajos que no quieren desempeñar los canadienses pero que son esenciales para la economía de Canadá.

De manera semejante a otras investigaciones,<sup>3</sup> yo encontré vulnerables condiciones de trabajo y de vida de los migrantes, así como el ejercicio limitado de sus

---

<sup>3</sup> Satezewich 1991; Wall 1992; Colby 1997; Smart 1998; Barrón 1999, 2000; Basok 1999, 2000, 2002, 2003; Prei-

derechos laborales comparados con la situación de los trabajadores canadienses y la existencia de mecanismos de control de la vida social de los migrantes temporales. Pero, ¿cuáles son las implicaciones de ese control sobre la sexualidad y las relaciones de género? y ¿cuáles son las respuestas de los migrantes a dicho control?

El contrato de empleo firmado entre el granjero, el trabajador mexicano y el representante del gobierno mexicano es la base para el establecimiento de diversas reglas que regulan y sancionan el comportamiento, la movilidad laboral y la sexualidad de las y los migrantes. En los circuitos transnacionales agro-industriales de Canadá – como Leamington, Simcoe y Niagara – las granjas han asumido no sólo la dirección y la organización de la producción agro-industrial sino que se han convertido en una instancia de control de todos los aspectos de la vida social de los migrantes mexicanos: el trabajo, la vivienda, la salud, el transporte y la sexualidad.

Cada uno de los granjeros redefine sus propias reglas de conducta, seguridad, disciplina y mantenimiento de la vivienda que debe observar el trabajador. Estas reglas son aplicadas rigurosa y cotidianamente en la granja y en la vivienda, propiedad del empleador, donde laboran y viven los trabajadores. Esto sucede así por el tipo de contrato, pero también porque el lugar donde viven los trabajadores con frecuencia se ubica a una corta distancia de la casa y la granja, y porque los granjeros piensan que “los trabajadores mexicanos sólo están en Canadá para trabajar”; por ello, controlan la entrada de visitas y frente a cualquier intento de interacción social fuera de la granja sancionan severamente a los trabajadores.

La vigilancia de los niveles del rendimiento productivo y del trabajo intensivo por parte de los empleadores canadienses, consensuada por las instituciones que administran el programa, ha sido el resultado de un proceso continuo de aplicación de diversos mecanismos: el sistema de nombramiento, la deportación inmediata, el sistema flexible del trabajo y la competencia étnica. La vigilancia compulsiva de la productividad y la sobrexplotación son una necesidad permanente para los granjeros, y es puesta en marcha a través del mayordomo (capataz) en situaciones ordinarias como lo narra una trabajadora: “Aquí los patrones son muy listos, ven que un grupo avanza más que el otro, entonces entre más trabajos, más te exigen”. La vigilancia también está presente en situaciones extraordinarias, por ejemplo, en las huelgas laborales organizadas por los trabajadores mexicanos en las empresas más grandes de vegetales de invernadero de Canadá, que son sancionadas con la deportación, la desmovilización o la baja del programa.

---

bisch 2000, 2004; Mellado 2000; Vanegas 2000, 2003ab; Sharma 2000, 2001, 2002; Bauder y Corbin 2002; Bauder, Preibisch, Sutherland y Nash 2003; Binford 2002, 2006; Verdusco y Lozano 2004; UFCW 2001, 2002; Comisión para la Cooperación Laboral 2002; Encalada 2003; Pickard 2003; Verma 2004.

## 2. Políticas restrictivas de la sexualidad

Las políticas laborales canadienses incluyen el control del ejercicio de su sexualidad en todos los espacios de su sociabilidad. En Leamington hay aproximadamente 3,900 trabajadores y 100 trabajadoras. Los espacios de mayor sociabilidad de los trabajadores tienden a estar fuera de la granja, por ejemplo, en los campos de fútbol donde juegan los domingos, en los bares a los que asisten los fines de semana, en los caminos rurales por los que transitan con sus bicicletas. En cambio las trabajadoras tienden a estar más tiempo en el lugar de residencia.

En aquellas granjas donde se emplean a jornaleros de ambos sexos, una casa está destinada para los hombres y otra para las mujeres; en estas granjas se da una mayor interacción social entre unos y otras pero también se incrementa la vigilancia de su comportamiento sexual. La vigilancia se puede dar a través de las visitas sin previo aviso – por el empleador, la esposa o el mayordomo – a la vivienda de los trabajadores, además de la regulación de horarios en los que se pueden tener los encuentros amorosos y la prohibición de que los trabajadores se queden a dormir en la casa de las trabajadoras.

De las granjas al centro del pueblo de Leamington,<sup>4</sup> la mayor parte de los trabajadores son trasladados, los jueves o viernes por la tarde, en un transporte del empleador para realizar sus compras de comida, para enviar dinero a sus familias y hacer trámites del pago de impuestos al gobierno de Canadá. La mayoría de los migrantes tiene poco tiempo para socializar pues el empleador les dan sólo dos o tres horas para hacer sus compras. En este corto tiempo, ellos y ellas entablan relaciones de amistad o relaciones amorosas con jornaleros y jornaleras de otras granjas. También los trabajadores mexicanos intentan relacionarse con las mujeres locales, particularmente con las mujeres menonitas.

Otro espacio de sociabilidad son los restaurantes mexicanos. Sin embargo, el proceso de mayor interacción entre los trabajadores mexicanos se da en los bares. Es en los bares como “Mexicana Taquería”, “Mexican Paradise” y “La Molisana” donde se puede observar más de cerca las relaciones amistosas o amorosas entre las y los migrantes mexicanos. En estos bares es donde bailan y toman los muchos trabajadores y las pocas trabajadoras que ahí se dan cita. El baile es para unos y otras una especie de refugio que les permite liberar sus emociones y experimentar sus placeres a través de la expresión del cuerpo, al mismo tiempo que intentan sostener relaciones sexuales, aunque también sean temporales.

---

<sup>4</sup> La mayoría de las granjas están ubicadas a una distancia de entre 7 y 20 kilómetros de los centros urbanos de las comunidades, incluso hay quienes están a una distancia de 150 kilómetros de cualquier pueblo (Verduzco y Lozano 2004: 91).

### 3. Ejercicio de la sexualidad *versus* control del comportamiento sexual

Los empleadores y el gobierno canadiense demandan a un trabajador agrícola migrante ideal: aquél que sabe desempeñar el cultivo específico para el cual se está demandando su trabajo, aquél que está sólo temporalmente en Canadá, aquél que no da lata exigiendo sus derechos laborales y humanos, y aquél que se abstiene de tener relaciones sexuales con residentes canadienses.

La sexualidad de los migrantes mexicanos está sujeta a normatividades que regulan su comportamiento. En el estudio de Roy Russell (2004:103) se expresa con claridad la preocupación de las políticas canadienses por el control y la regulación de la sexualidad entre los migrantes temporales y las mujeres residentes: “Los trabajadores migrantes en general, y los jamaquinos en particular, deberían haber mostrado respeto a la cultura canadiense y resistir la tentación de entablar relaciones sexuales con las mujeres de las comunidades anfitrionas”<sup>5</sup>.

La política de control de la sexualidad de los migrantes mexicanos y caribeños también ha sido documentado por Preibisch (2004:99-100), quien sugiere que justo es la política sexual del gobierno canadiense articulada con la política económica de los empleadores sobre la búsqueda del incremento en el rendimiento productivo de la mano de obra migrante, lo que explica el proceso paulatino de reemplazo, desde finales de 1980, de los trabajadores caribeños por los trabajadores mexicanos, así como el incremento inusitado en el empleo de trabajadores mexicanos a partir de 1990.

Por mi parte, mi investigación documentó las percepciones y los sentimientos de amenaza experimentados por las comunidades residentes. La mayoría de los residentes locales ven a los trabajadores migrantes temporales como una amenaza, no sólo de invasión de su territorio, su empleo, sus mujeres y sus formas de vida. Algunos residentes reportaban durante las entrevistas su malestar por la presencia de los migrantes mexicanos.

Un residente de Leamington a quien entrevisté decía: “Es mejor que lleguen a trabajar en paquete y que se vayan a su país en paquete.” Otros residentes se referían a la presencia de los migrantes mexicanos como una causa potencial de disturbios debido, sobre todo, a la competencia étnica laboral entre trabajadores temporales y trabajadores locales. Algunos sacerdotes católicos inculcaban prácticas de abstinencia sexual. La aplicación de diversas sanciones para quienes no cumplieran con las reglas de comportamiento sexual era cotidiana, los castigos podían ir desde la

---

<sup>5</sup> La postura de Roy Russell respecto de la sexualidad de los migrantes mexicanos y jamaquinos es contradictoria, no sólo por el hecho de que se esperaba que el reporte del Instituto Norte-Sur fuese un apoyo a los derechos de los migrantes, sino porque sugiere que para lograr una mayor interacción entre trabajadores migrantes y comunidad residente, los migrantes deben abstenerse de tener relaciones sexuales con las mujeres canadienses, lo cual sería una clara violación a los derechos de los trabajadores migrantes (Russell 2004:103).



sanción moral y pública en la iglesia católica, hasta la prohibición de encuentros entre trabajadoras y trabajadores, la deportación inmediata, la no contratación para la siguiente temporada o la baja definitiva del programa.

#### 4. Resistencia cultural y nuevas formas de sexualidad

Pero ¿cómo reconstruyen “lo que es” y “lo que significa” la sexualidad los propios migrantes mexicanos? y ¿hasta dónde ellos plantean diversas estrategias de resistencia frente a las políticas disciplinarias canadienses de la sexualidad? Mi propuesta es que la vigilancia y la resistencia van juntas. Al mismo tiempo que la disciplina capitalista canadiense se pone en marcha, los trabajadores mexicanos responden con múltiples acciones de indisciplina, por ejemplo, algunos trabajadores y trabajadoras han tenido relaciones sexuales dentro de la vivienda propiedad del empleador contraviniendo las reglas que así lo prohíben.

Las y los migrantes reconstruyen cotidianamente los significados de su sexualidad y de su cuerpo viviendo temporalmente en dos Estados-nación. La sexualidad está firmemente articulada a un sistema de género, de parentesco, de raza/etnia y de estatus legal, los cuales clasifican a los sujetos en categorías con determinados atributos y conductas, además de ordenar y regular el tipo de relaciones que pueden establecer entre sí.

Son múltiples las respuestas de los trabajadores mexicanos frente a los mecanismos de control y vigilancia que intentan limitar el ejercicio de su sexualidad. Si bien hay quienes renuncian al ejercicio de su sexualidad, más mujeres que hombres -debido al peso de la cultura machista pero también por el riesgo de quedar embarazadas- también hay quienes ven la experiencia de trabajo y de vida en Canadá como una oportunidad para experimentar su sexualidad de un modo distinto al ya vivido en sus comunidades de origen en México. Durante su trabajo y su vida en las comunidades canadienses, la mayoría de las y los trabajadores han tenido relaciones amorosas, incluso hay quienes han formado transitoriamente una nueva pareja.

En Leamington, los trabajadores mexicanos han creado un código masculino para expresar su necesidad de contacto corporal: el abrazo y el beso de los migrantes hacia las migrantes; con lo cual intentan dar por hecho de que al estar en Leamington todas las trabajadoras mexicanas deben aceptar no solo su abrazo y su beso sino también su propuesta de tener relaciones sexuales. Durante mi trabajo de campo, yo encontré que para la mayoría de los trabajadores mexicanos, Leamington se había convertido en un espacio de reafirmación de su masculinidad.

Estando en Canadá, la sexualidad ha cobrado mayor importancia en la auto-definición de los migrantes mexicanos, porque es donde tienen mayor necesidad de afirmación como seres humanos, con lo único que tienen: su cuerpo. Las respuestas

de los migrantes parecieran delinear un proceso de autoafirmación de su feminidad o su masculinidad en un lugar donde los hacen sentir que no valen, que no tienen derechos, que lo único que importa es su trabajo y no su persona.

El proceso autovaloración como seres humanos es desigual para las jornaleras y los jornaleros. Si bien en ambos casos, el trabajo y la vida temporal en Canadá han dado como resultado hombres y mujeres solitarias/os. A diferencia de las trabajadoras, los trabajadores se llevan de la cultura mexicana el privilegio de una mayor permisividad para ejercer su sexualidad. La mayoría de los trabajadores reproducen en Leamington una cultura machista del poder masculino al tratar de forzar las relaciones sexuales. La narración de una trabajadora es muy clara al referir el abuso de poder expresado a través del hostigamiento sexual de parte de algunos trabajadores.

*Hay veces que se encuentra uno con cada compañerito, que le hace a uno ver su suerte... En la farma en que estaba antes dure cinco temporadas [con contrato] de cuatro meses y medio, todas esas temporadas yo sufrí muchísimo, porque éramos sólo tres mujeres y había nueve hombres, esos hombres nos hicieron la vida imposible. Hay hombres que se quieren pasar de listos y hasta la quieren a uno violar... que la humillan a uno, nada más por ser mujer. Éramos tres y a las tres nos hostigaban todo el tiempo.*

El baile y la fiesta también son formas de resistencia, para quienes sólo quieren ver a los migrantes mexicanos como “máquinas de trabajo”. El baile les permite liberar sus sentimientos de soledad, recordar su pertenencia a la cultura mexicana y autofirmarse como seres humanos completos. El eje bar-prostitución en Leamington es un ámbito donde los trabajadores mexicanos buscan satisfacer sus necesidades sexuales, y sobre todo, crear un espacio de reafirmación de la masculinidad.

Algunos jóvenes mexicanos han tenido relaciones sexuales con algunas jóvenes menonitas residentes en Leamington. Debido a que esta situación se ha venido incrementando, en el verano de 2004, algunas familias menonitas protestaron en contra del comportamiento sexual de los migrantes mexicanos porque sus hijas habían quedado embarazadas sin que se hicieran responsables los trabajadores mexicanos.

Las y los mexicanos han desarrollado nuevas formas de sexualidad que cruzan las fronteras de raza (mexicanos con menonitas), de clase (trabajadoras agrícolas mexicanas con empresarios canadienses), de nacionalidad (mexicanos con estatus legal no pleno con residentes o ciudadanas canadienses), y de género (entre hombres y mujeres, entre hombres y entre mujeres). Se trata de nuevas formas de sexualidad que se expresan en espacios transnacionales y que están reconfigurando identidades transnacionales.

## 5. Sexualidad, cuerpo y poder en el vaivén transnacional

Si entendemos a las y los trabajadores migrantes mexicanos en Canadá como agentes culturales viviendo por períodos tanto en la cultura mexicana como en la cultura canadiense, y concebimos la transnacionalidad desde abajo, podemos comprender a los migrantes temporales como sujetos sexualizados en proceso continuo de reconstitución.

Para muchos migrantes las nuevas formas de sexualidad incluyen el reclamo político del ejercicio de la sexualidad, pero ese reclamo político es distinto si se trata de la trabajadora migrante temporal o del empresario ciudadano canadiense. Una jornalera mexicana y un granjero de una de las grandes empresas de la región de Niagara sostuvieron relaciones sexuales durante tres temporadas laborales, al parecer todo se había mantenido en secreto, hasta el verano del 2003. Un día, la esposa del empleador lo estaba buscando en la granja, los trabajadores le dijeron que el patrón se encontraba en la vivienda de las trabajadoras. La esposa fue hacia la vivienda y encontró a su esposo y a la trabajadora teniendo relaciones sexuales. La esposa, furiosa, llamó al Consulado Mexicano en Toronto y la trabajadora fue deportada de inmediato a México; unos días después, el empresario se suicidó. Este caso suscitó un gran escándalo tanto en Canadá como en México. La trabajadora fue castigada dándosele de baja del programa. A mí me sorprendió el suicidio del empleador pero también la violación de los derechos humanos y laborales de la trabajadora mexicana. Esto es un ejemplo claro del control político de la sexualidad, particularmente de la sexualidad femenina pues los empleadores, el gobierno mexicano y el gobierno canadiense no actuaron del mismo modo, por ejemplo, con los trabajadores mexicanos que dejaron embarazadas a las mujeres menonitas en Leamington.

Por otra parte, también algunos empleadores han reportado al Consulado Mexicano a algunos trabajadores por hostigamiento sexual a sus hijas o a sus esposas. Algunos trabajadores fueron reprendidos por el Consulado, otros migrantes fueron repatriados a México o transferidos a otra granja para la siguiente temporada, pero no hubo ningún caso en el cual el trabajador se diera de baja del programa.

En la mayoría de los casos, se sanciona más a mujeres que a hombres. Durante el verano de 2004, en una empresa de Niagara donde se empleaban a trabajadoras y trabajadores mexicanos, hubo un conflicto entre dos grupos de trabajadoras debido a que algunos migrantes tenían relaciones sexuales y se quedaban a dormir en la vivienda de las mujeres. Había trabajadoras para quienes representaba un conflicto vivir en el mismo espacio con los hombres y con la dinámica sexual que se generaba en la vivienda, donde las camas eran literas. Las jornaleras inconformes protestaron ante el empleador y el Consulado Mexicano, quienes les dijeron: “ustedes deben

resolver esa situación porque de lo contrario no se empleará más a las mujeres en esta granja”.

En otra empresa, inclusive se colocaron cámaras de video en los dormitorios para grabar los momentos de reunión sexual entre las y los trabajadores. Aquellos jornaleros y jornaleras que fueron sorprendidos teniendo relaciones sexuales fueron deportados de inmediato a México. Si bien los propietarios de la vivienda son los granjeros, la puesta de cámaras de video para vigilar el ejercicio de la sexualidad de los migrantes temporales es una clara violación a sus derechos humanos.

En Leamington, en una de las empresas más grandes de vegetales de invernadero, se sabía que eran comunes las relaciones sexuales entre las y los migrantes mexicanos, por ello, al final de la temporada de 2002, el empleador en coordinación con el Consulado Mexicano les practicó la prueba de embarazo a las trabajadoras, encontrándose que de 60 jornaleras 30 estaban embarazadas. Las trabajadoras que resultaron embarazadas no fueron empleadas en la siguiente temporada ni en esta granja ni en ninguna otra del programa. En dicha empresa, para el 2003, solamente se emplearon a 30 mujeres mientras que se empleó el mismo número de trabajadores que tuvieron relaciones sexuales con las mujeres que quedaron embarazadas.

Muchos de estos problemas se relacionan con las características del PTAT, el cual impone reglas de conducta a las y los migrantes mexicanos. No obstante, también hay abusos de parte de los empleadores así como discriminación y racismo dentro de las comunidades rurales que no tienen ver con el programa sino con la estructura de la sociedad canadiense.

En Canadá, la vida social de los migrantes mexicanos se desarrolla en múltiples escenarios donde las esferas de la producción y de la reproducción están estrechamente articuladas. Los migrantes mexicanos viven en las viviendas propiedad de los empleadores, además la vivienda y la empresa están en el mismo lugar, por ello hay una permanente intromisión gubernamental mexicana y canadiense para regular las relaciones laborales y extralaborales, lo cual hace que toda la vida social de los migrantes mexicanos esté articulada a la relación laboral y al acuerdo bilateral México-Canadá; quizás por eso, la lucha de los migrantes mexicanos en Canadá se caracterice por ser una lucha social y cultural<sup>6</sup> y no sólo una lucha laboral (de clase).

---

<sup>6</sup> Entiendo por lucha cultural a las prácticas, las experiencias y los significados formados, contestados y defendidos en diferentes dominios de las relaciones de poder, individual o colectivamente, por las y los trabajadores migrantes mexicanos en contra de diversos modos de sobre-explotación, control, exclusión, discriminación y racismo ejercidos en las granjas y en las comunidades rurales canadienses.

## 6. Luchas culturales y reconfiguración de la identidad transnacional

Diversas luchas culturales han venido emergiendo como resultado de los procesos sociales generados a partir del trabajo y la vida transnacional de los trabajadores migrantes mexicanos en Canadá. Así, “lo que la sexualidad es y significa” y “lo que el cuerpo es y significa” son parte de la misma lucha cultural.

Las políticas del cuerpo y la sexualidad, los instrumentos de conocimiento-poder que son impuestos a los migrantes mexicanos se expresan en regímenes de sentimientos, generan percepciones dominantes de “lo que la sexualidad es”. Estas nociones son también entendidas en la articulación de los conocimientos prácticos y de los discursos alternativos sobre la sexualidad, donde amar dentro de la vivienda del granjero, bailar en los bares o en los centros de baile, caminar por los campos de cultivo y las calles del centro de Leamington, rezar y formar relaciones de pareja en la iglesia católica, tener relaciones sexuales con mujeres menonitas o con el empleador llegan a ser formas de contienda de los y las trabajadoras migrantes mexicanas en una cultura como la canadiense y en el marco político del PTAT.

Los significados que los jornaleros mexicanos despliegan acerca de “lo que es y significa su cuerpo y su sexualidad” tienen lugar en el conocimiento práctico. Después de su jornada laboral, algunos trabajadores escriben poemas o canciones, otros forman grupos musicales para la iglesia o los bares. Un ejemplo de la expresión artística y de la forma de contestación a las nociones hegemónicas del cuerpo y de la sexualidad es el poema de un trabajador mexicano:

*Que maravilloso es entregarse en cuerpo y alma, cuando se tiene el amor en nuestras almas. Es donde los cuerpos se atraen como imanes con una fuerza indecible[,] que insta a perderse en el mundo del amor y el placer. Es donde se desatan las fuerzas de nuestros sentimientos con gran pasión. !!Es ahí donde el amor reclama su presencia!! Es donde el éxtasis inunda nuestros cuerpos unidos como un monumento a la dicha y al amor... Es donde sólo cuenta la esencialidad profunda de nuestros sentimientos, que se conjugan en sí, como una llama que nos quema. Es donde se disfruta ese agradable calor que abrasa nuestro ser y se exhala la humedad de nuestros cuerpos que se aman con locura. !Es una delicia hacer el amor contigo! Pues al solo contacto de tu piel, todas las fibras de mi ser se escandalizan[,] deseosas de recibir tus caricias... ;concluir el sentimiento más profundo que existe entre un hombre y una mujer: el amor! (poema de un trabajador mexicano, “Sentimientos de amor!”, escrito en Leamington, 2003).*

La contienda por el libre ejercicio de la sexualidad tiene lugar dentro de los dominios de las granjas y de las comunidades rurales canadienses. La disputa por las prácticas y los significados acerca del cuerpo y la sexualidad también tienen lugar en los espacios de mayor sociabilidad como la iglesia, los centros comerciales, las

agencias de envíos de remesas, la agencia de declaración de impuestos canadienses, los restaurantes, los bares, los centros de baile, las calles principales del pueblo y los espacios de las organizaciones sociales y comunitarias.

La contienda por la recuperación de la identidad como seres humanos completos tiene lugar en las luchas culturales. Para los y las trabajadoras mexicanas, el hecho de ser migrantes temporales en Canadá les ha implicado cambios y/o continuidades en la estructura de sentimientos, en las actitudes, en los conocimientos prácticos entre una generación y otra, entre un género y otro, entre un grupo étnico y otro.

La lucha de clases articulada con las luchas culturales son promovidas por los trabajadores mexicanos para enfrentar el trabajo y la vida tanto en Canadá como en México como nos dice una trabajadora con más de 13 años de trayectoria laboral en el programa, quien se encuentra en el vaivén transnacional de ser trabajadora doméstica en México y ser jornalera migrante en Canadá.

*Las anteriores temporadas siempre fueron de cuatro o de cinco meses, desde hace tres años que estoy en esta farma los contratos han sido de ocho meses. Estuve en Simcoe y en Niagara. Cuando yo regreso a México, como no puedo tener un trabajo fijo [debe rendir informes y acudir a citas en la STPS], trabajo en una casa de sirvienta, echando una mano en una cocina, de lavar y planchar ropa ajena o vender cualquier cosa.*

Las luchas culturales emergentes están reconfigurando las relaciones y los significados acerca de la sexualidad y el cuerpo, las relaciones de género, las identidades masculinas y femeninas simultáneamente en México y en Canadá. En México, las esposas de los trabajadores migrantes se quedan a cargo de la familia y de la crianza de los hijos, de la organización del trabajo en la parcela del cultivo -en caso de tenerla-. Hay esposas que no han aguantado más las prolongadas ausencias del esposo; es frecuente que algunas esposas les digan: “Tú dijiste que sólo te ibas a ir a trabajar [a Canadá] por tres años y ya llevas quince años, ya no te vayas por que para la próxima vez, ya no me vas a encontrar”; hay quienes han dejado al esposo para casarse o juntarse con otro hombre y reconstruir su familia y su vida. La respuesta de algunos trabajadores es formando una nueva pareja en México o en Canadá.

## Conclusiones

Los hallazgos empíricos de mi investigación me permite decir que los trabajadores y las trabajadoras han desarrollado nuevas formas de sexualidad como resultado de su experiencia migratoria en Canadá. Esto ha sucedido a pesar de las políticas restrictivas laborales y de las normas de control de la sexualidad instru-

mentadas en las empresas y las comunidades canadienses. Frente a la disciplina capitalista canadiense se han generado múltiples respuestas de parte de los jornaleros y las jornaleras mediante luchas cotidianas orientadas a recuperar su identidad y su dignidad como seres humanos completos, con capacidad de agencia para contender cotidianamente la construcción real y simbólica de “lo que es” y “lo que significa la sexualidad”.

Las nuevas formas de sexualidad de los migrantes cruzan las fronteras de etnia, de clase y de nacionalidad. La sexualidad es un concepto en contienda dentro de la vivienda propiedad del granjero, bailar en los bares hechos para anglosajones, tener relaciones amorosas con mujeres menonitas o con el empleador son formas de contienda de los trabajadores mexicanos. La lucha se centra en la demanda por el ejercicio libre de la sexualidad sin intervención del empleador ni de las instituciones canadienses o mexicanas. La sexualidad ocupa un lugar fundamental en la lucha cultural de los migrantes mexicanos. Es una lucha por los símbolos y los significados desarrollados entre formas de sexualidad socialmente impuestas y modos de sexualidad alternativos.

Las experiencias vividas en torno a la sexualidad son ampliamente experimentadas por los jornaleros y las jornaleras durante su trabajo y su vida en Canadá. Algunas mujeres se involucran en relaciones sexuales como una forma de resistencia al control ejercido sobre sus cuerpos de parte de los granjeros, pero también otras mujeres se rehúsan a tener sexo como una forma de resistencia hacia el acoso sexual de los migrantes mexicanos. Ambas tendencias pueden ser entendidas como estrategias de las propias mujeres para experimentar su sexualidad libremente frente a la ideología, los significados, los valores y el sistema de creencias propagados por la clase y el género dominantes en ambos Estadosnación.

## Referencias bibliográficas

- Basok, Tanya. 2002. *Tortillas and Tomatoes*. Montreal & Kingston: McGill-Queen's University Press.
- 2003. *Human Rights and Citizenship: The Case of Mexican Migrants in Canada*. La Jolla: The Centre for Comparative Immigration Studies, Working Paper 72, (April).
- Becerril, Ofelia. 2004. “Políticas laborales de género, trabajo transnacional y experiencias vividas: trabajadores y trabajadoras agrícolas migrantes en Canadá.” En *Antropología* 74 (abril/junio): 96-111.
- 2006. “Transnational Work and Labour Politics of Gender: A study of Male and Female Mexican Migrant Farm Workers in Canada.” En *Organizing the Transnational*, eds. L. Goldring y Sailaja Krishnamurti. Canada: UBC Press. 228-48.

Besserer, Federico. 2002. "Contesting Community. Cultural Struggles of a Mixtec Transnational Community." Phd. thesis. Stanford University. EUA.

Foucault, Michel. 1983. *Vigilar y castigar. Nacimiento de la prisión*. México, Siglo XXI.

Ong, Aihwa. 1991. "The Gender and Labor Politics of Postmodernity." *Annual Review of Anthropology* 20: 279-309.

Preibisch, Kerry. 2000. 2004. *Social Relations Practices Between Seasonal Agricultural Workers, Their Employers, and the Residents of Rural Ontario*. Research report. Ottawa: The North-South Institute.

Rouse, Roger. 1995. "Making Sense of Settlement: Class Transformation, Cultural Struggle and Transnationalism among Mexican Migrants." *Public Culture* 7 (2): 353-402.

Weston, Ann & Luigi Scarpa de Masellis. 2004. *Hemispheric Integration and Trade Relations – Implications for Canada's Seasonal Agricultural Workers Program*. Research Report. Ottawa: The North-South Institute.



# Migração e sexualidade: do Brasil à Europa

Adriana Piscitelli<sup>1</sup>

A tarefa que me foi encomendada foi falar sobre migração e sexualidade nos fluxos migratórios entre Brasil e Europa. Fiquei em dúvida sobre qual seria o melhor recorte para falar sobre o tema, contribuindo na reflexão sobre visibilidades e vazios na relação entre sexualidade e economia. No debate público, o aspecto que tem mais visibilidade certamente é a prostituição, quase indissociavelmente vinculada ao tráfico internacional de pessoas e englobada por essa problemática. Porém, após ter lido o texto panorâmico preparado para esta sessão por Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette, optei por centrar-me nos fluxos de brasileiras que viajam para trabalhar na indústria do sexo na Espanha, porque esse recorte possibilita considerar alguns dos pontos que eles levantam, a partir de outro contexto.

O texto panorâmico está organizado em torno da racionalidade econômica vigente na prostituição, levando em conta a perspectiva das trabalhadoras sexuais e a dinâmica da indústria do sexo. Sigo aqui essas linhas para tratar de três pontos: 1) os aspectos envolvidos na opção para migrar com o objetivo de oferecer serviços sexuais no exterior; 2) a lógica e a dinâmica da indústria do sexo espanhola; e 3) como a estruturação dessa indústria afeta as condições de trabalho das brasileiras no exterior.

O principal material que tomo como referência foi colhido ao longo de sete meses de um trabalho de campo, realizado em uma abordagem antropológica, em diferentes momentos entre novembro de 2004 e abril de 2009, em Barcelona, Madri, Bilbao e Granada<sup>2</sup>, sobre os aspectos econômicos, políticos e culturais vin-

---

<sup>1</sup> Núcleo de Estudos de Gênero PAGU, Universidade Federal de Campinas (UNICAMP).

<sup>2</sup> Ele incluiu observação em espaços destinados à oferta desses serviços na rua, apartamentos e clubes e entrevistas em profundidade com 14 mulheres e cinco transgêneros brasileiras que têm oferecido serviços sexuais nessas cidades; com duas brasileiras integradas nas redes de relações dessas entrevistadas, mas que não prestam serviços sexuais; e com cinco clientes espanhóis. Essas entrevistas foram realizadas em espaços nos quais se oferecem serviços sexuais e, em momentos de lazer das pessoas entrevistadas, em cafés e bares, e em suas casas. A maior parte delas foi registrada em gravador, com o consentimento das entrevistadas. O trabalho de campo envolveu também entrevistas informais com quatro proprietários de estabelecimentos destinados à prostituição e entrevistas em profundidade com 28 agentes vinculados a entidades de apoio a migrantes e/ou a trabalhadoras/as do sexo, como representante legal da *Asociación Nacional de Clubs de Alterne* (ANELA), em Barcelona, funcionários dos Consulados do Brasil em Barcelona e Madri e a *Comisaría de Extranjería*. A pesquisa incluiu a análise de fontes e material secundário, dados estatísticos sobre

culados a esse tipo de deslocamentos. Essa pesquisa podia ter sido realizada em qualquer outro país europeu. Mas, quando comecei a trabalhar com esse tema, a Espanha era considerada um dos principais espaços de tráfico sexual de brasileiras e essa era uma questão que me interessava elucidar. Durante a realização da pesquisa, contatei organizações vinculadas ao combate ao tráfico de pessoas e visitei abrigos para mulheres retiradas de situações de escravidão e trabalhos forçados em diferentes cidades. Nessas visitas, não encontrei nenhuma brasileira, embora tenha ouvido relatos sobre a passagem de algumas pelos abrigos. Mas, essa não era a realidade das minhas entrevistadas, nenhuma das quais considera ter estado em situação de tráfico, embora várias viajassem à Espanha contraindo dívidas. Como complemento, utilizo material colhido em outras pesquisas que levantaram material sobre brasileiras que trabalharam na indústria do sexo em diversos países europeus e que retornaram ao Brasil como deportadas e não admitidas, através do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo (Piscitelli, 2008; Secretaria Nacional de Justiça 2006; 2007).

## 1. Precisar ou querer?

A relação entre precisar e querer trabalhar como prostituta, delineada por Thaddeus Blanchette e Ana Paula Silva, sintetiza as principais ideias vigentes no debate sobre a motivação das prostitutas, particularmente no setor de “resgate”, também na Espanha. No debate público desse país, a ideia de precisar se funde com outra, a de que, em função da necessidade, as migrantes são forçadas a trabalhar na prostituição. A relação que minhas entrevistadas estabelecem entre esses termos é diferente. Em seus relatos, precisar remete às desigualdades estruturais entre classes sociais e entre as nações do Norte e do Sul e é algo que atinge muita gente. Entretanto, o que as singulariza é o esforço investido para sair dessa situação. Assim, nas histórias de suas trajetórias, o termo precisar é sempre vinculado também à ideia de querer, vinculada aos seus projetos de mobilidade social, através de migração para trabalhar na indústria do sexo. Nos termos delas: “vim porque quis”; “faço programas porque quero”.

Compreender essas trajetórias requer levar em conta alguns aspectos. Em primeiro lugar, esses deslocamentos conformam uma modalidade de migração laboral. Em alguma das tantas reuniões com setores do governo brasileiro das quais participei sobre estes temas, um representante do Ministério da Saúde observou que a prostituição não pode ser associada à migração. Segundo ele, a migração

---

migração, pesquisas acadêmicas e relatórios sobre prostituição, material da mídia, particularmente do jornal *El País*, e de um site espanhol destinado a clientes de prostitutas.

envolve um projeto a médio ou longo prazo, mas as prostitutas circulam porque o deslocamento faz parte da natureza desse trabalho. Embora a circulação seja uma característica de certos setores do trabalho sexual, os deslocamentos internacionais para desempenhar esse trabalho fazem parte de um projeto migratório. Nesse sentido, vale lembrar as observações de Laura Agustín sobre como as ideias engessadas relativas à migração laboral dificultam a inclusão, nessa categoria, dos trabalhadores incorporados no mercado informal de trabalho, e mais ainda quando se trata do trabalho na indústria do sexo (Agustín, 2007).

Em segundo lugar, é necessário observar que o perfil socioeconômico dessas entrevistadas coincide com o de parte importante dos brasileiros que migram aos países do Norte, que não remete aos estratos mais pobres da população. No debate público, as brasileiras que trabalham na indústria do sexo na Europa tendem a serem imaginadas como em “situação de vulnerabilidade”, isto é, muito jovens e pobres, negras, com baixíssima escolaridade, originárias dos estados mais carentes, sem um histórico de trabalho na indústria do sexo e com filhos, expostas a enganos pelas redes de tráfico na tentativa de sustentá-los. Mas o perfil dessas entrevistadas não corresponde a essas ideias.

Ao sair do país, a maior parte delas integrava os setores baixos dos estratos médios. Apenas duas faziam parte de classes sociais inferiores. Algumas estão na casa dos 20 anos, outras dos 30 anos e algumas chegaram ao país com mais de 40 anos. Para essas últimas, a idade, considerada avançada no Brasil, estava tornando-se um empecilho para ganhar dinheiro mediante a oferta de serviços sexuais, um problema que driblaram com a migração. A escolaridade dessas mulheres não é elevada, apenas uma ingressou na universidade, mas, na maioria dos casos, supera a média de anos de estudo dos brasileiros<sup>3</sup>. Elas nasceram em estados pobres no Centro-Oeste<sup>4</sup> e no Nordeste<sup>5</sup>, mas também nas regiões consideradas ricas, no Sudeste e no Sul<sup>6</sup> do Brasil, e só duas deixaram filhos no país. Em termos das classificações raciais vigentes no Brasil, a maioria se considera branca, apenas duas se percebem como mulatas ou morenas. A presença de mulheres que se consideram mais claras faz sentido, considerando a lógica de organização dos nichos de prostituição ocupados pelas brasileiras na Espanha, onde há uma procura pela diversidade étnica e, ao mesmo tempo, uma aberta rejeição às mulheres negras.

Em terceiro lugar, nesse universo de entrevistadas, todas tinham trabalhado na indústria do sexo no Brasil. Esse ponto não é generalizável. Nas pesquisas realizadas

---

<sup>3</sup> De acordo com pesquisas baseadas em dados do IBGE (2007), em 2007, a média de anos de estudo da população em idade ativa era 7,3.

<sup>4</sup> Minas Gerais e Goiânia.

<sup>5</sup> Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte.

<sup>6</sup> Rio Grande do Sul e São Paulo.

no aeroporto, umas poucas entrevistadas, mulheres e travestis afirmaram nunca ter trabalhado na prostituição no Brasil, mas viajaram à Europa com o objetivo de fazê-lo (Secretaria Nacional de Justiça, 2006). Entretanto, o conjunto do material conduz a problematizar a ideia de que as brasileiras que oferecem serviços sexuais na Europa não trabalhavam nesse setor de atividade no Brasil.

Nas trajetórias das minhas entrevistadas, a prostituição foi a alternativa mais rentável no leque de opções de trabalho disponíveis para elas no Brasil. Elas iniciaram suas carreiras laborais em diferentes setores de atividade, no mercado formal ou informal. Foram babás, operárias, arrumadeiras de hotel, garçonetes, professoras, vendedoras, secretárias, até micro-empresárias. Elas consideravam não ganhar dinheiro suficiente e compensador, em termos dos esforços realizados, motivo pelo qual ingressaram na indústria do sexo. Algumas trabalharam na prostituição de maneira intermitente. Em alguns casos, fizeram programas<sup>7</sup> durante breves períodos, com brasileiros e estrangeiros, no Rio de Janeiro, e no universo frouxamente organizado do turismo sexual no Nordeste do Brasil. Outras, “profissionais”, sobreviveram exclusivamente da realização de programas por um período de vários anos, antes de migrarem para Europa.

A maior parte das entrevistadas migrou com o objetivo de oferecer serviços sexuais. Apenas uma delas saiu para trabalhar no serviço doméstico e optou por mudar o tipo de trabalho, avaliando que obteria rendimentos superiores na indústria do sexo. Nos relatos, a prostituição aparece como a melhor possibilidade no exterior, uma vez que pode render quatro ou cinco vezes mais que os empregos abertos aos migrantes, sujeitos a graus extremos de exploração<sup>8</sup>. Nesse cenário, as entrevistadas sublinham as vantagens oferecidas pela prostituição, em termos de rendimentos e de liberdade de decidir sobre o tempo investido no trabalho:

*Se eu for trabalhar aqui em outra coisa... Vai sobrar o que para mim? Limpar chão... Eu nunca fiz isso na minha vida, então não entra na minha cabeça eu trabalhar de faxineira aqui... Ganha muito pouco. O problema é esse. Se ganhasse bem eu até varria a rua... mas trabalhar e ganhar 800, 900 euros? Não. Eu gosto de trabalhar na prostituição. Há pessoas que dizem que é um dinheiro fácil. Não é que é um dinheiro fácil. Mas, você tem mais oportunidade de conseguir mais dinheiro. Se você quer mais dinheiro, você trabalha mais horas. Nossa vantagem é que você é livre. Você faz o que você quer<sup>9</sup>!*

Apenas uma das entrevistadas retornou ao Brasil quando expirou seu visto

---

<sup>7</sup> Termo êmico que alude à prostituição.

<sup>8</sup> Em 2004, um espanhol com baixo nível de escolaridade ou um migrante legal no setor de serviços, em Barcelona, recebia entre 6 e 8 euros por hora, enquanto um migrante irregular (independentemente de seu grau de escolaridade) recebia aproximadamente a metade (Juncks, 2004).

<sup>9</sup> Entrevista realizada em Barcelona, dezembro de 2004.

de turista, com a intenção de não retornar à Espanha. Mas, a comparação entre a dinâmica do mercado do sexo e os ingressos dele derivados em sua cidade natal, no Nordeste do Brasil, e em Bilbao, onde tinha oferecido serviços sexuais, a fez decidir retornar à Espanha:

*Comecei a olhar... o que você ganhava aqui e lá, e eu disse, não vale a pena [ficar no Brasil]... Um programa com um gringo você cobrava R\$ 100 [US\$ 50], com brasileiro de R\$ 30 a 40... E no Brasil você está toda a noite com um homem e aqui é 20 minutos... Se você está com uma pessoa que você não gosta, um velho barrigudo, passar a noite com esse homem vai ser um terror... E com vários homens não, você vê um mais bonito, um mais simpático, um mais bruto, vai mudando... O que cansa é saber que você vai ter que passar uma noite com um homem por R\$ 100, que é o máximo, sabendo que aqui numa noite você pode ganhar R\$ 3 mil, quase R\$ 4 mil, se você botar na cabeça, estou aqui para trabalhar e pronto<sup>10</sup>.*

Independentemente da idade, da situação econômica da qual partiram e do nível de escolaridade atingido, elas decidiram migrar para trabalhar na indústria do sexo com uma forte percepção das reduzidas expectativas de melhorar de vida no Brasil. Nesse sentido, a consciência de sua “vulnerabilidade” social no país operou como motor para traçar projetos migratórios na procura de melhores oportunidades. Certamente, os aspectos econômicos foram determinantes na elaboração desses projetos, mas isso não significa aludir a uma situação miserável no Brasil. Como no caso de outros migrantes brasileiros, se trata, sobretudo, da falta de possibilidade que elas sentem em termos de traçar um futuro. De acordo com uma entrevistada:

*Para mim sair do meu país, para trabalhar para comer? Para comer eu tenho no meu país. Não precisa. Não precisa estar longe da minha família para comer. Aí no Brasil se você planta uma mandioca, se você cria uma galinha, você come. Não é fome. É você tentar fazer algo... Eu sempre me preocupei muito com o amanhã. Quando eu estiver com 60 anos<sup>11</sup>.*

Como no caso de outros migrantes que viajam para países do Norte, porém, as motivações econômicas são centrais, mas não são fatores exclusivos. A glamorização da Europa, a ilusão de viajar e conhecer outros lugares também faz parte das narrativas da várias entrevistadas.

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada em Bilbao, dezembro de 2004.

<sup>11</sup> Entrevista realizada em Barcelona, dezembro de 2004.

## 2. A indústria do sexo na Espanha

As possibilidades de inserção dessas migrantes na indústria do sexo na Espanha estão associadas a vários aspectos da organização desse setor em um momento específico, marcado pela importância adquirida pela migração internacional. As dinâmicas do trabalho sexual nesse país mantêm relação com o estatuto legal concedido à prostituição, mas também com as atuais leis migratórias e com os critérios dos empresários que tendem a privilegiar, dentro de certos limites, a diversidade étnico/nacional na oferta.

Na Espanha, a partir da década de 1990, em um movimento de internacionalização de mão de obra que atingiu diversos setores de atividade, a indústria do sexo passou a ocupar estrangeiras de diversos lugares do mundo. Esse setor de atividade, diversificado, inclui linhas telefônicas eróticas, *peep shows*, espaços de espetáculo erótico, a Internet, locais de *strippers*, e os serviços sexuais acordados em bares, nas estradas, rua, clubes e apartamentos. Os *pisos* divergem em sua organização, tamanho, no “nível”, expressado nos valores dos serviços e na população que neles trabalha: alguns ocupados exclusivamente por mulheres, outros por “trans”<sup>12</sup>, alguns por trabalhadoras do sexo de uma mesma nacionalidade, enquanto outros apostam na diversificação étnica. Os clubes concentram boa parte da oferta de serviços sexuais no país<sup>13</sup>. Entre eles, há uma ampla diversidade, desde estabelecimentos “tradicionalistas”, relativamente pequenos, cujo lucro provém da venda de bebidas e/ou de receber um percentual dos serviços prestados, e os novos hotéis-plaza, maiores, organizados com “filosofia empresarial”, nos quais podem trabalhar até 150 mulheres, ocupando vagas por períodos de 21 dias. O lucro dos proprietários reside no valor que as mulheres pagam pela utilização do hotel e a alimentação (Pons, Rodríguez e Veja, 2002; Pons, 2003).

Na primeira metade da década de 2000, no âmbito das pressões da União Europeia no que tange à repressão da migração irregular e do tráfico internacional de pessoas, as leis espanholas relativas à prostituição e aos migrantes foram modificadas ao mesmo tempo (Cortes Generales, 2007)<sup>14</sup>. A confluência entre os dois conjuntos de novas leis faz com que a presença massiva de estrangeiras na indústria do sexo,

---

<sup>12</sup> Termo utilizado na Espanha para designar transgêneros que, no Brasil, são denominadas de travestis.

<sup>13</sup> De acordo com o informe da Guardia Civil, em 2005, 80% da prostituição feminina tinham lugar em clubes localizados em rodovias, apenas 20% teriam lugar em espaços urbanos, em “pubs”, apartamentos, como acompanhantes, e na rua (Policía Judicial, 2005).

<sup>14</sup> No Código Penal de 1995, o exercício da prostituição envolvendo adultos sem mediar coação não era considerado delito. O proxenetismo era penalizado, mas só era considerado como tal o lucro obtido como resultado de coação, engano ou abuso de poder (Mestre, 2004). Nas reformulações, a obtenção de lucros da prostituição, mesmo envolvendo maiores de idade que agem de maneira voluntária, passou a ser delito e, de acordo com a *Ley de Extranjería* (art. 318 bis), é crime favorecer a imigração ilegal, com agravantes se o fim for a exploração sexual, e mais ainda se houver coação (Cantarero, 2007).

frequentemente irregulares, seja lida de maneira quase automática como vinculada a atividades delitivas. E essa relação é recorrentemente traduzida através da noção de tráfico internacional de pessoas.

Em 2006, no marco da disseminação de ideias alarmantes sobre a dimensão da prostituição na Espanha, uma Comissão do Congresso e do Senado abriu um debate sobre o reconhecimento da prostituição como trabalho que concluiu com a solicitação de não regulamentar a prostituição por se tratar de “exploração sexual, uma violência contra as mulheres, majoritariamente estrangeiras, vinculada ao tráfico de pessoas”. Ao contrário, foi proposto um plano de luta contra a exploração sexual. Paralelamente, governos municipais de diversas cidades intensificaram o combate à prostituição de rua. Essas medidas, associadas a controles da Polícia de Estrangeiros, redundam na aplicação de multas a clientes e prostitutas e na deportação daquelas em situação migratória irregular.

Os efeitos desse debate envolvem a intensificação do tom moral nas campanhas contra a prostituição, que responsabilizam os clientes, o incremento da vulnerabilidade das pessoas que oferecem serviços sexuais na rua, vinculada à intimidação da polícia e alterações na organização da indústria do sexo. Nesse processo, a prostituição de rua parece ser absorvida por espaços fechados, clubes e, particularmente, apartamentos. Esses últimos passaram a concentrar ainda mais migrantes irregulares porque trabalhar e morar neles proporciona uma relativa segurança para quem está sem papéis.

As mulheres latino-americanas, entre elas as brasileiras, são particularmente visíveis em alguns nichos da indústria do sexo. Embora algumas trabalhem na rua, elas tendem a concentrar-se em espaços fechados, pisos e clubes de diferentes tamanhos, muitas vezes disputando clientes com mulheres do Leste Europeu (russas, romenas, da antiga Iugoslávia, tchecas) e com colombianas, venezuelanas, cubanas. Os empresários consideram que as brasileiras, assim como outras latino-americanas de regiões “tropicalizadas”, com o sexo a flor da pele, têm saída no mercado. Elas não seriam necessariamente as favoritas dos clientes, que preferem maior grau de profissionalismo, que optariam pelas mulheres do Leste, mas, desde o ponto de vista dos empresários, teriam a vantagem de serem autônomas, isto é, chegarem por conta própria, sem os problemas ocasionados pelas máfias que controlam mulheres de outras nacionalidades aos donos de clubes e apartamentos.

### 3. Condições de trabalho

As condições do trabalho na indústria do sexo na Espanha variam em função do nicho ocupado, do tipo e “nível” do estabelecimento e também da região do país na qual se trabalha. A possibilidade de escolher entre essas variações depende

de diversos aspectos entre os quais se destaca o estatuto migratório das pessoas que oferecem serviços sexuais.

As únicas modalidades de trabalho que não retêm percentuais dos rendimentos são a oferta de serviços sexuais na rua e a divisão igualitária do aluguel de um apartamento. Essa última situação tende a ser de difícil acesso para as entrevistadas, a maioria das quais não está em situação migratória regular. Nas demais modalidades, há retenções, geralmente de 50% do valor do programa nos apartamentos, a diária de 40 a 60 euros nos clubes hotéis e parte do programa nos clubes menores. Essas retenções podem ou não ser vistas como exploração pelas entrevistadas.

É importante observar que, entre elas, a “exploração”, uma noção imprecisa no Protocolo de Palermo, é puramente econômica. Tendo no Brasil a experiência de trabalhos pouco remunerados e a retenção de percentuais em diferentes setores de atividade, fora e dentro da indústria do sexo, e percebendo a relação entre o trabalho e o salário pago aos migrantes estrangeiros na Espanha, a maioria considera exploração a retenção excessiva de parte dos ingressos, o abuso em termos financeiros. Outras consideram exploração a retenção de qualquer percentual. Nesse quadro, se insere a dívida que várias contraíram com os proprietários dos clubes espanhóis para viajar. Considerada uma fase no processo migratório, a dívida geralmente é vista como exploração quando é “excessiva”. Em suas impressões, esse é o caso das migrantes nigerianas, que pagam entre 30 mil ou 40 mil euros e também das travestis brasileiras, cujas dívidas superam os 10 mil euros, mas dificilmente é associada às situações que elas viveram. Em suas experiências, as dívidas, no máximo, triplicaram o valor da passagem e foram pagas em um par de meses de trabalho, em condições em que as entrevistadas eram “olhadas”, mas não aprisionadas.

Apesar das retenções, algumas entrevistadas almejam trabalhar em apartamentos, particularmente os mais sofisticados, caros, intensamente procurados pelos clientes, que oferecem rendimentos relativamente estáveis e são tidos como muito seguros. Contudo, esses locais só admitem garotas com certos estilos de corporalidade, apreciados pelos clientes espanhóis de estratos médios e altos, e, sobretudo, com papéis. Os clubes são mais flexíveis em termos do estatuto migratório. Quando oferecem condições “adequadas”, eles são apreciados por entrevistadas mais jovens devido aos rendimentos, em torno dos 5 mil euros mensais no período anterior à atual crise econômica, e à possibilidade de sociabilidade com outras garotas das mesmas idades:

*Tem dia que você pode fazer três ou quatro programas, tem dia que você faz cinco, seis... Eles cobravam 40 euros a diária. Se você fizesse 300, 400, 500 euros, era seu. Eu cheguei a fazer 400. Mas, eu não era aquela menina que dizia, eu vou para isso. Porque para mim era até uma diversão, tenho umas amigas e sempre falamos disso, que a gente perdeu muito dinheiro porque sentava e passava toda a*



*noite conversando... Quanto eu consegui levar?... Eu joguei fora muito dinheiro nas folgas... A gente ia, viajava, ficava em hotéis bons, táxi, e é disso que eu me arrependo, de não ter aproveitado mais<sup>15</sup>.*

A ideia de condições adequadas envolve aspectos que se combinam de maneiras diferenciadas: horas de trabalho, liberdade para escolher o número e até a etnicidade dos clientes, e graus de segurança e exploração. A comparação realizada por uma entrevistada entre os dois clubes nos quais trabalhou, o primeiro em Andaluzia e o segundo na Catalunha, dá uma ideia dessas percepções:

*No clube de Almeria, os clientes eram, na maioria, ciganos e marroquinos, que para nós são os piores clientes, porque põem faca no pescoço das garotas... [No clube de] Barcelona, a segurança era maior e os clientes, espanhóis e turistas estrangeiros, mais tranquilos. Mas, me exploravam, pagava pela cama 450 euros ao mês e dividia o quarto com três garotas; não podia usar o celular para pedir comida, a gerente pedia e cobrava um absurdo, 20 euros por uma pizza pequena. No clube de Almeria, a exploração era menor, saíamos para comprar nossa comida.*

As retenções de um percentual dos rendimentos são rejeitadas por mulheres que optam pelo trabalho na rua. Segundo elas, apesar de cobrarem por um programa, quase a metade do valor que teria em um clube, seus rendimentos são equivalentes porque não sofrem deduções. Além disso, consideram que o trabalho na rua oferece outras vantagens: possibilidade de auto-regulação do horário e do tempo investido no trabalho e de manter contatos sociais fora dele. De acordo com uma entrevistada que trabalhou em um clube e, atualmente, oferece serviços sexuais na rua em Barcelona e ganhava em torno de 4 mil euros mensais, no período anterior à crise, quando seus rendimentos caíram pela metade:

*Já trabalhei em clube... e não é bom. Porque tem que trabalhar à noite, eu não gosto. São plazas<sup>16</sup> por 21 dias seguidos. Nesses dias, você não vê ninguém, porque chega cansada pela manhã, dorme e depois vai para o clube de novo. Tem que beber... com os homens. Tem que ser muito simpática, estar sempre disposta a conversar, e isso eu não estou sempre. Prefiro esta vida. Trabalho de dia, posso encontrar amigos e, se quero, deixo meu lugar do trabalho, vou olhar vitrines. E, no fundo, no clube não se ganha mais. Porque ganha mais, mas tem que deixar mais dinheiro também, porque tem que pagar pela vaga. Eu prefiro a rua... tem muito lugar na rua que é bom para ganhar dinheiro... na média de 4 mil euros, todo mês... Mulher com mais idade não ganha dinheiro dentro de clube... Às vezes, se eu não quero vir trabalhar eu não venho. Mas, como a gente tem um objetivo...*

<sup>15</sup> Entrevista realizada em Bilbao, novembro de 2004.

<sup>16</sup> Vagas.

*juntar dinheiro para mandar para o Brasil, para você fazer as suas coisas, pois então você cria um horário para você.*

A violência faz parte das preocupações dessas mulheres. A violência por parte dos clientes existe e atingiu de maneira dramática a uma das entrevistadas, que quase perdeu a vida, quando optou por trabalhar em um apartamento sem nenhum grau de segurança para liberar-se da exploração dos clubes. Entretanto, a violência à qual elas aludem de maneira mais recorrente é ao dano físico e moral nas mãos da polícia migratória. Ela é evocada, com raiva e medo, nos relatos das ações anti-tráfico, consideradas como mecanismo para reforçar a malha tecida pelo governo espanhol com o objetivo de facilitar a deportação das migrantes irregulares, particularmente daquelas mais facilmente localizáveis, as que prestam serviços sexuais na rua.

Uma parte do universo de entrevistadas, aproximadamente 1/3, considera que teve sucesso no projeto de ascensão econômica através da migração para trabalhar na indústria do sexo. Esse sucesso se expressa na compra e reforma de imóveis no Brasil, também de terras e gado, em um padrão de vida e consumo superiores ao que tinham 15 vagas no Brasil e no envio regular de remessas para os integrantes da família que permaneceram no país. Das poucas entrevistadas que casaram com espanhóis, apenas uma deixou o trabalho na prostituição, mas, neste universo, o casamento não aparece como um objetivo econômico, pode render papéis, ou ser por amor. Em termos gerais, o casamento é visto como um problema para o exercício do trabalho, portanto, a maioria prefere “namorar”. É importante observar que a leitura positiva das experiências migratórias extrapola os ganhos materiais, incluindo a ampliação do universo cultural, a criação de autonomia e o ensaio de novas posições de gênero. Nos termos de duas entrevistadas:

*Você, fazendo a prostituição aqui, você aprende muita história, muita cultura diferente. A mim me encanta. Porque você convive também com os franceses, com os ingleses, com alemães, com os gregos... Quando eu vim para cá, por exemplo, é como se estivesse assim abrindo o mundo, entende? Que no Brasil você não se dá conta disso.*

*Que agora não vou querer ter só um homem... Que a gente lava, passa, cuida e eles sempre estão atrás de busca de outras. Não, eu agora quero que ele lave, passe e eu usar. Agora minha cabeça mudou, eu agora já disse a ele, agora aquela que tu conheceu é outra. Agora quem dá as cartas sou eu<sup>17</sup>.*

As entrevistadas consideram o trabalho na indústria do sexo como algo que faz sentido principalmente devido aos elevados rendimentos. Quando eles decrescem, a atividade perde seu valor. Em 2009, todas as entrevistadas percebem que seu

---

<sup>17</sup> Entrevistas realizadas em Barcelona, em novembro de 2004.

trabalho na prostituição foi afetado pela conjunção entre as disposições municipais que reprimem a prostituição, perseguindo clientes e prostitutas, e a crise econômica, reduzindo à metade ou à menos da metade seus rendimentos. Nesse cenário, o trabalho na indústria do sexo aparece como mais efêmero que o projeto migratório. As entrevistadas que obtiveram os “papéis” e certa inserção social não abrem mão desse projeto migratório, mas começam a optar por empregos em outros setores de atividade, com complementações muito ocasionais obtidas através de serviços sexuais.

## Conclusões

No marco de uma discussão que, tanto no Brasil como na Europa, apaga as experiências das trabalhadoras do sexo com o discurso do tráfico de pessoas, as narrativas dessas entrevistadas contribuem para preencher esse vazio. Esses relatos mostram diversas dimensões de agência que remetem, com maior ou menor grau de sucesso, à construção de projetos de mobilidade social e de ampliação de seus universos. Contudo, neste caso, não se trata apenas de trabalhar na indústria do sexo, mas de projetos migratórios nos quais o trabalho sexual é uma estratégia.

A compreensão das trajetórias dessas pessoas no exterior, de suas possibilidades e condições de trabalho requer levar em conta essa conjunção, pois elas estão marcadas simultaneamente por suas posições como migrantes do Sul e como prostitutas. Nessa articulação, a vivência da violência adquire outros matizes e a exploração econômica outras conotações. Ao mesmo tempo, nesse universo, o trabalho sexual pode operar, talvez com mais frequência, que para as trabalhadoras sexuais no Brasil e com maior intensidade que entre migrantes dedicados a outras atividades, como *upgrade* econômico e também social.

## Referências bibliográficas

AGUSTÍN, Laura (2007). *Sex at the margins. Migration, labour, markets and the Rescue industry*, London, Zed Books.

CANTARERO, Joan (2007). *Los amos de la prostitución en España*. Barcelona: Ediciones BSA.

CORTES GENERALES, Comisión Mixta de los derechos de la Mujer y de la Igualdad de Oportunidades. *Informe de la ponencia sobre la prostitución en nuestro país (154/9)*, aprobada en sesión del 13 de marzo de 2007.

JUNCKS, Kátia Regina (2004). *La formación histórica de la clase obrera en la Barcelona del siglo XXI. Un pequeño diálogo con E.P. Thompson*. Tesina, Universidad Autónoma de Barcelona.

IBGE: Micro-dados da PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/default.shtm>, consultado em agosto de 2008.

PISCITELLI, Adriana (2007). “Brasileiras na indústria transnacional do sexo”, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 7, <<http://nuevomundo.revues.org/document3744.html>>.

PISCITELLI, Adriana (2009). Tránsitos: circulación de brasileñas en el ámbito de la transnacionalización de los mercados sexual y matrimonial, in: *Horizontes Antropológicos*. V. 31, pp. 131- 137.

PISCITELLI, Adriana (2009). As fronteiras da transgressão, a demanda por brasileiras na indústria do sexo na Espanha, *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n 1, pp. 177-201, in: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/SexualidadSaludySociedad>>.

PISCITELLI, Adriana (2007). “Sujeição ou subversão? migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha”, *Universidade Federal de Uberlândia. N. 35, 1 Agosto-Dezembro de 2006*, <<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/>>.

PISCITELLI, Adriana (2007). “Corporalidades em confronto: gênero e nacionalidade no marco da indústria transnacional do sexo”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 22, n. 64, junho 2007; pp. 17-33.

PONS, Inaci, RODRÍGUEZ, Roser e VEGA, Sonia (2002). Trabajo Sexual, Informe Cataluña, Departamento de Sociología i Análisis de las Organizaciones, Universidad de Barcelona, datilo.

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (2007). Pesquisas em Tráfico de Pessoas, parte 3. Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de Guarulhos. Brasília, Secretaria Nacional de Justiça/OIT, (coord. técnica: Adriana Piscitelli).

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA (2006). “Pesquisas em Tráfico de Pessoas, parte 2, Relatório Indícios de tráfico de pessoas no universo de deportadas e não admitidas que regressam ao Brasil via o aeroporto de Guarulhos.” Brasília: Ministério da Justiça (coord. técnica: Adriana Piscitelli).

# Sexo que vende: economía de la producción de películas porno

María Elvira Díaz-Benítez<sup>1,2</sup>

El objetivo de este artículo es analizar la economía de la producción de películas pornográficas en São Paulo, ciudad que concentra el mayor número de productoras y distribuidoras de este tipo de material en Brasil. Los datos que aquí presento provienen de la investigación realizada junto a cinco empresas de la industria del porno nacional, etnografía que dio origen a mi tesis de doctorado titulada *Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro*. Ésta tuvo como primicia el estudio de los enunciados sobre sexualidad y posiciones de género que coloca en escena la pornografía de carácter heterosexual, gay y travesti, así como el examen de las redes que conforman tal universo.

Interpreto el porno como un tentáculo más del mercado del sexo, estando compuesto por redes relacionales y heterogéneas: actores, actrices, creadores, productores, directores, asistentes, reclutadores de elenco y distribuidores, por un lado, y moteles, calles, discotecas, revistas, saunas, clubes, casas nocturnas y sitios web, por otro<sup>3</sup>. En estas redes la pornografía es tratada como un producto comercial que se fabrica para ser vendido en respuesta a la industria y a las demandas de los consumidores.

En realidad, la perspectiva económica ha estado siempre presente en la producción y conformación del mercado erótico y pornográfico. Según diversos histo-

---

<sup>1</sup> PHD en Antropología Social (Museo Nacional/UFRJ). Investigadora del Centro Latinoamericano de Sexualidad y Derechos Humanos (CLAM) del Instituto de Medicina Social de la Universidad del Estado de Rio de Janeiro. Para la elaboración de la versión final de este artículo.

<sup>2</sup> Agradezco especialmente los comentarios que recibí de Lohana Berkins y de Miguel Muñoz-Laboy en ocasión de mi exposición en el Diálogo Regional sobre Sexualidad y Geopolítica, ocurrido en agosto de 2009, en Rio de Janeiro. Agradezco también al equipo de la SPW (*Sexuality Policy Watch*) y a los demás investigadores que participaron de ese encuentro.

<sup>3</sup> La *industria del sexo* está caracterizada por una complejidad que Laura Agustín (2000: 3) define de la siguiente manera: “Incluye burdeles o casas de citas, clubes de alterne, ciertos bares, cervecerías, discotecas, cabarets y salones de cóctel, líneas telefónicas eróticas, sexo virtual por Internet, sex shops con cabinas privadas, muchas casas de masaje, de relax, del desarrollo del ‘bienestar físico’ y de sauna, servicios de acompañantes (*call girls*), unas agencias matrimoniales, muchos hoteles, pensiones y pisos, anuncios comerciales y semi-comerciales en periódicos y revistas y en formas pequeñas para pegar o dejar (como tarjetas), cines y revistas pornográficos, películas y videos en alquiler, restaurantes eróticos, servicios de dominación o sumisión (sodomismo) y prostitución callejera: una proliferación inmensa de posibles maneras de pagar una experiencia sexual o sensual”.

riadores (ver *A invenção da pornografia* organizado por Lynn Hunt, 1999), el siglo XVI, el Renacimiento, inauguró una tradición pornográfica que tuvo como característica la aparición de nuevas tecnologías de imprenta y la circulación barata de imágenes y textos de carácter obsceno, los cuales fueron previamente restringidos a círculos cerrados. Para la historiadora norteamericana Paula Findlen, explica Moraes (2003), la pornografía en ese contexto se define siempre en relación a un fenómeno del mercado relacionado a la persistencia de una cultura manuscrita, el surgimiento de la naturaleza de la autoría y la difusión de la alfabetización. No obstante, es a partir del siglo XIX cuando la pornografía puede ser interpretada especialmente como “la representación sexual que busca en especial la excitación erótica de su público y estando íntimamente relacionada con la producción patronizada para un mercado establecido” (Leite, 2006:63).<sup>4</sup> Hoy a nivel mundial, tenemos grandes multinacionales de la pornografía como la Buttman, la Hustler, la Vivid Entertainment, la Private, Magma, GGG/666, entre otras, las cuales han puesto placeres y sexualidades en el marco de lo público y de la comercialización masiva.

¿Cómo el dinero es una pieza clave en la producción y conformación de los circuitos porno? Las páginas siguientes pretenden mostrar un panorama del modo como la producción de pornografía está, de punta a punta, atravesada por actividades económicas, o inclusive, de cómo el porno podría ser interpretado, en sí mismo, como una actividad económica. El dinero determina los ritmos y funcionamientos del proceso de elaboración de una película: el reclutamiento del elenco, la negociación de la remuneración, el presupuesto destinado a las filmaciones (dependiendo también de la capacidad económica de la productora, la disposición de las performances sexuales, la calidad y trayectoria de actores y actrices, las locaciones, las prácticas, cuerpos y repertorios sexuales que se pretenden exponer). Se destina dinero para los exámenes médicos cuando las performances se desarrollan sin preservativo (justamente las películas más y mejor vendidas), y para la elaboración del producto final que consiste en la preparación de capas y el tiraje de copias de video. Hay dinero presente en la circulación y venta de las imágenes captadas y dirigidas a otras industrias del erotismo, como sitios web y revistas y, obviamente, el material se distribuye siguiendo lógicas que buscan ganancia económica. El dinero es central también dentro de la red que vincula la producción de pornografía con otras redes del mercado sexual, como la prostitución.

---

<sup>4</sup> Si la producción erótica u obscena de los siglos XVI al XVIII tuvo como objetivo, explica Leite (2006, 2009) una crítica política y social a instituciones como la Iglesia, la nobleza, la militar, la burguesía o inclusive “al pueblo”, nace posteriormente “una nueva manera de utilizar las representaciones sobre el campo sexual. La filosofía da lugar al consumo de obscenidad modernizada. El sexo como un producto y el placer como una mercancía en sí, no son factores nuevos del siglo XIX pues siempre estuvieron vinculados íntimamente a la edificación del capitalismo. Nueva ahora es la ampliación de la producción y del consumo, unida a un cierto alejamiento de las cuestiones políticas. La pornografía nace así del discurso obsceno a través de la cultura de masas y del entretenimiento” (Leite, 2009: 510).

## Cuerpos, estilos y convenciones económicas

Dentro de la acción colectiva emprendida para la producción de la película, una de las etapas básicas consiste en el reclutamiento de elenco. Para ejercer esta labor, los agentes o *reclutadores*, se acercan a diversos lugares asociados al comercio sexual: calles, bares, casas nocturnas, sitios web y ciertos barrios donde se establecen redes de vivienda para travestis, jóvenes y mujeres que “hacen programa”, es decir, que se desempeñan en la prostitución. Es esencial que el reclutamiento se lleve a cabo de manera continua porque la propia estructura del mercado porno brasileño exige la inclusión constante de nuevos rostros.

Existen varios tipos de películas pornográficas que responden a los distintos mercados y, en este sentido, existen también diversos individuos y cuerpos codiciados por la industria. Los sujetos que interesan masivamente a los reclutadores son, sobre todo, las mujeres – principal objetivo del reclutamiento en respuesta a la necesidad del mercado de renovarlas constantemente, cuerpos fundamentales para la producción de la pornografía *hétero*, considerada *mainstream* por excelencia – las travestis, protagonistas de las películas mejor distribuidas fuera del Brasil, y los hombres, siendo más enfático el reclutamiento de hombres para películas gay en obediencia al mercado, pues mientras éstos necesitan ser renovados, los que participan de filmaciones hétero permanecen por largas temporadas en el circuito.

La industria brasileña de porno efectúa otro tipo de producciones, las cuales integran redes de comercialización más especializadas y originan otro tipo de desafíos al reclutamiento. Me refiero a las películas que el propio mercado cataloga como *bizarras*, muchas de las cuales incluyen en sus estéticas cuerpos que consideran extraños o “anómalos” – específicamente personas enanas o hermafroditas – o cuerpos deformados mediante intervenciones voluntarias como los exageradamente tatuados o perforados con piercings, o cuerpos que, sin ser “anormales”, divergen de los paradigmas hegemónicos de belleza: personas obesas, ancianas, exageradamente peludas, mujeres con senos muy grandes, entre otros.

En la producción de las películas más “convencionales” del porno, las mujeres reciben las mejores remuneraciones entre todo el elenco. Simultáneamente, éstas ofrecen mayores dificultades a la práctica del reclutamiento en comparación a travestis y hombres. El principal motivo de tal dificultad se debe al cuidado que muchas de ellas tienen en resguardar su anonimato. Desempeñándose en la prostitución, muchas agencian mecanismos para proteger sus identidades, las cuales se verían alteradas trabajando en la pornografía debido a la extrema exposición que ésta profesión acarrea. Por otro lado, las mujeres que son buscadas para actuar en el porno cuentan con los atributos físicos codiciados en las redes de la prostitución – gran parte de ellas posee el estilo de “universitarias” o “patricinhas” como son llamadas en Brasil – y en la interacción con clientes reciben remuneraciones substanciosas

lo que, a su vez, las desestimula de ingresar al universo de la pornografía donde no necesariamente ganarían más dinero que aquel que reciben como *garotas de programa* y donde perderían el anonimato. Finalmente, algunas mujeres interpretan el porno en base a un universo de valores no necesariamente análogo a sus imaginarios sobre la prostitución. Argumentan que en este último oficio ellas tienen autonomía para decidir qué tipo de prácticas sexuales desean o no ejercer y, a diferencia de las películas, hacen uso obligatorio del preservativo.

La experiencia del reclutamiento demuestra que travestis y hombres, por el contrario, no manifiestan mayores salvedades para su incursión en estas redes. Algunos agentes opinan que éstos “nacem no chão”,<sup>5</sup> “se multiplican por generación espontánea”, son “sexo de alquiler”, no teniendo preocupaciones tangibles respecto al resguardo de sus anonimatos.

Existe una gran velocidad en el esquema para la elaboración de las filmaciones y ciertas convenciones a respecto de los honorarios: en el porno los precios se pagan por escena, y los valores por cada una varían de acuerdo a la capacidad económica de la productora y a las prácticas sexuales sugeridas. El preservativo, su uso o no, es el factor que más altera los precios: de 300 a 500 reales (con); de 800 a 1200 reales (sin). Hay también otros factores que son tomados en cuenta y consiguen alterar tanto el prestigio de las personas dentro de las redes como sus remuneraciones: pensar en pornografía y en reclutamiento de elenco es pensar en un mercado de belleza, noción entendida alrededor de otros marcadores de diferencia como raza, clase, género, edad, estilo, talento en la interpretación, femineidad en el caso de las travestis, tamaño del “dote” para los hombres, y en la intersección de algunas de estas características.

Las productoras más prestigiadas y que ofrecen mejores pagos se esfuerzan por alistar y mantener entre su elenco a las personas que ostentan los atributos estéticos más deseados. Para conseguirlo, hacen uso de redes de la industria del sexo – como los ya mencionados bares, saunas, sitios web y casas nocturnas – que cuentan con prestigio en el mercado y están dirigidas a clientes con una alta capacidad de consumo. No obstante, esto no significa que las personas más bonitas y deseadas graben solamente para las productoras de mayor capital. En realidad las cosas son mucho más enmarañadas y el elenco transita de una empresa para otra debido a que la estructura misma de como es hecha la pornografía en el país no abre lugar a la composición de carreras metódicamente delineadas. La procura veloz de rostros para la industria impide que muchos *performers* permanezcan en el mercado por largas temporadas, y en el período que permanecen, generalmente corto, las personas del elenco participan de un gran número de escenas, cuestión que desemboca en la “quema” de sus imágenes al punto de negarles o disminuirles la posibilidad

---

<sup>5</sup> Literalmente: “Nacen en el piso”.



de continuar siendo masivamente procurados. La quema de imagen se aplica especialmente en relación a las mujeres y a los hombres que participan en producciones gays ya que ambos son los cuerpos destacados y protagonistas en las producciones, el objetivo principal de la representación, de las carátulas de los filmes, del material publicitario y en quienes se detiene la lente de la cámara.

Aunque entre el elenco existe la percepción de la inestabilidad de sus carreras, es poco factible que consigan trabajar para una única empresa. Existen en el Brasil solamente tres productoras que firman contratos de exclusividad, mayoritariamente para las mujeres, y por un período máximo de seis meses. Travestis y hombres son poco o casi nada convocados para firmar este tipo de acuerdos.

Pese a que no existan separaciones radicales entre el tipo de persona que una productora u otra puede alcanzar en base a su economía, es un hecho que el valor de la remuneración que una empresa puede ofrecer se vincula al tipo de persona que se esfuerza por reclutar, privilegiando de esta manera ciertos contextos de reclutamiento, en detrimento de otros.<sup>6</sup>

El grupo de actores de películas *hétero*, como dicho recientemente, es el más inmutable del mercado. Ellos duran más tiempo desempeñándose dentro de la industria del porno porque sus imágenes son mucho menos explotadas: poco aparecen en las carátulas de los filmes, e inclusive cuando lo hacen, las cantidades son considerablemente menores en comparación a las mujeres. Ya en las escenas, las cámaras enfocan esencialmente la fracción más importante de sus cuerpos: el pene, lugar que concentra todo el capital simbólico del hombre, de ahí el énfasis en el tamaño, la duración de la erección y, especialmente, en la eyaculación. Los rostros de los hombres en las estéticas heterosexuales poco o nada aparecen, motivo por el cual continúan siendo convocados los mismos actores para grabar innumerables escenas consecutivamente, sin que exista una efectiva renovación de elenco masculino.

Otro motivo para la ausencia de reclutamiento masculino tiene que ver con la estructura misma de la industria. Los productos son elaborados en respuesta a las demandas del mercado y a lo que es masivamente consumido, por lo cual, los hombres no representan una preocupación particular. Um productor explica: “Ellos compran por las mujeres, no compran hombres. Cuando yo digo *ellos*, estoy hablando del dueño de la videotienda y los clientes, ellos van por la mujer. Si es el actor X o Y no importa, ellos compran la mujer”. Otra razón que lleva a la mayor duración de los hombres en el mercado se relaciona con el temor que sienten productores, reclutadores y directores respecto a probar un nuevo actor que, en la hora cierta, presente dificultades para obtener o mantener una erección. La erección es

---

<sup>6</sup> Por ejemplo, las calles son contextos de reclutamiento poco utilizados para la búsqueda de mujeres y más dirigidos al encuentro de travestis y michês, manera como son llamados los jóvenes varones que se dedican a la prostitución. Esto porque existe una jerarquización en los modos de ejercer la prostitución y la calle se encuentra en el nivel más bajo, asociándose a un conjunto de ideas sobre marginalidad.

el punto clave para el establecimiento de una carrera de actor porno y es el motivo por el cual muchas personas del mercado consideran que es más difícil ser actor que actriz y que es más afanosa la performance masculina que la femenina, inclusive siendo la mujer quien, en la pornografía, asume los mayores desafíos en relación a las prácticas sexuales. Por todos estos motivos, existe un “comodismo” en la industria para el reclutamiento de hombres opuesto a la aceleración constante en que se permanece en la búsqueda de mujeres.

Este comodismo responde también a razones de orden financiera. Gran parte de las productoras, especialmente las que cuentan con menor capital económico, funcionan bajo una lógica de velocidad que acarrea una estrategia de rendimiento de tiempo y dinero. En una jornada de filmación, varias de estas empresas graban una media de cuatro o hasta cinco escenas. Comenzando temprano en la mañana en haciendas o moteles, hasta altas horas de la noche, en las ocasiones de filmaciones múltiples, todos los miembros del equipo ejercen sus funciones simultáneamente a un ritmo frenético. Mientras director y camarógrafos graban una de las performances; el fotógrafo retrata a los protagonistas de las otras escenas; los maquilladores cuidan del cabello y el rostro de las mujeres y las travestis; los productores llenan los contratos, reproducen fotocopias de las tarjetas de identidad de todo el elenco, cuidan de la alimentación, proporcionan preservativos (cuando es usado), lubricante y medicamentos como Viagra o Dorflex que ayudan en la preparación de los cuerpos; y, paralelamente, todos participan de la labor de montaje de luces, sonido y decorado de las locaciones.

Estas escenas, gran parte de las veces, integrarán una misma película estilo *gonzo*<sup>7</sup> o sea producciones hechas sin historia con comienzo, medio y fin que funcione como hilo conductor de las secuencias. Los filmes gonzo presentan escenas de sexo explícito que no guardan ninguna relación directa entre sí, siendo actualmente el estilo más usado en la producción de porno brasileño. Frecuentemente les destinan presupuestos modestos (alrededor de cinco mil reales) para cubrir todos los gastos: pago de las locaciones, remuneración del elenco y del personal técnico, vestuario (cuando hay), alimentación, compra de materiales y posteriormente el diseño de la carátula. En vista de tal velocidad, la producción necesita contar con actores experimentados que cumplan sus papeles dentro de los parámetros de economía de tiempo, porque, dentro de esta lógica, tiempo es dinero. Así, mientras la renovación de actrices “calienta” el mercado ya que rostros nuevos venden, la permanencia casi estática de elenco masculino hétero permite que la industria mantenga su esquema de producción rápido y eficaz.

---

<sup>7</sup> Originalmente la palabra Gonzo hace referencia a las producciones en las cuales el camarógrafo o director intervienen en la película hablando con los actores y apareciendo espontáneamente en la acción. La intención de esta técnica, usada también en el periodismo, es la de involucrar a la audiencia en el acto.

No obstante, hay una dinámica de movilidad de hombres en la industria distinta al estatismo recién narrado. El hecho de que ellos sean blancos, más fáciles de todos los tipos y en todos los contextos de reclutamiento, les abre paso para su ingreso en el mercado aunque sea de manera provisoria. Muchos jóvenes llegan y graban una, dos o hasta tres escenas, o participan una única vez de una orgía, generalmente en una empresa menor que les paga entre 150 y 300 reales. Después de que sacian su curiosidad, deciden no volver o lo hacen pasado un tiempo prudente. Muchos afirman que así satisficieron un fetiche o un “sueño”, permitiéndose continuar con el rumbo de sus vidas sin afectar sus cotidianidades. El anonimato no es tan abierta e intensamente buscado como en el caso de las mujeres. Por el contrario, muchos insisten en vivir esa experiencia para después narrarla entre sus grupos de amigos y conocidos, especialmente otros varones, logrando así reafirmar públicamente sus masculinidades<sup>8</sup>.

De esta manera, mientras los hombres (de películas hétero y gay) y las travestis afirman recurrentemente que hacen pornografía por placer – siendo a ellos tan permitido como legítimo el discurso del placer – las mujeres generalmente argumentan como motivación la necesidad de adquirir dinero, suplir necesidades, o el hecho de haberse deslumbrado con la propuesta inicial de pago. El dinero aparece así como una *categoría moral* que conlleva un enunciado doble en relación a la dupla pornografía/transgresión. Por un lado, la relación dinero/cuerpo localiza la sexualidad en el espacio de la transgresión (de la misma manera que la exhibición directa de los genitales y el sexo “carente de afectos” desligado del ideal de amor romántico como dispositivo histórico de la sexualidad). Por otro lado, el argumento repetitivo sobre la decisión de hacer porno motivadas por el dinero, al mismo tiempo consigue alejarlas de la misma, pues se juega así la responsabilidad del lado de la necesidad o de los proyectos económicos, rehusando el placer y el deseo de experimentación sexual como razones legítimas. Es como si el placer por el dinero fuese superior jerárquicamente al placer por el sexo, obviamente un sexo pornográfico que contempla prácticas disidentes y está al margen de los patrones morales aceptables de lo heterosexual, monógamo e íntimo.

La renovación constante de mujeres, hombres gays y travestis se explica en estas redes desde la propia dinámica y lógica del mercado porno. Sin embargo, vale la pena preguntarnos si la asimetría respecto a la inestabilidad laboral de estos sujetos en comparación a la permanencia de los varones de películas hétero, no podría ser explicada en relación a los propios imperativos sociales de género? Esta sospecha

---

<sup>8</sup> Algunos de estos jóvenes manifiestan que sólo sienten vergüenza de contar dicha experiencia para las mujeres con quienes establecen una relación amorosa. Afirman que, en esos casos, han preferido mantener en secreto sospechando que ellas no les entenderían y pensarían que no vale la pena comenzar y mantener una relación afectiva con un hombre que participó de películas porno. Otros jóvenes comentan que omitieron ese hecho particularmente de sus madres, compartiéndolo más tranquilamente con sus padres y hermanos varones.

surge de la constatación de la forma como en nuestras sociedades, y como dispositivo mismo del capitalismo, las mujeres cuentan con menor acceso y garantías de trabajo al tiempo que los hombres gay (especialmente los más afeminados) encuentran barreras para su inserción laboral. Las travestis a su vez cuentan con los más reducidos espacios para emplearse.

## Interfaces entre dinero, producción y distribución: varios *insights*

### Maximización de la utilidad

En el proceso de producción de una película porno, gran parte de la responsabilidad por las ventas recae sobre la calidad de la fotografía. En un set de filmación, actores y actrices ejercen actos sexuales que directores y camarógrafos captan en video para posteriormente someter a las artes de la edición. Mientras eso va curriendo, el tercer ojo por detrás de la situación pertenece al fotógrafo, quien se encarga de hacer los estudios de las personas del elenco y de captar cada uno de los momentos claves de la escena, o sea, todas las posiciones sexuales que fueron ejecutadas, enfatizando el instante de la *consumación*: la eyaculación masculina. Las fotografías son llevadas inmediatamente a las productoras para comenzar la elaboración de las carátulas, carteles, anuncios y demás materiales publicitarios. Una vez que la carátula está lista, los encargados de las ventas de cada empresa activan sus redes con el mercado internacional y salen a la búsqueda de videotiendas nacionales con el fin de comercializar el producto. Así, imágenes leyendas y títulos son acabados antes de que la película misma haya sido finalizada. Estos signos son metódicamente pensados y escogidos, pues su misión consiste en causar el impacto necesario para asegurar la distribución del material. Conservando esta misma finalidad, las productoras anuncian en sus sitios web como “preventa” los lanzamientos de videos que apenas se están finalizando.

Por otro lado, existe alrededor del uso de las fotografías una lógica de maximización de la utilidad comercial. Las personas del elenco reciben un pago único por su participación en una película, firmando contratos en los cuales ceden completamente los derechos relativos a la exposición de sus imágenes. Una vez hecha esta negociación, el control sobre el destino del material queda completamente bajo tutela de las productoras, las cuales sustentan redes comerciales con sitios web y revistas eróticas donde dicho material va a ser expuesto. Las productoras pueden, además, elevar al máximo el rendimiento del producto elaborando nuevos videos *gonzo* en base a escenas variadas e independientes que llevarán nuevas carátulas y nombres diferentes a los originales.

Algunas productoras, a su vez, venden las fotografías y escenas en estado bruto para empresas extranjeras. En estos casos, las imágenes son destinadas para nuevos

filmes, editados y depurados bajo la coordinación de la empresa que hizo la compra, los cuales llevarán títulos y carátulas diferentes de aquellos otorgados a nivel nacional multiplicándose así los lucros a partir de una única inversión.

## La otra cara de la producción: velocidad

Como mencioné en páginas anteriores, la velocidad y la baja inversión caracterizan la dinámica de gran parte de las empresas nacionales de pornografía. Si por un lado, tales características permiten a la industria sustentar un esquema de producción eficaz, por otro, traen consigo desafíos en relación a la comercialización internacional del producto.

En este sentido, hay varios factores a ser considerados entre los cuales los bajos valores de las remuneraciones que son ofrecidas en estas ocasiones dificulta a los reclutadores el esmerarse en la selección del elenco. Personas de trayectorias reconocidas gracias a la calidad de su desempeño o que son codiciadas por su belleza física estarían menos disponibles de participar en producciones menores. Muchas actrices se cuidan de no hacer un gasto exagerado de sus imágenes trabajando para empresas que les pagarían alrededor de 400 reales por escena. Existe en estas redes una forma de censura tácita en torno de las mujeres que graban indiscriminadamente para todas las productoras independientemente del valor a ellas ofrecido. Recurrentemente son evaluadas moralmente con frases como: “si ella graba por 300 reales ¿por qué yo tendría que pagar más?”, “¡no se valoran!”. Por tal motivo, diversos directores dejan de convocarlas indefinidamente o por lo menos durante largas temporadas. La lógica de la renovación del elenco femenino es tomada muy en serio por la industria, inclusive por algunos productores que acaban por afiliarse a esa lógica pese a ser críticos en relación a la corta vida de las actrices en el porno.

Son pocas las actrices que consiguen establecerse en el mercado de manera eficaz, no obstante algunas excepciones saltan a la vista. Disciplina, humildad, buen desempeño sexual y cumplimiento de los horarios son algunas de las virtudes exaltadas dentro de las redes de producción. Sin embargo, lo que es realmente relevante y de hecho obliga a la industria a mantenerlas en el circuito, consiste en que ellas consigan “hacer su propio público” y vender bien sus películas debido a sus bellezas, sensualidad y la capacidad de excitar a aquellos que las observan<sup>9</sup>.

Los bajos presupuestos destinados para la producción de las películas, son también determinantes de una cuestión compleja en relación al mercado: el uso del

---

<sup>9</sup> Algunas actrices que se han retirado esporádicamente del mercado o disminuido sus apariciones, vuelven debido a la insistencia de fanáticos y seguidores que escriben e-mails a las productoras, colocan mensajes en blogs, sitios web, revistas eróticas de circulación masiva o en foros de la página de relacionamientos *Orkut*, pidiendo el regreso de dicha actriz o la aparición de ella en un tipo específico de performance. Existe una clara interactividad entre consumidores y productores, la cual consigue, de alguna manera, determinar el destino de las personas del elenco dentro de estas redes.

preservativo. La pornografía en su régimen de producción visual busca y resalta los valores estéticos claves: el *realismo* y lo *espectacular*, combinándolos de diversas y estimulantes formas. Las relaciones sexuales sin el uso del preservativo, como es hecho en el porno más reconocido mundialmente, se relaciona a esa búsqueda de *hiperrealismo* que se pretende transmitir al espectador. El *realismo*, a su vez, está también asociado a dos factores: por un lado, la *transgresión*<sup>10</sup>, por otro, el mercado. Las producciones que dispensan el uso del condón son consideradas de valor superior. Los dueños y los distribuidores de las empresas reconocen las dificultades existentes para incluir efectivamente en el mercado internacional aquellas películas en que el preservativo es utilizado. Inclusive, en estos últimos casos, son utilizadas técnicas para no dejarlo en total evidencia<sup>11</sup>, lo que demuestra la aún incipiente incursión social del condón en los dispositivos del deseo y el placer: pues las productoras no lo usan porque el público no consume. Por tales motivos, actores y actrices que se niegan a ejercer sexo sin preservativo disminuyen automáticamente sus posibilidades de delinear una trayectoria en este universo.

Para las películas que dispensan el condón se destinan presupuestos superiores que, además de las remuneraciones, deben costear los exámenes médicos que todos los miembros del elenco son requeridos a hacer con el fin de descartar (o detectar) la presencia de VIH/Sida y/o de otras enfermedades sexualmente transmisibles. Pese a estos cuidados, la persistencia de mejores salarios cuando el sexo es hecho sin condón evoca la existencia de un riesgo inminente que, por lo tanto, merece un estímulo económico adicional. En otras palabras, se genera un imperativo que podríamos llamar de *cuantificación del riesgo*, pese a que esta noción sea reiterativamente objetada por las personas que ejercen la práctica y legitimada debido a la confianza depositada en la medicina.

Así, las filmaciones veloces y pobres en capital incluyen condón en los actos sexuales, colocándose, de esa manera, por debajo de las posibilidades de competir efectivamente y en condiciones favorables en el mercado internacional. Arnaldo, dueño de una productora paulistana emergente, opina:

---

<sup>10</sup> La transgresión se asocia a la exhibición de la sexualidad, el dinero que coloca la sexualidad del lado de lo contaminado, la relación entre la pornografía con redes consideradas “bajas” como la prostitución, el sexo carente de afectos y desvinculado del ideal del amor romántico, y la violencia, característica que ya desde el Marqués de Sade aparece como una de las formas primarias de transgresión de la sexualidad, capaz de “corromper” y extender sus dominios a los territorios de la intimidad y de generar otras formas de placer. La pornografía coloca en jaque dispositivos tradicionales y normativos de la sexualidad, elabora un enunciado sobre la sexualidad que desequilibra la manera como hegemónicamente se ha intentado controlar los cuerpos y moldear los deseos, exhibe las “perversiones” que desde el siglo XVII fueron creadas por los saberes “legítimos”.

<sup>11</sup> Una vez iniciada la escena sexual, segundos antes de la primera penetración, es hecha una pausa para que el actor se coloque el preservativo, de manera que al prender la cámara nuevamente, éste ya esté cubriendo el pene como “por arte de magia”.

*Hace unos tres años yo no produzco material con condón. Fuera del Brasil, el material con condón no existe, no tiene ningún valor, nadie compra, nadie ni siquiera lo mira. Esa es la realidad del mercado, las películas con condón son más fáciles de hacer por el precio, porque con el precio que ellos hacen una película con condón, yo hago una o máximo dos escenas. El propio monto es el que no permite que el mercado exista, el valor para hacer una escena con condón es irrisorio, es ridículo, los actores lo hacen porque realmente ya lo hicieron varias veces. Entonces, la primera diferencia con un buen pago es el biotipo del elenco, es bien diferente.*

Alex, dueño de una pequeña productora en São Paulo, añade:

*Incluso mejorando el salario a veces ya no importa porque la persona ya se expuso demasiado y se cansó el mercado. En Brasil el mercado es como una matriz, una ilusión, porque no existe unión entre nosotros, cada uno produce su material como puede. Entonces acontece que las personas que deberían estar se destacando en el mercado no se destacan porque no consiguen sobrevivir de eso. En los Estados Unidos el elenco se dedica a eso y hasta consiguen hacer películas en Hollywood, pero aquí hoy por hoy los actores y actrices brasileños que consiguen vivir del porno son pocos, casi todos tienen una segunda actividad. Entonces, si la garota hace programa, ella prefiere continuar haciendo programa porque gana mucho más. Y como el mercado no les valorizapasa que nosotros ya perdimos grandes actores, grandes actrices que podrían estar haciendo hoy un buen trabajo, pero la culpa es de las productoras que tratan a los actores como si fuesen un mero producto descartable.*

El esquema de producción veloz de películas consigue comprometer la calidad de las producciones a otros niveles. Hay un alto grado de improvisación y de repetición de fórmulas que disminuyen la posibilidad de inclusión de nuevos repertorios, por ejemplo, películas con algún tipo de historia o hilo conductor, las cuales también tienen espacio en el mercado internacional. Por otro lado, en este régimen de producción se afecta la calidad técnica de la fotografía y de las imágenes haciendo con que el producto brasileiro sea considerado – inclusive por los propios productores locales – como *amador* en comparación a las grandes empresas del porno internacional. De este modo, solamente algunas pocas empresas nacionales logran posicionarse en relativa equidad en relación a otras empresas del mercado.

La velocidad y la poca inversión, para diversas personas de la red, responde al propio esquema empresarial de la industria nacional, el cual “funciona al revés”, es decir, a partir y en función de las videotiendas. Arnaldo comenta:

*Una película porno brasileña cuesta 40 reales. Entonces, ya partimos del final para comenzar a ver qué es lo que se puede hacer. Entonces, de una película de 40*

*reales el vendedor o el representante de la empresa que vende para la videotienda gana una comisión de 5% o 10%. Él vende una película de 40 reales y va a ganar máximo de dos a cuatro reales por unidad. ¿Usted cree que él va ir hasta una videotienda para vender una película y ganar sólo 2 reales? ¡No! Entonces en el Brasil existe lo que llamamos de paquete: el vendedor tiene que ir a la tienda con por lo menos media docena de películas para poder vender y para poder hacer un pedido, con el cual va a ganar algún valor que pueda compensar la empresa enviar el pedido por correo, porque a veces el costo del correo es más alto que el valor de la venta. Entonces, el mercado brasileño trabaja al contrario, trabaja respondiendo a la videotienda: venden una película de 40, 50, 60 reales para la tienda, que por mucho vende alrededor de 500 o 800 copias máximo. Así que la empresa tiene que lanzar entre cinco, seis u ocho películas todos los meses, caso contrario el distribuidor deja de trabajar para ellos, pues saldría perjudicado. Por eso la empresa es obligada a lanzar ocho películas para mantenerse en el mercado. Justamente en eso se ubica el problema, porque siendo obligados a lanzar tantas películas –considerando que el costo de las ocho es de 5000 reales en total– tienen menos escenas, nos alcanza tiempo suficiente para la depuración de la edición, ocurriendo lo mismo con las carátulas. Entonces, lo que mueve el porno brasileño son las videotiendas a diferencia de los Estados Unidos donde el mercado depende del consumidor final. En ese país no existe la figura de la videotienda, pues allá la compra es realizada directamente por el consumidor. Volviendo a Brasil, al dueño de la videotienda le llega todos los meses 70 lanzamientos de todas las productoras para escoger, pero se trata de películas de 90 minutos de mala calidad, con solamente tres o cuatro escenas, y de valor reducido pues el distribuidor realiza la venta a la tienda a plazos, y así mismo las videotiendas dividen en hasta siete cuotas.*

## Producciones alternativas para otros mercados

En el Brasil, las películas porno de carácter heterosexual son producidas en mayores cantidades. No obstante, el mercado nacional mejor posicionado en las redes internacionales de distribución es el travesti. Algunos productores afirman que es más fácil producir y vender este tipo de producto, en comparación al material gay y hétero, porque la calidad exigida es considerablemente menor, así como los presupuestos que se les destinan y las remuneraciones recibidas por sus protagonistas. Las travestis brasileras son cotizadas particularmente por el mercado europeo, pues ese es su principal destino de venta<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> En el mercado porno abundan series de travestis, siendo ampliamente comercializados bajo los apelativos *She-males*, *T-girls* o *Brazilians T*. Inclusive en el año 2007, la serie brasileña *She-males samba mania* fue nominada al premio AVN, el llamado Oscar del porno, en la categoría Transex, de la misma manera que sus protagonistas Carla Novaes y Thais



En el exterior, la demanda por filmes gay también es alta. En Brasil este material ha sido tradicional y mayoritariamente producido por equipos que se especializan de manera casi exclusiva. Algunas de estas productoras han dejado de funcionar abriendo camino a un mercado que ultrapasa las empresas antiguas y reconocidas en este ramo. Aquellas que continúan al día con el ritmo de producción, compiten comercialmente con nuevos y pequeños productores – algunos *free lancers* – que trabajan por encomienda para productoras extranjeras o equipos estadounidenses que se establecen por temporadas en ciudades como Rio de Janeiro y São Paulo con la intención de producir películas gay y travesti con elenco local y que van dirigidas al mercado exterior. De modo distinto a la travesti, la filmografía gay demanda presupuestos superiores para responder a las demandas de sus consumidores, considerados en estas redes como los más exigentes del mercado. Por este motivo, las productoras que desean obtener una buena distribución, así como introducirse efectivamente en el mercado, tienden a perfeccionar sus productos en términos técnicos y estéticos y, como regla del segmento gay, a hacer películas con historia.

De este modo, productoras reconocidas por su producción mayoritariamente de películas hétero, vienen ingresando en los demás mercados como alternativa comercial. En esta dinámica, es necesario destacar la producción nacional de filmes *bizarros* y/o de *fetiché*, nombres genéricos que envuelven una enorme diversidad de representaciones, cuerpos, estilos y prácticas sexuales<sup>13</sup>. Este tipo de producciones cuentan con salidas significativas en el mercado exterior, lo que permite e incentiva la circulación de capital.

Siendo así, existen productoras nacionales que sustentan sus principales redes internacionales de distribución y venta gracias al mercado del fetiché, mientras la producción hétero es comercializada básicamente a nivel nacional. Otras empresas establecen una estrategia de negociación de videos con productoras extranjeras, esquema que consiste en el intercambio de películas nacionales de fetiché por películas hétero producidas en esos países.

Según directores y productores de pornografía en São Paulo, la gran ventaja que ofrece este segmento alternativo está en la heterogeneidad de estilos, prácticas y temáticas ofertados, y en la gran demanda que existe en el mercado porno respecto a dicha diversidad. No dispongo de material de investigación suficiente para analizar

---

Schiavinato. La aceptación de las travestis nacionales en el mercado internacional radica en el hecho de que éstas son consideradas mucho más bonitas y exóticas en comparación a las travestis extranjeras, ciertamente en relación a estereotipos e imaginarios que existen sobre la sexualidad y fogosidad de los nacidos en el Brasil. Como marcador positivo de diferencia, muchas travestis usan el apellido “Brasil”, apelativo que aumenta sus capitales simbólicos internacionalmente.

<sup>13</sup> Además de los cuerpos “anormales” mencionados en las primeras páginas, se llama bizarro a las prácticas que, dentro de la pornografía hard core, son consideradas “perversas” o “raras”, tales como el sadomasoquismo, la necrofilia, la escatología, la zoofilia, el *fist fucking*, entre otras.

el alcance de las ventas de estos productos a un nivel internacional. No obstante, se constata que las películas bizarras producidas en Brasil son significativamente más consumidas fuera de las fronteras nacionales – de hecho, su distribución interna es notoriamente precaria – teniendo países como Holanda, Suecia, Hungría, Alemania, Italia e Inglaterra como sus principales compradores, en la opinión de los empresarios entrevistados.

Por las redes investigadas se observó que Brasil es el principal exportador de filmes de zoofilia – o de “sexo con animal”, como son recurrentemente llamados – siendo destinadas más bien a Europa. Pese a que sus productores puedan sufrir “alguna” persecución – pues evidentemente no existe un consentimiento mutuo en el acto sexual – existe toda una estructura en la industria nacional organizada en torno de este tipo de producciones: reclutadores, directores, locaciones, destinos de distribución, etc.<sup>14</sup>. A un nivel interno de producción, vale la pena resaltar que los presupuestos destinados para este tipo de películas son menores, especialmente en lo relativo a las remuneraciones del elenco. Pese a que el dinero que moviliza la zoofilia en su venta es significativo, existe entre las personas del circuito una fuerte y constante estigmatización frente a aquellos que ejercen tales prácticas. Contantemente los propios actores y actrices porno expresan repulsión ante la posibilidad de tener sexo con animales. Algunos manifiestan que tal desconfianza pasa por razones de higiene, otros opinan que las personas que tienen sexo con perros o caballos (animales más frecuentes) no poseen escrúpulos y son perjudiciales para la imagen del porno. En general, el tipo de prácticas sexuales ejercidas tienen la capacidad de alterar el valor de los pagos. La zoofilia es la práctica peor remunerada, al igual que el sexo que incluye vómito y heces.

Para comercializar películas y fetiches considerados *hard* o bizarras, las productoras poseen sellos o marcas especiales y diferentes de aquellos con los cuales distribuyen la filmografía *mainstream*. Por un lado, ésta es una respuesta a un mercado que busca mantener separados sus segmentos, por ejemplo, una productora de

---

<sup>14</sup> En el Brasil no existen leyes que prohíban directamente el ejercicio de la sexualidad entre humanos y animales, cuestión que hace con que tal mercado específico del porno no sea considerado ilegal. No obstante, existe una discusión de antaño respecto a la protección de los animales. Así, en el marco del debate público sobre la experimentación animal en las ciencias biológicas, el decreto n° 24.645, des 10 de julio de 1934, en su artículo número 3, estableció ocho pautas entre las cuales encontramos la prohibición de *practicar acto de abuso o crueldad* en cualquier animal. La Constitución de 1988, en Ley n° 9.605 reafirmó la cuestión de la protección a los animales prohibiendo abusos como la mutilación, causarles heridas o suministrarles malos tratos en general, pero tampoco hizo referencia explícita a la sexualidad. En la red investigada, existe una confusión en relación a la ilegalidad del comercio de la zoofilia. A pesar de que muchos suponen que ésta debe ser legal, ya que es distribuida de manera no clandestina, también persiste la creencia de que su legalidad no es, digamos, total. Entre sus argumentos algunas personas aluden a la Sociedad Protectora de Animales, a la falta de consentimiento del animal para que se practique sexo con él, pero ninguna de estas personas pudo hacer referencia a leyes o decretos específicos elaborados por dicha entidad. Un director de filmes hétero me dijo que creía que el comercio de estas películas es legal, existiendo únicamente la ilegalidad en los casos en que sus productores fueran descubiertos *in flagrante*. Sea por la confusión respecto a las leyes, por la alta estigmatización que sufre esta práctica sexual, o por el imaginario de que allí existe algo “inmoral” – como se dijo – las redes de producción de este material se organizan y funcionan de manera sigilosa.

películas hétero, gay y travesti coloca marcas diferentes en los dos últimos, estrategia conveniente en relación a las redes de distribución y a los consumidores que prefieren obtener un producto especializado y específico. Por otro lado, suelen separar las producciones bizarras de las demás porque éstas podrían perjudicar la imagen de la empresa, asociándola a ese tipo de material, lo cual disminuiría su capital simbólico. Algunos fetiches considerados *leves* son “perdonados” y no maculan negativamente la imagen de una empresa de filmes hétero – o sea, películas con enanos, orine, personas gordas, mujeres de senos enormes o con vaginas muy peludas. Los filmes con animales, por el contrario, son distribuidos, sin ninguna excepción, con otros títulos y sellos. Asimismo, es frecuente que los directores de películas *mainstream* que participan de la dirección de estas producciones alternativas, cambien sus nombres en respuesta a los dos motivos recién mencionados. Las empresas, a su vez, no se involucran necesariamente en la producción directa de representaciones bizarras, sino que las compran de terceros y las comercializan con sellos diferentes tanto en el mercado nacional como en el internacional.

De la misma manera, existen prácticas sexuales que son filmadas y comercializadas de manera casi exclusiva por determinadas productoras. La escatología es la más relevante de ellas. El monopolio de esta producción pertenecía a una productora actualmente extinta. A su vez, empresas extranjeras también producen este tipo de películas en Brasil, contando con elenco local. Diversos directores y equipos de producción, inclusive de películas de fetiches leves, manifiestan salvedades respecto a grabar prácticas de escatología. Algunos opinan que ésta no es una alternativa viable bajo ninguna circunstancia. Podríamos decir que en una *jerarquía del sexo* – si pensamos en los términos de Gayle Rubin (1984) – esta práctica, junto a la zoofilia, se encuentra en el nivel más estigmatizado, inclusive dentro de las redes de pornografía.

En resumen, pese a la oscilación comercial entre momentos de auge y quedas significativas, el “sexo es una industria popular y lucrativa” como afirmaba un reportaje de la Revista IstoÉ (edición 1713: 21, *apud* Leite, 2006: 61). Otro número de la misma revista (1641: 58) informaba que el lucro anual proveniente de la pornografía en Estados Unidos es de US\$10 billones contra US\$ 350 millones para el caso brasileño. Leite (*Ibid*) hace referencia a la revista *Pequenas Empresas Grandes Negócios*, la cual en su edición 204 afirmaba que en el año 2003, según el presidente de la ABEME (Asociación Brasileña de Empresas del Mercado Erótico), la industria erótica movilizó 700 millones de reales. La pornografía es solamente uno de los tentáculos del mercado erótico, pero ciertamente, es uno de los principales. Este dato es significativo teniendo en cuenta que durante mi investigación encontré diversas alusiones al año 2003 como el cual la industria porno nacional sufrió una de sus mayores caídas, de modo distinto al grande apogeo del 2001, y de su recuperación en el 2005. Con relación a las cifras anteriores, sean ellas reales o aproximadas, y pese a las desventajas de la producción nacional respecto al mun-

dial, el mercado porno brasileño moviliza un volumen considerable de capital en relación a la economía del país.

Para concluir, deseo reiterar que el mercado local del sexo responde a demandas del mercado global y a la heterogeneidad de las expectativas de sus consumidores. Por otro lado, analizar la producción de películas porno permite entrever los juegos de moralidad presentes en estas redes, los cuales pueden ser leídos justamente a partir de las dinámicas económicas presentes en este universo: los “mejores” cuerpos ganan mejores remuneraciones, y para éstos es ilegítimo el adentrarse en performances estigmatizadas, mientras los cuerpos “abyectos”: travestis, obesos, enanos, etc., reciben pagos inferiores y a ellos se permite ingresar en representaciones “perversas”, que pueden causar tanto risa como la mezcla de excitación y repugnancia, inclusive para las personas de las mismas redes del porno.

Pensar sobre el porno, por lo menos en Brasil, desde una perspectiva de la economía, es pensar en cuerpos rápidamente reemplazables, que tienen un uso limitado, y en universos laborales que se caracterizan por la flexibilidad, como gran parte del mercado del sexo. Es pensar también en esquemas de trabajo veloces e inestables, desde los cuales, posiblemente, pueden hacerse lecturas de las lógicas del capitalismo en las sociedades post-industriales.

## Referencias bibliográficas

AGUSTÍN, Laura. “Trabajar en la industria del sexo”. OFRIM Suplementos, Madrid, n. 6, p. 155-172. 2000. Disponible en: [www.nodo50.org/mujeresred/laura\\_agustin1.html](http://www.nodo50.org/mujeresred/laura_agustin1.html).

BLANCHETTE, Tadeus e SILVA, Ana Paula. *A prostituição como atividade econômica no Brasil urbano*. Paper apresentado no Diálogo Latino-americano sobre Sexualidade e Geopolítica SPW. 2009.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. *Nas Redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro*. Tese de doutorado em antropologia social defendida no PPGAS, Museu Nacional, UFRJ. 2009.

GASPAR, Maria Dulce. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social*. Rio de Janeiro: Zahar. 1985.

HUNT, Lynn (org.). *A Invenção da Pornografia*, São Paulo: Hedra. 1999.

LEITE, Jorge. *Das maravilhas e prodígios sexuais. A pornografia bizarra como entretenimento*. São Paulo: Fapesp, Annablume Editora. 2006.

\_\_\_\_\_. “A pornografia ‘bizarra’ em três variações: a escatologia, o sexo com cigarros e o abuso facial”. In Díaz-Benítez, María Elvira e Fígari, Carlos. *Prazeres Dissidentes*. Editora Garamond e CLAM. 2009.

MORAES, Eliane Robert. “O Efeito Obsceno” In: *Cadernos Pagu* / Núcleo de Estudos de Gênero – nº 20 – Dossiê erotismo: prazer, perigo, Campinas, Unicamp. 2003.

PASSINI, Elisiane. ‘*Corpos em evidência, pontos em rua, mundos em ponto: a prostituição na região da Augusta em São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2000.

RUBIN, Gayle. Thinking sex: notes for a radical theory of politics of sexuality. In: VANCE, Carol (Org.). *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Nova York: Routledge, 1984.

WACQUANT, Loïc. “Putas, escravos e garanhões: linguagens de exploração e de acomodação entre boxeadores profissionais”. *Revista Mana Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 6, nº 2, p. 127-146. 2000.

# O mercado virtual do sexo

Bruno Zilli<sup>1</sup>

## Apresentação

As reflexões aqui apresentadas sobre a fruição sexual no mundo online foram elaboradas no contexto da pesquisa sobre Regulação da internet e a Sexualidade<sup>2</sup>, uma iniciativa conjunta entre CLAM – Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (<http://www.clam.org.br/>) e SPW – Observatório de Sexualidade e Política (<http://www.sxpolitics.org/>). Esta pesquisa faz parte do projeto EroTICS – *Exploratory Research on Information and Communication Technologies and Sexuality*, da APC Women (<http://www.apcwomen.org>).

## Introdução

A internet vem se tornando um espaço importante para a expressão, construção e subversão de discursos tanto emergentes quanto hegemônicos. Em particular, é um meio crucial para a articulação e negociação de questões que são proibidas, restritas ou de alguma forma reguladas na vida pública offline. No esforço de nossa pesquisa, procuramos considerar o contexto da fruição da sexualidade que vem com o impacto da internet na vida cotidiana para explorar as práticas online e sua relação com o uso e regulação de conteúdos. Assim, identificamos como focos de conformação de espaços virtuais ao redor de: 1) identidades sexuais, 2) mercados sexuais, tanto formais quanto informais, e 3) conhecimento sexual, incluindo direitos sexuais e saúde sexual. Ao estudar o acesso e o uso de comunidades às margens dos direitos sexuais, assim como iniciativas de controle ao acesso e conteúdo, contribuimos para a compreensão de como a sexualidade e os direitos sexuais são mediados pela internet. Assim como em outras partes do globo, a internet no Brasil provê um meio para a expressão de ideias e convicções, facilitando a formação de grupos e identidades. O poder inerente da internet de colocar em contato pessoas

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

<sup>2</sup> Agradeço aqui a contribuição de toda a equipe de pesquisa, e especialmente a Horácio Sívori.

com interesses convergentes tem um impacto significativo para grupos às margens da sociedade, particularmente aquelas definidas pela sua expressão sexual e práticas, como grupos LGBT, por exemplo.

De acordo com informação publicada pelo IBOPE, em março de 2009 o número total de brasileiros com acesso à internet em casa chegou a 38.2 milhões, cerca de um quinto da população total. Destes, 87% usam banda larga, um aumento de 24% sobre o ano passado, enquanto que 62.3 milhões em algum momento acessaram a internet, seja na escola, no trabalho, em casa ou alugando tempo de acesso em uma *lan house*. O mesmo relatório indica que o maior crescimento do uso da internet se deu entre mulheres, crianças e adolescentes<sup>3</sup>. Algumas das peculiaridades brasileiras quanto ao acesso à internet incluem a ampla disseminação de redes de relacionamento, das quais o Orkut é a mais popular, com mais de 23 milhões de membros em 2008, 53.86% do total mundial de acordo com dados disponibilizados pelo Google, a companhia que possui o Orkut. Além disso, alguns dados observáveis indicam que mesmo os jovens que não possuem um computador ou acesso à internet em casa passam um tempo significativo online. Da mesma maneira, há uma migração de espaços virtuais, em que o Orkut está sendo trocado pelo Facebook, principalmente entre os usuários de internet da classe média, enquanto que o Orkut permanece a rede social de classes populares. Os números sobre internet do IBOPE também mostram que, em março de 2007, 75% dos usuários de internet utilizavam o MSN como seu serviço de mensagem instantânea, dos quais 48% tinham entre 6 e 24 anos de idade<sup>4</sup>.

Para abordar a sociabilidade na internet, as formulações de Lévy são de grande contribuição, pois ele considera o virtual uma nova modalidade de ser, cujo meio é, por definição, o ciberespaço – um conceito que vai além da noção de um espaço puramente físico<sup>5</sup>. O ciberespaço é percebido por seus usuários como um lugar real, com uma geografia própria expressa pelos termos usados para descrever a forma como as pessoas se movem e definem sua localização nele. Além disso, o virtual e seus processos não são percebidos como algo diferente do “real”. Se a noção de espaço é desmantelada pelo virtual, a percepção do tempo e a noção de presença também são reformuladas. Assim, o meio virtual não é imaginário, no sentido de que pessoas, coletivos, atos e informações virtualizadas se tornam desterritorializadas, fisicamente não-presentes, mas mantêm-se produzindo efeitos significativos.

---

<sup>3</sup> Folha Online 24/03/2009 *Brasil tem 62,3 milhões de internautas, diz Ibope*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u539808.shtml> (Acessado em 03/2009).

<sup>4</sup> La Flecha 22/08/2007 *Brasil cuenta con más de 30 millones de usuarios de MSN Messenger*. Disponível em: <http://www.laflecha.net/canales/blackhats/brasil-cuenta-con-mas-de-30-millones-deusuarios-de-msn-messenger>

<sup>5</sup> Cf. LEVY, P. *Qu'est-ce que le virtuel?* La Découverte, Paris, 1995.

As tecnologias da internet sustentam sua hegemonia sobre a reprodução bem sucedida de modelos análogos a situações a que as pessoas estão habituadas, como pode ser visto no esforço constante por uma interatividade mais “user-friendly” – o desejo de reproduzir formas de interação equivalentes à dinâmica do mundo offline. A internet tem um grande potencial para desenvolver novas formas de interação social, performances e representações de identidade, pois abre um novo reino de metáforas, formas de ser e relações sociais. Tais realidades ou novas formas sociais não são meramente *virtuais*, no sentido de pertencerem exclusivamente à representação online, pois desenvolvem-se como formações sociais concretas no sentido mais estrito do termo.

Estudos sobre a internet devem reconhecer os significados do fenômeno que analisam no contexto de seu impacto cultural. Uma abordagem antropológica ajuda a elaborar a compreensão das relações sociais que ocorrem através da internet, ao analisar as trocas simbólicas mediadas por esta tecnologia. Assim, o ciberespaço não deve ser tratado como uma esfera separada de atividade social; e deve ser evitada uma abordagem dialética do real e do virtual como experiências distintas, separadas. Nas palavras de Wilson & Peterson: “a distinção entre a comunidade real e a virtual ou imaginada não é útil”. Sua visão é que uma “abordagem antropológica é bem sucedida para investigar o *continuum* de comunidades, identidades e redes que existem – da mais coesa à mais difusa – a despeito dos meios pelos quais os membros destas comunidades interagem”<sup>6</sup>.

## Notas sobre as comunidades na internet, gênero e expressão sexual

A sociabilidade na internet, como uma nova modalidade do ser, tornou-se um meio para a auto-expressão, bem como para o sucesso e a expansão de redes sociais e comunidades. No Brasil, junto com o desenvolvimento da internet, seu uso como um espaço para as pessoas se unirem, se expressarem e trocar em ideias expandiu, e expressões e trocas sexuais se tornaram de fato um dos grandes componentes da comunicação pela internet. Comunidades sociais como o Orkut, Facebook, MySpace, Twitter, junto com a troca de mensagens instantâneas e blogs e fotologs, são uma forma popular de socialização. Estas redes raramente são reconhecidas como agentes políticos, ainda que ofereçam uma oportunidade para grupos dividirem novidades e anúncios, aprenderem sobre tendências, iniciativas, eventos e entretenimento, conectando-os inclusive a atores políticos mais organizados. Organizações e grupos

---

<sup>6</sup> WILSON, S. M.; PETERSON, L. C. The Anthropology of online communities. *Annual Review of Anthropology*, v. 31. p. 449-467, 2002:456-7. Available at: <<http://arjournals.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>>. Accessed 03/2009.



ativistas (feminista e LGBT, por exemplo), assim como o setor de negócios também estão presentes na internet através de seus websites, listas de email, fóruns, e outros espaços não restritos ao público “não-organizado”, incluindo as comunidades sociais mencionadas acima.

Tais espaços também sediam trocas sexuais, incluindo vários tipos de parcerias (sexo casual, namoro, casamento), e sexo pago, sejam negociadas preliminarmente ou de fato performadas online. A conformação destas atividades como um mercado sexual (amplamente definido), combinado com a vasta acessibilidade online a conteúdos definidos como “pornográficos” (a despeito de nuances nesta classificação), justifica a percepção da internet como um espaço perigoso, onde os sujeitos tutelares clássicos, particularmente crianças, se tornam vítimas presumidas de violência e abuso. Adicionalmente, o anonimato associado às comunicações virtuais é considerado como algo que ao mesmo tempo protege e aumenta o acesso de agressores, e torna as vítimas em potencial mais vulneráveis.

Num mapeamento inicial dos espaços sociais onde a auto-expressão e a comunicação ocorrem, nossa pesquisa classificou algumas redes dinâmicas e, assim, é possível focar em três eixos de classificação dos espaços virtuais. A forma mais eficiente de estudar estes espaços é adotar a abordagem de rede, em que um grupo de websites relacionados é analisado, e onde um ou mais que sejam exemplares podem ser escolhidos como estudos de caso. No primeiro eixo podemos classificar as identidades sexuais, incluindo sites, blogs e seções LGBT de redes de relacionamento como o Orkut. Pode-se observar que alguns websites no Brasil se tornaram um meio privilegiado para a comunicação do público LGBT, particularmente entre os jovens. Assim, é preciso entender a forma como essa população se apropria destes espaços. Ainda sobre identidades sexuais, a internet possibilita que outros segmentos (politicamente organizados ou não) de pessoas associadas a certas práticas sexuais se encontrem no meio virtual, criando espaços de sociabilidade e até de organização. Um exemplo disto é a comunidade de praticantes de sadomasoquismo, conhecido por seus adeptos como BDSM, que estão em constante contato através da internet.

No segundo eixo de classificação ficam os mercados sexuais propriamente ditos, que podemos distinguir entre o comercial e o não-comercial, mas entendendo que esta fronteira é fluida, principalmente se pensarmos em termos dos usuários. No mercado não-comercial, serviços online de encontros, assim como redes sociais de relacionamento, tornaram-se modos disseminados de acessar o mercado afetivo-sexual. No mercado comercial, podemos classificar os sites de anúncios para prostituição, tanto masculina quanto feminina, em diversos formatos. É importante considerar tanto o uso que fazem aqueles que anunciam, quanto o dos clientes. Além disso, o mercado do sexo comercial não está restrito aos espaços que se dedicam claramente a este propósito, mas presente nas redes de relacionamento e de encontros. Assim como nem sempre é possível demarcar claramente se um encontro

sexual é mediado por interesses econômicos, os espaços online em que eles ocorrem também não são necessariamente óbvios.

O último eixo é o do conhecimento sexual, incluindo direitos sexuais e saúde sexual. É preciso olhar para a troca de informação sobre conhecimento sexual não apenas do ponto de vista da passagem pedagógica de conhecimento, seja qual for o ator político que a desenvolve e sob que interesses. A pornografia, conteúdo amplamente disseminado na internet, deve ser entendida também como uma fonte de conhecimento sexual.

## Referências bibliográficas

ARANHA FILHO, J. M. Tribos eletrônicas: usos & costumes. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: RNP, MCT, 1995.

CORALIS, P. *Nunca te vi, sempre te amei: uma análise antropológica da idolatria a Madonna em um fã-clubes virtual*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

JUNGBLUT, A. L. A Heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, p. 97-121, 2004.

LÉVY, Pierre. *O que é virtual?* São Paulo. Editora 34, 1996.

LIRA, L. C. Seja livre, seja magra: um estudo das representações e práticas corporais das “pró-anas” (jovens mulheres que fazem apologia à anorexia). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPOCS, 2005.

PISCITELLI, A. Viagens e sexo on-line: a Internet na geografia do turismo sexual. *Cadernos Pagu*. São Paulo, v. 25, julho-dezembro de 2005, pp.281-326.

VIANNA, H. As Tribos da internet. In: SEMINÁRIO PREPARATÓRIO SOBRE ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS DA INTERNET NO BRASIL, 1995, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: RNP, MCT, 1995.

WILSON, S. M.; PETERSON, L. C. The Anthropology of online communities. *Annual Review of Anthropology*. Califórnia, v. 31. p. 449-467, 2002. Disponível em: <<http://arjournals.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085436>>. Acesso em: mar. 2007.

# Comentários para o texto panorâmico e o painel da sessão 3

**Gabriela Leite**<sup>1</sup>, que coordenou os debates sobre o texto panorâmico, deflagrou as discussões destacando com muita ênfase que, ao pensar a economia na prostituição, é preciso não restringir a análise ao campo da lógica pecuniária. Segundo ela, os aspectos monetários são apenas uma das dimensões da realidade e experiência da prostituição, que não pode ser compreendida sem referência à “economia do desejo”. Adicionalmente, Gabriela lembrou que há muito que aprender com as prostitutas, mas, para isso, é preciso tomar distância das visões estereotipadas sobre prostituição.

**Corina Rodríguez**<sup>2</sup> desenvolveu comentários ao texto panorâmico do lugar de uma economista que pensa questões de economia a partir da perspectiva feminista. Observou, contudo, que suas reflexões acerca das vinculações entre sexualidade e economia são ainda exploratórias e preliminares. Suas reflexões foram de duas ordens. Num primeiro bloco, ela examinou questões suscitadas pela leitura do texto panorâmico e, em seguida, elaborou algumas reflexões sobre aspectos que, ao seu ver, precisariam ser incluídos na análise.

Rodríguez reiterou a importância de considerar a prostituição uma atividade econômica, situada no contexto mais amplo da inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, que é, como em outros contextos, caracterizada por uma segregação ocupacional baseada no sexo, da qual resulta que as mulheres estejam em setores de maior informalidade e precariedade e que haja uma persistente disparidade salarial entre homens e mulheres. Contudo, a comentarista também interrogou a noção de opção racional pela atividade – enfatizada por Silva e Blanchette – a partir da crítica desenvolvida por economistas feministas, que consideram necessário e produtivo questionar os pressupostos de escolha racional que informam a economia clássica. Segundo essas autoras, essas escolhas – ditas racionais – estão sempre contaminadas por posições individuais e contextos determinados pela lógica mais geral do capitalismo e da dominância masculina.

Além disso, segundo Rodríguez, ao equalizar o trabalho na prostituição e outras inserções no mundo laboral, a análise tende a inviabilizar as peculiaridades da

---

<sup>1</sup> Diretora da ONG Davida – Prostituição, Direitos Civis, Saúde.

<sup>2</sup> Economista, pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Coincet) e do Centro Interdisciplinar para Estudo de Políticas Públicas (Ciepp) e professora em universidades federais na Argentina.

ocupação, cujos traços diferem dos empregos convencionais, entre outras razões por que é uma atividade inscrita num discurso de marginalidade, sujeita a forte estigma social, e também a uma maior vulnerabilidade à violência física e à transmissão de doenças sexualmente transmissíveis, ou mesmo a formas específicas de exploração por parte de cafetões. Isso significa reconhecer que, se por um lado, o nível de remuneração, a autonomia e a flexibilidade são vantagens evidentes, as prostitutas experimentam situações de insegurança e vulnerabilidade e, sobretudo, carecem de políticas públicas e direitos aos quais têm acesso, ao menos formalmente, as demais trabalhadoras.

Finalmente, a comentarista sugeriu que o texto poderia ser enriquecido se algumas outras dimensões fossem incluídas na análise. A primeira diz respeito a situar o estudo realizado no Rio de Janeiro no contexto brasileiro mais amplo, pois, em outros lugares, o mercado do sexo talvez assuma configurações diferentes das que se observam no Rio de Janeiro e São Paulo (assim como acontece com o mercado de trabalho em geral, que apresenta importantes variações regionais). Em segundo lugar, Rodriguez considera que seria muito importante estimar qual é a contribuição do mercado do sexo para a economia da cidade e do país, apontando qual é a relação desta com outros setores, como no caso do turismo. Sugeriu ainda que seria fundamental examinar se as ações estatais relativas à prostituição se resumem à ação policial repressiva ou se incluem aspectos relativos à regulação no sentido econômico e, sobretudo, se existem ou não políticas públicas específicas para responder às necessidades das trabalhadoras sexuais. Seu comentário final enfatizou que, nesse campo de pesquisa, talvez mais que em outros é crucial utilizar a moldura de análise desenvolvida por Nancy Fraser e outras autoras quanto à necessidade de articular lógicas de reconhecimento (de identidades e práticas) e políticas redistributivas.

Após as apresentações dos quatro trabalhos do painel, **Lohana Berkins**<sup>3</sup> iniciou seus comentários pontuando que ela, como travesti, e suas companheiras de organização não reconhecem a prostituição como um trabalho e, por isso, preferem se referir a trabalhadoras do sexo como pessoas em situação de prostituição. Consideram que prostituição é uma situação de transição que as pessoas podem viver em algum momento de suas vidas, mas que é preciso assegurar a elas “opções de saída”. Como feminista que já viveu em situação de prostituição, ela considera que a prostituição é uma forma específica de regulação da sexualidade. Para Berkins, a atividade existe porque as sociedades a legitimam, ainda que na marginalidade, e os estados, sejam socialistas ou capitalistas, se beneficiam dos rendimentos que os mercados do sexo proporcionam. Por outro lado, segundo Berkins, as pessoas mesmas em situação de prostituição não se beneficiam desses ganhos.

---

<sup>3</sup> Presidenta da Associação de Luta pela Identidade Travesti e Transsexual (ALITT), Argentina.

Ela ainda sublinhou que há diferenças significativas entre as condições experimentadas por mulheres e por travestis e transexuais em situação de prostituição, pois as sociedades e os estados impõem a prostituição a travestis e transexuais como única alternativa de sobrevivência econômica. Segundo ela, é preciso perguntar “por que as travestis, ainda que famosas, só têm seu corpo reconhecido e valorizado no mercado sexual?”. Na sua avaliação, essa é uma lacuna importante do texto panorâmico. Finalmente, sugeriu que ao pesquisar e refletir sobre prostituição, é fundamental incorporar o debate sobre corporalidades, no sentido de problematizar a noção dominante que aponta para a existência de uma linearidade, uma unicidade entre corpos femininos.

Miguel Muñoz-Laboy<sup>4</sup>, o segundo comentarista dos textos apresentados no painel, lançou mão de quatro personagens fictícios para ilustrar suas reflexões críticas: Angélica, uma atriz travesti que grava um filme no Rio de Janeiro para a Internet; Camila, uma trabalhadora sexual brasileira que está em Barcelona; Oliver, um ator pornô que participa de seu primeiro filme em São Paulo; e Isabel, uma migrante mexicana que chegou a Ontário para trabalhar por dois meses. A partir destes quatro ícones, Muñoz-Laboy explorou aspectos e dimensões que dizem respeito à multiplicidade e complexidade dos mercados sexuais contemporâneos.

Um primeiro aspecto é que hoje, segundo ele, mercados locais também devem responder a demandas globais e precisam preencher expectativas de consumidores e consumidoras muito heterogêneas. Assim sendo, a flexibilidade é uma condicionante crucial das regras que regem esse campo de atividade econômica. Um segundo aspecto marcante diz respeito à intensificação ou aceleração da velocidade de produção: é a produção muito rápida de um filme pornô, a girlfriend experience por uma semana, a transa que vale um real por minuto etc. Estas situações evocam os debates teóricos sobre a condensação do tempo nas sociedades pós-industriais e confirmam que todas as formas de trabalhos são cada vez mais rotativos e as trabalhadoras e trabalhadores facilmente dispensáveis. Um último aspecto diz respeito às dinâmicas de circulação. As pessoas circulam em migrações sexuais, mas também em busca de outros trabalhos, e as imagens circulam nos espaços virtuais que já são reais. Dito de outro modo, a sexualidade e os mercados do sexo estão definitivamente e intrinsecamente associados a lógicas mais amplas e profundas que caracterizam o chamado capitalismo tardio.

Finalmente, Gabriela Leite retomou a palavra fazendo um apelo no sentido de que seria importante relativizar ou desconstruir o significado do termo “riqueza” que havia sido problematizado durante as discussões, em especial o tema de riqueza ou pobreza das pessoas envolvidas nos mercados do sexo. Resgatando sua trajetória pessoal ela compartilhou a seguinte reflexão:

---

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais e Medicina da Universidade de Columbia e membro da equipe do Observatório de Sexualidade e Política.

*Eu não fiquei rica trabalhando como prostituta. Mas riqueza não é só dinheiro. Não ganhei dinheiro, mas fiquei rica de experiência, rica de conhecer mais de perto os homens, de admirar os homens, mas também ver as fragilidades dos homens perante a sua sexualidade, homens que me deram o grande prazer de conhecer um 'outro' sem preconceito.*

Por essa razão, segundo ela, embora seja necessário e importante analisar a prostituição como um setor da economia transnacional, continua sendo fundamental contestar o forte estigma que continua a pesar sobre a associação entre sexo e dinheiro. Gabriela sugeriu, portanto, que os debates sobre prostituição sejam pautados pela crítica a esse estigma, por uma agenda de direitos sexuais e pela premissa da liberdade.